

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO

ANA LAURA PERENHA DOS SANTOS

**CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA PÚBLICA DA MULHER
FAVELADA: COMPREENDENDO QUARTO DE DESPEJO (1960)**

CAMPO MOURÃO – PR
2021

ANA LAURA PERENHA DOS SANTOS

**CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA PÚBLICA DA MULHER
FAVELADA: COMPREENDENDO QUARTO DE DESPEJO (1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: História Pública

Orientadora: Prof. Dra. Eulália Maria A. de Moraes

**CAMPO MOURÃO – PR
2021**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca
UNESPAR/Campus de Campo Mourão
Bibliotecária Responsável: Liane Cordeiro da Silva CRB 1153/0

Santos, Ana Laura Perenha dos
S237c Caminhos para uma história pública da mulher favelada: compreendendo quarto de despejo - 1960. / Ana Laura Perenha dos Santos. -- Campo Mourão, 2021.
114 f. : il.; Color.

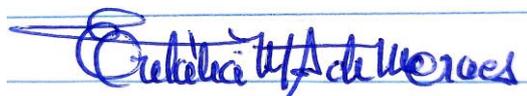
Orientador(a): Dra. Eulália Maria A. de Moraes.
Tese (Mestrado) – UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP), 2021.
Área de Concentração: História Pública.

1. História Pública. 2. Mulher-Favela. 3. Biopolítica. I. Moraes, Eulália Maria A. de (orient). II. Universidade Estadual do Paraná–Campus Campo Mourão, PR. III. UNESPAR. IV. Título.

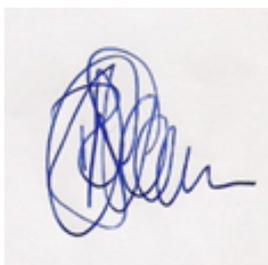
ANA LAURA PERENHA DOS SANTOS

**CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA PÚBLICA DA MULHER FAVELADA:
COMPREENDENDO “QUARTO DE DESPEJO” (1960)**

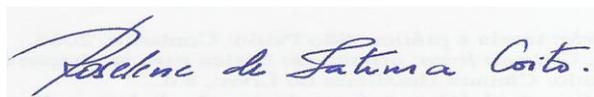
BANCA EXAMINADORA



Dra. Eulália Maria Aparecida de Moraes (orientadora) – Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva – Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP/Universidade Estadual do Paraná – Unespar



Dra. Roselene de Fátima Coito – Programa de Pós-Graduação em Letras/Universidade Estadual de Maringá – UEM

Data de Aprovação
23/ 09/ 2021
Campo Mourão – PR

Aos meus avós Dona Cecília e Seu Santo (in
memoriam).

AGRADECIMENTOS

Desde a minha infância até meados da minha adolescência eu tive a oportunidade de conviver diariamente com meus avós maternos Seu Santo e Dona Cecília. Me lembro desde muito cedo da imagem da minha avó passando café de manhã na cozinha e de meu avô, que se sentava na ponta da mesa comprida de madeira para apreciar uma xícara de café. Minha avó, que foi aprender a ler somente com seus 70 anos, me dizia que a gente pode perder tudo mas o estudo ninguém é capaz de nos tirar, que começar a aprender as letras pra ela havia sido algo muito importante e eu deveria colocar o aprender em primeiro lugar, que era muito importante que eu entrasse na universidade. Quando penso nessa fala dela me lembro de seus bonitos cadernos com sua letra arredondada, as pequenas flores coloridas que ela desenhava com lápis de cor e sua vontade de aprender. Meu avô, assim como ela, sempre me incentivou a ler e a estudar, me contava longas histórias de sua época de menino e me ensinava a tabuada, sempre muito presente nas fases iniciais da minha vida. *Gracias, abuelitos*, por tudo que vocês fizeram e significaram nessa caminhada.

Quero agradecer também meus pais, Celso e Terezinha, que foram muito importantes nessa minha caminhada acadêmica, me dando um suporte inicial e me ajudando a prosseguir e a tentar alcançar novos horizontes. Meu muito obrigada também a minha tia Conceição que sempre zelou por mim e sempre se faz presente.

Em especial quero agradecer à minha esposa Jéssica, que é a minha base e me acompanhou durante toda a feitura desse trabalho, me dando suporte, entendendo minhas ausências e me estimulando sempre a conquistar meus objetivos.

Agradeço também à Marcela, Camila e Laiza, minhas queridas amigas que tive o prazer de conhecer nessa caminhada do mestrado e que me brindaram com muitas risadas e debates interessantes.

Meu muito obrigada também à Prof^a Eulália que se dispôs a embarcar comigo nesses novos desafios da História Pública. Agradeço aos professores Roselene de Fátima Coito e Ricardo Tadeu Caires Silva, banca avaliadora desse trabalho, pelas contribuições valiosas.

Quero também agradecer a todos os professores que fizeram parte dessa minha jornada desde a educação básica até o ensino superior. Todos vocês tiveram papéis muito importantes na minha vida e na minha decisão em ingressar em uma carreira de licenciatura, em insistir no ensinar mesmo com a crescente desvalorização de nosso campo de trabalho, em me dedicar à

pesquisa e à universidade mesmo havendo um desmonte sistemático desse espaço e cada vez menos incentivos financeiros para as investigações científicas na área de linguagens e humanidades. Eu, assim como vocês, acredito no potencial revolucionário da educação. Resistiremos juntos!

Da calma e do silêncio
Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.
Conceição Evaristo

RESUMO

SANTOS, Ana Laura Perenha. **Caminhos para uma história pública da mulher favelada: compreendendo Quarto de Despejo (1960)**.114f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020.

Considerando o cenário atual, onde existe um debate crescente acerca da educação institucionalizada ou informal, a presente pesquisa busca identificar aspectos da interface da História Pública, suas práticas e suas reflexões com a literatura. Para tanto, mobilizamos as conceituações de biopoder e de disciplina delineadas nas obras de Michel Foucault. Buscamos compreender, a partir da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, como a biopolítica opera, por meio do racismo de Estado, marginalizando as populações negras e como Carolina Maria de Jesus resiste a esse mecanismo de exclusão e de segregação a partir da experiência da escrita durante todo o período que vive na favela do Canindé. Ademais, procuramos verificar como, a partir da escrita de si, uma prática de História Pública é possibilitada, haja vista ser um campo de pesquisa que promove a validade dos múltiplos discursos produzidos sobre as representações do presente ou do passado sem hierarquizá-los - em que pese a necessidade das trocas de experiências que buscam atrelar prática à reflexão teórica/metodológica produzindo conhecimento. Assim, em nossas análises foi possível perceber que Carolina Maria de Jesus, ao mostrar em seu texto como a biopolítica age sobre a população favelada por meio da fome e das insalubres condições que a submete, acaba exercendo uma prática de História Pública a partir da margem. Além disso, é por meio da literatura que ela resiste ao poder desse espaço biopolítico, uma vez que consegue viver e se deslocar do quarto de despejo, a favela do Canindé, passando a habitar a sala de visitas.

Palavras-chave: História Pública. Literatura. Biopoder. Sociedade Disciplinar. Carolina Maria de Jesus.

ABSTRACT

Regarding the intensifying debate about formal and informal education, this research aims to identify aspects of Public History, its practices, and literary reflections. To that end, Michel Foucault's concepts of biopower and discipline were used. We pursued, using the work *Child of the Dark* (1960), by Carolina Maria de Jesus, the understanding of how biopolitics works, through the government's structural racism, neglecting black people, and how Carolina Maria de Jesus resists this excluding and segregational mechanism with the writing experience during her period in the Canindé favela. Besides that, we sought to verify how, through writing the self, the practice of Public History is possible, bearing in mind it is a research field that promotes the effectiveness of the multiple speeches on the representations of the present or past with no hierarchies - for what matters the need of the exchanges of experiences that aim to bound practice and theoretical and methodological reflection, generating knowledge. Therefore, in our analysis, we were able to note that Carolina Maria de Jesus, by demonstrating in her work how biopolitics operates over the poor population through hunger and detrimental conditions that are forced over them, exerts the practice of Public History from the edge. Furthermore, it's through literature that she resists to the power of this biopolitical space since she manages to leave the garbage dump in the Canindé favela and move to the living room.

Keywords: Public History. Literature. Biopower. Disciplinary Society. Carolina Maria de Jesus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Áreas de urbanização da cidade de São Paulo entre 1930 e 1949

Figura 2 – Página *Muito bem, Carolina!*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A ESCRITA DA EXPERIÊNCIA: O LUGAR DO NEGRO NO BRASIL PÓS ABOLIÇÃO EM CAROLINA MARIA DE JESUS	19
1.1 Nasce Carolina Maria de Jesus: infância, adolescência e vida adulta no pós-abolição.....	19
1.2 Democracia racial e racismo: um panorama.....	35
1.3 A cidade de São Paulo e a presença dos negros: breve trajetória de Carolina Maria de Jesus.....	49
CAPÍTULO 2: A EXPERIÊNCIA DA ESCRITA EM CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA HISTÓRIA PÚBLICA SEM RETOQUES	64
2.1 Da origem e desdobramentos da História Pública.....	64
2.2 Limites do dizer de Carolina Maria de Jesus: compreendendo o lugar da escritora negra e favelada dentro da literatura nacional.....	74
2.3 Carolina Maria de Jesus: precursora da Literatura Periférica.....	82
CAPÍTULO 3: CAROLINA MARIA DE JESUS E SUA OBRA: A REGULAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DOS CORPOS NEGROS	86
3.1 Da concepção de poder para Michel Foucault.....	86
3.2 Disciplina e Biopoder: o instrumento de poder e a regulação sobre os Corpos individuais e coletivos.....	88
3.3 Os corpos negros no espaço da favela: uma mirada a partir de Carolina Maria de Jesus.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

A vida do pesquisador é marcada por diversas conquistas e muitos desafios como o ingresso em um programa de pós-graduação e a escrita da dissertação. Porém, ao aliar os desafios encontrados no Mestrado com o contexto histórico-social dos anos de 2020 e 2021 encontramos uma série de reveses. Atualmente a população brasileira se encontra em uma situação de pandemia em razão do vírus covid-19. Passamos por mudanças drásticas em nosso cotidiano em razão da quarentena e do isolamento social: escolas e universidades tiveram suas aulas canceladas e remanejadas para plataformas remotas, o comércio das cidades funciona em horários completamente restritos e é obrigatório o uso de máscaras em locais públicos. Por algum tempo a população enfrentou um certo pânico generalizado que contribuiu para a compra excessiva de produtos de limpeza e mantimentos, levando o esgotamento de certos gêneros alimentícios, desinfetantes e álcool em supermercados. Atualmente o Brasil conta com 573.511 mil pessoas mortas¹ acometidas por esse vírus. Porém, uma esperança existe, a população brasileira já está sendo vacinada. Em meio a todos os infortúnios, meu muito obrigada ao SUS, ao Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz, a ciência brasileira que foi fundamental para que isso acontecesse e que resistiu mesmo em meio a movimentos antivacina e ao próprio governo Bolsonaro, que por meio do chamado “kit covid”, estimulou o consumo de medicamentos sem eficácia no tratamento da covid-19, resultando em mortes por hepatite e transplantes de fígado².

Escrever uma pesquisa científica, processo árduo e desafiador, torna-se algo ainda mais custoso em tal contexto, porém, mesmo com tais adversidades, fomos capazes de mergulhar na obra de Carolina Maria de Jesus e buscar compreender alguns recortes desse objeto multifacetado. A origem dessa pesquisa nasce do desejo em trazer à luz um pouco das inquietudes sobre a vida e a obra de Carolina. Aqui, buscamos identificar aspectos da interface da História Pública, suas práticas e suas reflexões com a literatura, tentando investigar a possibilidade de uma prática de História Pública feita por Carolina Maria de Jesus na escrita de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960).

No ano de 1960, em São Paulo, Carolina Maria de Jesus decolou sua carreira literária com sua primeira obra denominada *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. A autora,

¹ Até 26 de agosto de 2021 o Corona Vírus (Covid-19) fez 573.511 mil óbitos – Corona vírus Brasil <https://covid.saude.gov.br>.

² Tratamento precoce | 'Kit covid é kit ilusão': os dados que apontam riscos e falta de eficácia do suposto tratamento. Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55775106>.

descoberta por Audálio Dantas, um jornalista iniciante na época, foi transformada em uma personagem de grande destaque, uma celebridade. O diário de Carolina foi traduzido para 14 línguas e foi um sucesso de vendas tanto em território nacional quanto no exterior.

Quarto de despejo surge em um contexto onde o desenvolvimento econômico brasileiro resultante da crescente industrialização do país proporciona um crescimento desordenado das áreas urbanas. Entretanto, mesmo com a grande prosperidade derivada de tal desenvolvimento, haja vista que naquele contexto havia o mote dos “cinquenta anos em cinco” do então presidente Juscelino Kubitschek, apenas uma seleta parcela da população tinha acesso a tais avanços, no mais o restante populacional se encontrava excluído. O país, marcado por uma abolição tardia que não promoveu quaisquer medidas reparatórias à população negra que fora escravizada, é marcado por grandes desigualdades sociais e econômicas. Nas grandes cidades se proliferavam as favelas e os marginalizados.

Após a publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), Carolina ainda publicou outras obras como *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Pedaços da Fome* (1963) e *Provérbios* (1963), porém, não obteve o mesmo sucesso que com sua obra inaugural, além disso, há a obra póstuma *Diário de Bitita* que foi publicada primeiramente na França, em 1982, e posteriormente no Brasil, em 1986. Após tais publicações a escritora permaneceu, de certa maneira, esquecida.

É apenas em 1994 que José Carlos Sebe Bom Meihy, brasileiro, e Robert Levine, estadunidense, ao proporem trabalhar com a autora Carolina Maria de Jesus, publicam a pesquisa em História Oral intitulada *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, que serviu para reavivar o interesse na autora e que recentemente foi republicada pela Editora Bertolucci em 2015. Essa obra conta com uma série de entrevistas feitas com os filhos de Carolina Maria de Jesus, Vera Eunice e José Carlos; com Audálio Dantas, jornalista que direcionou a autora ao estrelato; com D. Maria Puerta, vizinha da autora na favela do Canindé; e com Marta Teresinha Godinho, assistente social que trabalhava na favela. Dada a relevância de tal obra, ela foi também utilizada no desenvolvimento de nossas análises, pois contribuiu para enxergarmos Carolina para além de seus escritos. Vale ressaltar também que nessa investigação Meihy e Levine descobriram alguns manuscritos inéditos da escritora, *O Sócrates africano* e *Minha Vida* que constam também na obra. Além de *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*, as investigações de Meihy e Levine resultaram nas obras *Antologia Pessoal*, uma compilação de poemas de Carolina, e também *Meu estranho diário*, uma obra

onde trechos dos diários foram compilados. Mais recentemente, em 2021, a editora Companhia das Letras começou com a publicação dos diários subsequentes a *Quarto de despejo*.

Publicada pelo jornalista Tom Farias em 2017, a obra *Carolina: uma biografia* apresenta relevância por tratar-se de uma apresentação da complexa trajetória da escritora Carolina Maria de Jesus. A obra inicia-se na infância pobre da escritora, na cidade de Sacramento, em Minas Gerais, se desdobrando em um esforço de acompanhar a peregrinação da autora pelas cidades desde a juventude, em busca de trabalho e cura para uma doença nas pernas, até sua chegada a São Paulo onde se instalou na favela do Canindé. Entendendo que a obra se trata de um trabalho bastante minucioso, fizemos uso para compreendermos um pouco mais da trajetória de Carolina. Atualmente vemos uma publicação substancial de trabalhos acadêmicos sobre Carolina Maria de Jesus. Entre esta vasta produção elegemos alguns que respaldaram a análise desta dissertação.

Victor de Jesus, na dissertação *Coisas negras no quarto de despejo: saneando subjetividades, corpos e espaços* (2017), busca entender a relação entre a vulnerabilização sanitária e a população negra, concluindo que há uma forte relação entre o racismo e a produção do espaço. Tal trabalho contribuiu no entendimento da produção do espaço retratado na obra caroliniana.

Pedro da Silva de Melo, em *Carolina Maria de Jesus e a paixão pela escrita: um estudo sociolinguístico de Quarto de Despejo*, dissertação defendida em 2014, faz de sua pesquisa um deslindar das marcas de oralidade na linguagem narrativa e das personagens do livro, e examina como essas manifestações ocorrem linguisticamente no texto no plano lexical, colaborando para um compreender mais aprofundado da linguagem de Carolina.

Alessandra Araújo Souza, na dissertação *Do Quarto de Despejo à Sala de Visita: experiência e narrativa em Carolina Maria de Jesus (1955-1961)* (2016), ao trazer à tona as transformações vividas no Brasil no período da publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) e *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961) a partir da narrativa da experiência de Carolina, proporcionou que compreendêssemos mais acerca das chances de participação da mulher negra e pobre na sociedade daquela época.

Também Daniela de Almeida Nascimento, em *Carolina Maria de Jesus e a escrita de si como lugar de memória e resistência* (2020), contribuiu bastante para a análise, visto que em sua dissertação propõe uma discussão das possibilidades dessa escrita caroliniana situada entre o discurso referencial, memorial e ficcional.

No que diz respeito aos estudos da História Pública, campo de práticas da historiografia que vem despontando nos últimos anos em território brasileiro e que teve como primeiro marco o Curso de Introdução à História Pública no ano de 2011 na Universidade de São Paulo – USP - afim de ampliar nosso campo de conhecimento, estamos nos valendo de algumas obras que propõem múltiplas possibilidades para o trabalho com essa área.

A obra *Introdução à História Pública* (2011), organizada pelas professoras Juniele Rabêlo Almeida e Marta Gouveia Oliveira Rovai, ao apontar para o caráter multifacetado da História Pública e propor um trabalho com o público, traz um horizonte de possibilidades, contribuindo para que fossem identificados aspectos de interface da História Pública com a Literatura, movimento essencial no desenvolver desta pesquisa. Ademais, dentro dessa obra em questão, o texto do pesquisador Gerald Zahavi, *Ensinando história pública no século XXI*, que evidencia o esforço em tornar o conhecimento histórico acessível aos sujeitos, e da pesquisadora Jill Liddgton em *O que é história pública? O público e seus passados*, que mostra um caráter acolhedor da História Pública, abriram a possibilidade do trabalho com uma materialidade literária.

Também a obra *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários* (2016), organizada por Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo dos Santos e Ricardo Santhiago, se mostrou bastante relevante à esta pesquisa ao promover discussões sobre a produção histórica feita para, com e pelo público, lançando uma visão sobre uma multiplicidade de narradores que constroem registros tanto dentro quanto fora dos muros acadêmicos e também a partir de lugares sociais e perspectivas distintas proporcionando o trabalho com a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960)..

Com o propósito de inserir o leitor na nossa proposta de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História Pública/PPGHP da Unespar, Campus de Campo Mourão, demos destaque a uma panorâmica – ainda que sucintamente – acerca da “História da Arte”, ou seja, destacamos brevemente algumas pesquisas cuja temática está centrada na figura de Carolina Maria de Jesus e suas obras. Não seria possível mencionar todos os trabalhos de pesquisa em mestrado e/ou doutorado sobre a autora que nos últimos tempos foram defendidos em diferentes áreas do conhecimento: história, letras, sociologia e antropologia. De igual modo abrimos espaço para dar destaque a alguns dos referenciais teóricos que contribuíram para o fazer desta pesquisa científica. Passaremos, portanto, a expor brevemente a sistematização realizada. Para tanto, dividimos este trabalho em três capítulos. Em cada capítulo buscamos abordar uma faceta

da obra caroliniana para estabelecer um possível diálogo entre *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) e a História Pública.

O primeiro capítulo, *A Escrita da Experiência: o lugar do negro no Brasil pós-abolição em Carolina Maria de Jesus*, é dedicado a compreender o(s) lugar(es) da(s) Carolina(s) no pós-abolição brasileiro. Em fins do século XIX uma campanha abolicionista que se arrastara durante décadas e que conseguiu mobilizar importantes setores da sociedade alcançou o êxito. No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea e a data ficou conhecida como o dia da Abolição da Escravatura do Brasil. Uma liberdade que relegou os negros à própria sorte; sem que nenhuma reforma fosse levada a efeito foram condenados a ocuparem um espaço literalmente periférico da sociedade. O projeto de modernização para o Brasil não contemplou a população recém-liberta da escravidão; deslocados de sua relação com a terra, muitos deles passaram a ocupar as encostas de morros em barracos improvisados. É, pois, no cenário da sociedade brasileira de condições política, social, econômica e cultural distante apenas há 72 anos da “abolição” da escravidão que o repórter Audálio Dantas encontra a “protagonista” desta história que pretende ser pública. Neste cenário de 1960 o repórter apresentará à sociedade paulistana e ao mundo Carolina Maria de Jesus; partindo deste recorte temporal abordaremos a vida da população negra e suas condições por meio do diário de uma mulher que reúne a um só tempo a condição de mulher semianalfabeta, negra, pobre, migrante, líder de família e mãe solo em um período de recente abolição da escravidão no Brasil. Com sua narrativa cotidiana refletiremos que o processo abolicionista não apresentou nenhum projeto social com algum tipo de apelo para essa população recém “liberta”.

Também neste capítulo trazemos o contexto espaço/ temporal da personagem Carolina Maria de Jesus (1914–1977) ao mesmo tempo que discorreremos sobre a vida da autora na cidade de Sacramento até a sua chegada à cidade de São Paulo. Concomitantemente buscamos unir esse contexto com a vida de Carolina Maria de Jesus, analisamos sua obra *Diário de Bitita* (2014) e algumas passagens de outras obras, bem como as considerações de Tom Farias, autor de *Carolina: uma biografia* (2017). O nascimento de Carolina Maria de Jesus a distanciava apenas 26 anos da Lei Áurea. Foi menina pobre e que teve pouco acesso à escola. Vivía com sua mãe dona Cota, com seu avô e com alguns outros parentes no interior de Minas Gerais, na pequena cidade de Sacramento. Na obra *Diário de Bitita* (2014) – último manuscrito de Carolina, publicado postumamente – ela nos apresenta sua infância de menina teimosa, esperta, indagadora e observadora do comportamento ao seu redor. Provavelmente dessa capacidade indagadora e atenta ao mundo dos adultos, nem sempre justo com as crianças, tenha se

construído uma Carolina insatisfeita e revoltada com as injustiças sociais, característica muito presente em seus escritos. Carolina passou por muitas migrações até centrar-se por algum tempo na favela do Canindé, em São Paulo. A favela do Canindé é justamente o cenário cotidiano; lugar onde ela descreve sua condição de favelada retratada em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). Carolina foi descoberta em 1958 pelo jornalista Audálio Dantas (1929-2018), para quem ela mostrou os diversos cadernos nos quais fazia seus apontamentos de uma realidade cotidiana na favela, e que foi compilado pelo jornalista originando *Quarto de despejo diário de uma favelada* (1960). O livro em questão foi responsável pelo sucesso de Carolina; a autora foi consumida e, de certa forma, descartada tanto pelo mercado editorial quanto pelo público, fato que não foi impedimento para nos deixar um legado de muita resistência.

Desta forma, contextualizamos a vida de uma população negra de ancestralidade escrava, ao mesmo tempo colocamos as experiências de Carolina para dialogar com um racismo estrutural à brasileira contrapondo-se ao mito da democracia racial. Para tal lançamos mão das obras de Abdias Nascimento, Oracy Nogueira, Nilma Lino Gomes, Lilia Moriz Schwarcz e Sílvio Almeida. Para compreender o contexto do pós-abolição fizemos uso das considerações de Florestan Fernandes, Petrônio José Domingues, Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos. Compreender qual é a pedra angular na qual o racismo se assenta foi peça chave para constatar que, de acordo com Almeida (2019), o racismo é um processo estrutural e estruturante da sociedade brasileira e é nessa sociedade que nos encontraremos com Carolina Maria de Jesus, mulher, mulher negra, mulher semianalfabeta, mulher mãe e mulher favelada.

No segundo capítulo *A Experiência da Escrita em Carolina Maria de Jesus: uma História Pública sem retoques* trataremos da experiência da escrita em Carolina Maria de Jesus e as repercussões sociais nos meios acadêmicos e de intelectualidade literária. Traçamos algumas interfaces entre a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) e a História Pública, campo de práticas da historiografia que se encontra em efervescência no Brasil. Para essa discussão lançamos mãos das abordagens de Marta Rováí, Juniele Rabêlo de Almeida, Jill Liddgton e Gerald Zahavi. Além disso, objetivamos compreender um pouco das interdições³ sofridas por Carolina Maria de Jesus em sua posição de escritora “não consagrada” pela norma culta. Demos destaque para a crítica literária oficial que operacionalizou de forma a subalternizar a escritora “negra e favelada”. Observamos a própria norma culta da língua

³ As interdições, para Foucault (1977), são processos das práticas discursivas que configuram a possibilidade de existência de um discurso. A interdição condiciona o que pode ou não ser dito.

portuguesa, instrumentalizada de forma a atuar como forte limitador da escrita em muitos momentos.

Vale ressaltar que, como componente do projeto de pesquisa e a fim de promover a divulgação da História de Carolina Maria de Jesus, um dos objetivos dentro das práticas de História Pública, foi criar uma página no Instagram intitulada *Muito bem, Carolina!*, onde buscamos criar diálogos que inserem discussões acadêmicas voltadas para um público não especializado, mas que deve ser chamado para reflexões e debates sobre assunto tão próximos do cotidiano social da atualidade brasileira.

Por fim, no terceiro e último capítulo de título: *Carolina Maria de Jesus e sua obra: a regulação e normalização dos corpos negros* conduzimos a pesquisa para discussões de maneira a compreender o lugar do corpo negro na obra de Carolina Maria de Jesus. Para tanto, lançamos mão de dois conceitos: disciplina e biopoder. Tais conceitos são provenientes das reflexões de Michel Foucault (1926-1984), filósofo e historiador das ideias francês. Percorremos o desenvolver desses conceitos nas obras *A microfísica do poder* (1977); *Em defesa da sociedade* (2005); *Vigiar e Punir: o nascimento das prisões* (2019); *História da sexualidade* (2009); e *Segurança, território e população* (2008). Compreender e discutir a obra de Carolina Maria de Jesus é trazer para o centro o novo imaginário de transformações sociais retratados em sua obra e que ainda não se esgotaram. É necessário compreender sua influência no tecido intrincado de significações que dirigem tanto a sociedade quanto os indivíduos que a compõem.

CAPÍTULO I

A ESCRITA DA EXPERIÊNCIA: O LUGAR DO PRETO NO BRASIL PÓS- ABOLIÇÃO EM CAROLINA MARIA DE JESUS

1.1 Nasce Carolina Maria de Jesus: infância, adolescência e vida adulta no pós-abolição

A casa do vovô era tão pobre! Ele catou quatro forquilhas e enterrou-as no chão. Pôs dois travessões e as tábuas. era a cama com um colchão de saco de estopa cheio de palha. Uma coberta tecida no tear, um pilão, uma roda de fiar o algodão, uma gamela para lavar os pés e duas panelas de ferro. Não tinham pratos, comiam na cuiá. (JESUS, 2014a, p. 29)

O *Diário de Bitita*⁴ (2014a) é mais uma das obras de Carolina Maria de Jesus. Tal obra é de publicação póstuma, uma vez que a autora morreu em 1977 e a publicação ocorreu em 1982, primeiramente na França e, em 1986 no Brasil. Em francês, *Journal de Bitita* é obra que tem na sua autoria a mesma Carolina Maria de Jesus revelada pelo jornalista Audálio Dantas, autora de *Quarto de Despejo* – uma reunião de diários que deram visibilidade a vida nas favelas brasileiras a partir de um testemunho de quem vivia o cotidiano de favelado e que foi publicado em 1960. Conquanto na obra mais recente (1982) se visualize um projeto cuja intenção é dar uma feição memorialística para a narrativa, no seu conjunto a obra é atípica se a comparamos com sua primeira publicação (1960). Não é difícil chegarmos à conclusão que entre os processos editoriais de “as idas e vindas” dos escritos, certamente muito se perdeu da autêntica linguagem da autora. Antes de mais nada é preciso esclarecer que para o pesquisador da vida e obras de Carolina Maria de Jesus incomoda a ideia de na narrativa ter sido alterado o seu português original para deixá-lo adequado à norma culta, mas em outro capítulo trataremos desse viés.

Carolina foi uma escritora e poetisa brasileira nascida em Minas Gerais, no município de Sacramento. Sua obra de maior proeminência é *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), porém não foi a única escrita por ela. Nesse primeiro capítulo buscaremos compreender melhor o período de infância e adolescência da escritora por meio dos ocorridos no período do

⁴ A obra impressa de título “*Diário de Bitita*” foi primeiramente publicado em francês, a partir de manuscritos originais que foram entregues, pela autora Carolina Maria de Jesus a duas jornalistas francesas que vieram ao Brasil para entrevistá-la. A publicação foi uma edição póstuma – *Journal de Bitita*, trad. Régine Valbert, A. M. Metailié, 1982 – ela havia falecido em 1977.

pós-abolição associados a narrativa da obra *Diário de Bitita* (2014a). Posteriormente serão detalhadas outras informações relevantes sobre a biografia da autora.

Nesta obra póstuma ela retrata o período inicial de sua vida e em suas memórias tem-se a narrativa do período de convivência com sua família deixando entrever o grande respeito e admiração que guardou em suas lembranças pelo avô, um ex-escravo de nome Benedito José da Silva, ao afirmar: carregava o “Sobrenome do sinhô”. Aliás, uma prática bastante comum entre os proprietários de escravos no Brasil, era a de registrarem seus escravos com o próprio nome porque isso facilitava a localização deles nos corpos documentais. Assim, com frequência, observa-se que, uma vez libertos, assumiram o sobrenome da sua família senhorial (RODRIGUES, 2014). Carolina descreve o avô como “um preto alto e calmo. Resignado com sua condição de soldo da escravidão. Não sabia ler, mas era agradável no falar. Foi o preto mais bonito que já vi até hoje” (JESUS, 2014a, p. 07).

Abordar as condições de vida da população negra na narrativa de uma mulher que reúne a um só tempo a condição de mulher semianalfabeta, mulher negra, mulher pobre, mulher migrante, mulher líder de família e mãe solo em um período de recente abolição da escravidão no Brasil nos faz refletir que o processo abolicionista não apresentou nenhum projeto social com algum tipo de apelo para essa população recém-liberta.

Para Beatriz Sarlo (2007, p.11) as contínuas reflexões pela narrativa da história tornaram-se também um combate pela identidade. “Nessa permutação do vocabulário se refletem a primazia do subjetivo e o papel a ele atribuído na esfera pública”. É importante considerar que sempre que isso acontece entra em cena um novo “sujeito e experiência” cujas pretensões deve-se analisar. Neste sentido pergunta-se: “Deve prevalecer a história sobre o discurso e renunciar-se àquilo que a experiência teve de individual?”. Deve-se considerar o utópico da “narração” de memória em detrimento do, também, utópico da experiência (SARLO, 2007, p. 23-24)? Não há testemunho sem experiência ou experiência sem narração; a experiência emudecida se liberta por meio da linguagem, é comunicada e não cai no esquecimento.

Refletir Carolina Maria de Jesus na sua obra máxima *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) é inscrever sua experiência na narração de um novo espaço e temporalidade, esse testemunho deve se converter em um relato de impacto para a História Pública.

Mas, para compreender as condições nas quais vivia a população liberta faz-se necessário retomar brevemente como se deu o processo de abolição da escravidão. Para compreendê-lo lançaremos mão das considerações de George Reid Andrews, desenvolvidas na

obra *Negros e brancos em São Paulo 1888-1988*. De acordo com o autor o volume de negros escravizados trazidos para o Brasil foi a ruína do tráfico. Nos anos 1840 a presença de uma massa populacional negra e rebelde poderia ser o estopim para novas revoltas. Além disso, Andrews (1998) afirma que a pressão diplomática da Grã-Bretanha também foi um fator decisivo para o fim do tráfico negreiro. Somado a esses dois fatores a Lei do Ventre Livre de 1871 foi mais um passo em direção à eliminação da escravidão em território nacional. Por fim, existia uma plena consciência dos negros escravizados, a considerar que, a escravidão ia de encontro ao catolicismo e aos princípios cívicos brasileiros, assim vemos justificativas na construção de argumentos e resistências em apoio à continuidade da escravidão e suas injustiças. Segundo Andrews (1998), “os desenvolvimentos agravaram as formas tradicionais de resistência dos escravos, e quando o apoio público e oficial à escravidão foi reduzido, os escravos foram do mesmo modo incentivados a retomar às rebeliões das décadas de 1820 e 1830”. Em Limeira, perto de Campinas, em 1879 várias conspirações de escravos foram descobertas por policiais. Fazendas próximas a Campinas foram campo de sangrentas rebeliões conspiradas por escravos nos anos de 1881 e 1882 (ANDREWS, 1998. p.70).

Ainda em 1878, no ápice de rebeliões sangrentas, os fazendeiros insistiam no manutenção da escravidão, pois consideravam altas as somas empreendidas em compras de escravos e havia o receio de não reaverem “os investimentos”, além disso, o temor em não encontrar mão de obra para o trabalho nas fazendas após a libertação. Dessa forma, os fazendeiros se armaram em razão da crise, simultaneamente a esse movimento os abolicionistas também decidiram por tomadas de medidas radicais, agindo fora do sistema político. Antônio Bento, líder do movimento, defendia o fim da escravidão por todos os meios necessários, assim ele e seus companheiros “organizaram redes de caifazes⁵, agentes que circulavam pelo campo espalhando tanto as novidades do movimento, como as da abolição da escravidão em outros locais do Brasil e da América Latina e incitando os escravos a se levantar contra seus senhores e fugir” (ANDREWS, 1998, p.72).

Conforme afirma o historiador José Murilo de Carvalho (2007), na obra em que apresenta o perfil biográfico de Dom Pedro II, há nos anos de 1885 até 1888 uma turbulência

⁵ Os Caifazes foram grupos abolicionistas que se organizaram na Província de São Paulo após 1880. Liderados pelo advogado, ex-delegado, ex-promotor e ex-juiz, Antonio Bento de Souza e Castro (membro da elite paulista) eram formados, principalmente por tipógrafos, artesãos, pequenos comerciantes e ex-escravos. Os Caifazes estiveram presentes na organização de diversas fugas em fazendas cafeeira e até mesmo nas cidades. Chamá-los Caifazes era uma referência ao personagem bíblico que corrompeu Judas para trair Jesus. No caso dos Caifazes brasileiros era porquê estavam promovendo a traição aos escravistas.

nas condições sociais das cidades advindas das fazendas em razão das frequentes fugas de escravos financiadas por associações abolicionistas.

A maré abolicionista tornou-se irresistível, transformando-se no primeiro grande movimento nacional de opinião pública. Nem as fazendas escaparam. Em São Paulo, um grupo abolicionista chamado ‘*caifases*’ promovia fugas de escravos. As fugas multiplicaram-se, especialmente nas províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Cresceu o número de quilombos, alguns patrocinados por abolicionistas, como o do Leblon, na capital do Império. (CARVALHO, 2007, p.190)

Assim, ainda de acordo com o autor, mesmo que existissem grupos que se utilizassem da violência, a fuga era o principal mecanismo de resistência dos escravizados.

Ainda na perspectiva dos autores mencionados era evidente que a escravidão como instituição já era algo insustentável devido à resistência dos escravos. Desta forma, no mês de fevereiro de 1888 a escravidão foi abolida em São Paulo e posteriormente, em 13 de março do mesmo ano, a princesa Isabel aboliu a escravidão no resto do território nacional. Andrews (1998) comenta que os fazendeiros paulistas se alegraram por terem extinguido a escravidão em São Paulo sem a intervenção dos poderes públicos, porém esse fato é tido como falácia. Como já mencionado, as autoridades imperiais intervíram diretamente tanto com o encerramento do tráfico de escravizados em 1850 quanto com a Lei do Ventre Livre de 1871. Além disso, os movimentos de resistência dos negros foram a peça central para que a escravidão fosse abolida naquele estado, foi uma conquista do povo perante os interesses das oligarquias, a primeira expressão de democracia na história do Brasil. Após o processo emancipatório dos negros, cabia aos fazendeiros a reestruturação de questões políticas, sociais e econômicas como maneira de proteger os seus interesses. É importante frisar que a questão política principal a ser alterada era a derrubada da monarquia e a instituição de uma república descentralizada.

Florestan Fernandes, na obra *A integração do negro na sociedade de classes* (1965), afirma que a dissolução do regime senhorial e escravista se deu de maneira a não existir uma mínima assistência, garantia ou políticas públicas que protegessem os negros na transição para o trabalho livre. Nenhuma instituição assumiu a responsabilidade de ampará-los para uma nova organização de suas vidas para o trabalho livre. Para o autor, essas facetas imprimiram à abolição um caráter extremo e cruel. Carolina Maria de Jesus nos mostra um pouco das vivências de seu avô nesse período:

O meu avô era um vulto que saia da senzala alquebrado e desiludido, reconhecendo que havia trabalhado para enriquecer o seu sinhô português. (...)

O homem que nasce escravo nasce chorando, vive chorando e morre chorando. Quando eles nos expulsaram das fazendas, nós não tínhamos um teto decente, se encostássemos num canto aquele lugar tinha dono e os meirinhos nos enxotavam. (...) Quando um negro dizia: - Eu sou livre!, ninguém acreditava e zombava dele. (JESUS, 2014a, p. 60-61)

Votada pela elite, o fim da escravidão em 1888 colocou uma pedra sobre a possibilidade de um debate para a reforma agrária. André Rebouças, engenheiro negro formado pela escola militar, era um monarquista abolicionista e em seus debates sempre discursou favorável à distribuição de terra improdutivas para ex-escravos; entre seus pares, o político Joaquim Nabuco também apoiava sua ideia. Já fazendeiros, republicanos e mesmo abolicionistas mais moderados ficaram em polvorosa. O historiador da escravidão Luiz Felipe de Alencastro (2018) considera que há 130 anos, momento em que o Senado Imperial do Brasil extinguiu a escravidão, um outro tema importante posto em discussão era a reforma agrária. Por fim, a propriedade rural dos latifundiários não correu nenhum risco, uma vez que com a anuência do movimento republicano nenhuma compensação ou alternativa foi dada aos libertos para que fossem inseridos na nova sociedade brasileira de “homens livres”.

Em entrevista concedida a BBC Brasil em 13 de maio de 2018⁶, o historiador tece considerações sobre a origem da violência e discriminação racial aqui, no Brasil. Considera que a escravidão é tratada como um passado distante, ainda que não se tenha passado tanto tempo assim. Em outras palavras podemos afirmar que após a abolição os “libertos” tiveram que enfrentar formas alternativas de trabalho, em muitos momentos tão compulsórias quanto a escravidão. Vale lembrar que, para além da questão da perda de privilégios em razão da abolição, a existência de um grande contingente populacional negro também era um ponto. Desta forma, a política de branqueamento ou Política Imigrantista foi adotada.

Com a Proclamação da República em 1889 e com a instauração de uma estrutura federal descentralizada, foi criado um mecanismo perfeito para que os grandes fazendeiros ainda se mantivessem no poder e garantissem o controle sobre o Estado e sobre a política nacional. Pensando em uma dinâmica que envolvia fazendeiros e ex-escravizados, observa-se uma distinção de perspectivas para o pós-abolição. Além disso, a questão da liberdade era vista a partir de diferentes pontos de vista: por um lado o otimismo por parte dos negros, por outro lado a inquietação e o desconforto dos fazendeiros. O temor “não foi tanto a violência física,

⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>.

mas o poder dos ex-escravos do Brasil para negociar com os fazendeiros como ambas as partes iriam viver e trabalhar juntas" (ANDREWS,1998, p.84)

A relação entre o negro e o trabalho era vista pelos fazendeiros com pessimismo já que acreditavam que não existiria a menos que fosse forçada. Essa perspectiva era constantemente reforçada pelo racismo científico em profusão na época, este pregava que os povos não brancos e racialmente mistos eram inferiores em relação aos povos brancos. Além disso, a experiência da agricultura em território brasileiro também contribuiu para a consolidação da perspectiva aqui delineada.

Era uma verdade inegável que os escravos não queriam trabalhar sob essas condições; e era igualmente verdade que as pessoas livres também não o queriam. Os escravos não tinham escolha nessa questão; as pessoas livres, sim, e usavam esse poder de escolha para manter a maior distância possível entre elas e o trabalho nas fazendas. Para os fazendeiros, a conclusão a ser extraída dessa experiência histórica era óbvia: tanto os escravos quanto os trabalhadores livres eram vadios, imprestáveis e vagabundos, que só trabalhavam sob a ameaça de extrema força - e, frequentemente, nem mesmo assim. (ANDREWS, 1998, p.85)

Vê-se, portanto, um grande esforço da elite em reverter as consequências da abolição não medindo esforços em “jogar para baixo do tapete” todo o passado nebuloso causado pela nódoa escravista. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993)⁷, a partir de 1870 as teorias raciais europeias chegaram ao Brasil e aqui foram adequadas à contextualização política e social. Uma realização que ficou a cargo da intelectualidade da época; nas adequações o que se imaginou combinar foi apropriado e descartado o que se considerou problemático para a nação. Amplamente divulgadas nos meios educacionais, as teorias raciais deram o tom para os critérios de cidadania e civilidade. Uma vez legitimadas as distinções raciais, as teorias raciais foram inspiradoras do projeto de nação. Existiria então uma tentativa de europeizar o Brasil embranquecendo a população por meio do estímulo à imigração, pois o objetivo era criar uma sociedade supostamente desenvolvida nos trópicos e também restaurar o controle da força de trabalho.

Assim, não foram criadas estratégias para incluir a população negra na sociedade brasileira, muito pelo contrário, estratégias de exclusão foram criadas e devem ser

⁷ A obra de “SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.” foi publicado na década de 1990, obra que expõe temática que muito cara ao Brasil; carente de novas abordagens a luz do século XXI. A década de sua publicação é justamente um contexto que da Europa nos chegavam notícias de um violento “ressuscitar” de onda neonazista contra judeus, turcos, negros e imigrantes em geral. O recrudescer de ideias racistas precisam ser revisitadas afim de serem despidas de uma pseudocientificidade do século XIX.

compreendidas detalhadamente em seus esforços. Voltemos nossa atenção para as Leis de Terras e a Política Imigrantista, fatores essenciais na construção do alijamento dos negros. A Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmária sem preenchimento das condições legais. Bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (BRASIL, 1850)

No Brasil a concessão de terras até meados do século XIX era realizada pelas Coroa por meio de sesmarias ou as terras simplesmente eram ocupadas. Com a promulgação da Lei de Terras de 1850 existe um congelamento de toda estrutura fundiária por parte do Estado, mantendo assim a propriedade das terras nas mãos dos senhores. Tais senhores agora proprietários de terras poderiam, em um futuro não muito distante, arrendar suas terras aos imigrantes europeus, que passam a ocupar o país em razão da Política Imigrantista de 1875. Vale pontuar também que para além da questão da perda de privilégios em razão da abolição, havia a questão da existência de um grande contingente populacional negro também. A partir de tais medidas, somos capazes de compreender que a elite brasileira, atemorizada com a perda de seus privilégios, restringe a inserção social dos ex-escravizados criando mecanismos reguladores e excludentes que guiaram a passagem da escravidão para o trabalho livre.

Ainda tratando da concessão de terras em solo brasileiro, Lúcia Osório Silva na obra *Terras devolutas e latifúndio* (1996) aponta que a Lei de Terras de 1850 estava intimamente ligada com o desenvolvimento do estado nacional.

Além disso, a interrupção de concessões de sesmarias foi a primeira ação do governo nacional no que diz respeito às terras, entretanto o poder público foi prejudicado pelas disputas de poder entre as oligarquias. Em um quadro de questões jurídicas relacionadas à terra era presente uma intensa contradição. Se em uma perspectiva era importante que houvesse a legalização de terras pelo Estado, por outro lado havia a resistência dos fazendeiros a medidas que restringissem o território de suas fazendas, entretanto era de suma importância o reconhecimento das terras para que assim os fazendeiros pudessem declarar suas propriedades.

Ainda de acordo com a autora, foi apenas no século XIX que existiu um alinhamento tanto de conjunturas internas quanto externas para a viabilização jurídica das terras nacionais.

Por um lado, a Inglaterra se converteu em uma obstinada opositora do tráfico de negros, proporcionando um vislumbre da abolição do trabalho forçado, uma vez existente essa possibilidade era de suma importância o controle do poder público sob a terra impedindo que fosse ocupada pelos negros. Por outro lado, a consolidação do Partido Conservador correlacionada à economia cafeeira buscava ordenar a propriedade da terra.

A Lei de Terras existiu como um complemento à Lei Eusébio de Queiroz que, proibindo o tráfico, previa o fim do escravismo. A partir do fim da escravidão a prioridade se deslocou, passou a ser a terra o foco de representação de mercadoria e capital. Essa nova legislação permitia o acesso a terras devolutas somente pela compra beneficiando assim os grandes proprietários e possibilitando a transformação dos terrenos públicos ocupados em propriedades privadas e manteve a terra isenta de impostos territoriais. Outrossim tal legislação definia que os estrangeiros que comprassem terras teriam direito à naturalização e autorizava o governo a importar um certo número de colonos por ano. Sem nenhuma política de reforma agrária, sem que os recém-libertos tivessem acesso à terra restou-lhes a condição de indivíduos marginalizados e subalternos na nova composição de sociedade brasileira. Sem acesso à terra ou a educação, a grande maioria dos 700 mil libertos com a “Lei Áurea de 1888” permaneceram submetidos aos grandes proprietários. Muitos se tornaram migrantes que fugiam das repressões, taxados de vadios ou vagabundagem, principalmente aqueles que eram insubordinados e se recusavam aos caprichos dos proprietários e aos baixos salários.

Petrônio José Domingues, na obra *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição* (2005), faz uma abordagem do decreto-lei de 1830 notoriamente discriminatório que tratava do trabalho livre e sua elaboração. A contratação de trabalho de africanos era vetada: "Art. 7º. O contrato mantido pela presente Lei não poderá celebrar-se, debaixo de qualquer pretexto que seja, com africanos bárbaros, à exceção daqueles que atualmente existem no Brasil" (DOMINGUES, 2004, p. 20).

Curiosamente, Carolina Maria de Jesus, na obra *Diário de Bitita* (2014a) também faz referência ao trabalho europeu nas lavouras brasileiras. Com sua habitual ironia afirma: "Eles tiraram o São Benedito da lavoura e colocaram o São Genário. É mania do brasileiro, tem o remédio no país, mas preferem importar da Europa" (JESUS, 2014a, p. 30). E de fato podemos

verificar essa "mania de brasileiro", ou melhor dizendo, esse racismo do brasileiro, especialmente em São Paulo, o centro do progresso na época em questão.

Para Cláudia Rosalina Adão (2017), em 1878, o Congresso Agrícola⁸ realizado no Rio de Janeiro e em Recife serviu de suporte para a o agir da classe dominante na época. Mesmo com o projeto de incentivo mais substancial ocorrendo depois da abolição, é importante trazer à baila que antes mesmo desse acontecimento o trabalho assalariado livre era algo realizado nas fazendas tanto por trabalhadores brasileiros quanto europeus. De acordo com Andrews (1998) existiram tentativas do governo imperial em estimular o envolvimento de europeus no cultivo do café, porém os projetos iniciais não foram satisfatórios. Os europeus não achavam nem satisfatório nem benéfico concorrer com a mão de obra escrava que estava sob coação. Além disso, o autor afirma que a experiência dos fazendeiros com os imigrantes europeus na década de 1860 não foi positiva, já que essa população resistia ao trabalho na fazenda e também organizava paralisações de trabalho e rebeliões. Dessa forma, somente após a abolição o governo republicano constituído por fazendeiros que, norteados por um ideal eugenista e desacreditados do trabalho da população nacional, investiram pesadamente na importação de mão de obra europeia. Entre os anos de 1890 e 1914 mais de um milhão e meio de europeus migraram para a cidade de São Paulo. Vê-se aqui um estímulo à competição entre o trabalhador nacional e o estrangeiro, porém desde o início o governo supôs que os europeus ganhariam. A *segregação do liberto*, artigo escrito em 1889 e publicado no jornal *A província de São Paulo*, veiculava a vitória dos imigrantes e culpava os ex-escravos:

O trabalhador nacional abandonou a posição conquistada, fez-se substituir pelo emigrante, forçou o proprietário a decidir-se por este. E agora, "o vazio deixado pelo primitivo trabalhador foi preenchido para sempre. O liberto está, portanto, segregado, inutilizado, perdido para a vida productiva. (A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, 1889, *apud* ANDREWS, 1998, p.101)

Os fazendeiros trouxeram os europeus em massa para o Brasil, especialmente para São Paulo, contando, como mencionado anteriormente, que eles ganhariam a disputa de mão de obra e se instaurariam como dominantes. Porém, indo de encontro ao previsto, tais trabalhadores engendraram um movimento operário buscando reunir a massa total de

⁸ A elite de origem nordestina via o trabalhador nacional como solução para a questão da mão de obra e tomava o programa imigrantista como dispendioso aos cofres públicos. De forma divergente, os fazendeiros paulistas acreditavam que o imigrante branco e europeu era dotado de melhores atributos culturais em comparação ao trabalhador brasileiro. Dois projetos para a organização do trabalho livre se digladiavam no Brasil, no entanto o incentivo a imigração de brancos europeus se converteu em oficial no estado de São Paulo.

trabalhadores. Tais indivíduos, percebendo da tática dos patrões em dividir e conquistar, buscaram como objetivo de seu movimento eliminar as divisões de raça e étnicas uma vez inspirados por doutrinas socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas (ANDREWS, 1998, p.103). Em contrapartida, mesmo com esse objetivo traçado, era difícil suplantá-lo, já que muitos líderes operários imigrantes eram racistas. Mesmo com toda essa movimentação e construção de uma igualdade entre trabalhadores, tanto europeus quanto afro-brasileiros estavam vulneráveis a pressões do mercado de trabalho.

A partir do panorama traçado até agora constata-se que as políticas reparatórias e benéficas foram aplicadas aos imigrantes, e aos negros ex-escravizados a possibilidade da aplicação de tais políticas nem foi considerada. “Na transição do trabalho escravo para o assalariado, na cidade de São Paulo, o trabalhador nacional foi substituído pelo estrangeiro, o negro pelo branco” (ADÃO, 2017, p. 18). A criação tanto da Lei de Terras quanto da Política Imigrantista pelo estado nacional barrou o acesso da população negra a aspectos importantes da sociedade. Tais fatos confirmam que o racismo no Brasil não se atém apenas ao âmbito verbal, mas se consolida na arena política.

Para Ana Maria Rios e Maria Hebe Mattos (2004), a questão do desenvolvimento do mundo rural num Brasil pós-abolição é algo que também ocupa certo destaque e tem determinada importância. Pensando nesse contexto, as autoras demonstram que antes mesmo da abolição já era preocupação dos senhores a possibilidade de os escravos deixarem as fazendas em que trabalhavam. Como forma de manterem essa população dentro das terras dos senhores estes buscavam atar-se aos escravos por laços de gratidão por meio das cartas de alforria e inventários a fim de mantê-los nas propriedades de origem nos últimos anos do século XIX. Porém, de acordo com Andrews (1998, p.86), existiam outras táticas para manter os negros nas fazendas: a contratação de pistoleiros que perseguiram os negros livres e os ameaçavam para que aceitassem o trabalho na fazenda, alguns fazendeiros que trabalhavam junto aos responsáveis pelo cumprimento da lei para prender os negros e os devolverem às fazendas.

Apenas aqueles fazendeiros que conseguiram se adaptar aos novos ares trazidos pelo pós- abolição foram capazes de manter os negros trabalhando em suas terras, porém agora sob novas condições. Andrews (1998, p.88) pontua que entre 1887 e 1888 existiu um intenso processo de negociação entre os libertos e os ex-senhores, já que a preocupação central era o distanciamento da antiga posição de escravos. Assim os capatazes não deveriam agredi-los com o chicote, mulheres e crianças não deveriam trabalhar e as trancas dos barracões deviam ser

removidas. Porém, mesmo com essas condições, existiam libertos que não aceitavam trabalho nas plantações onde foram escravizados

Mas, para além dos argumentos acima mencionados, os laços de parentesco e amizade construídos entre os escravos mostrou-se, em alguns momentos, um fator vantajoso para a permanência do escravo em localidades onde construía laços afetivos e até família. A saída ou a permanência nas fazendas ainda deveria ser pensada pelo melhor viés estratégico, questões como possibilidade de vida entre família e amigos, moradia e condições de trabalho deveriam ser analisadas, já que o acesso à compra de terras era impossibilitado.

Desse modo, duas formas de ocupação do espaço e de condições de sobrevivência se sedimentaram. Ana Maria Rios e Maria Hebe Mattos (2004) afirmam que existia em uma perspectiva a estabilidade via contratos informais, que se manteriam ao longo do tempo e regeriam a vida dessas famílias negras/libertas em condições de camponeses. Por outro lado, existia também a possibilidade de grande mobilidade das famílias e o trabalho em empregos sazonais, que muitas vezes era tão limitado não sendo possível nem colher o que haviam plantado.

Pensando também na dinâmica que envolvia imigrantes e negros em âmbito rural, Andrews (1998) comenta que os europeus conseguiram se fixar nas regiões mais prósperas de São Paulo e também ocupar os melhores trabalhos, em contrapartida, os negros foram impelidos para as partes mais pobres. Ademais, os fazendeiros do Vale do Paraíba não foram capazes de sustentar os europeus, mantendo dessa forma uma mão de obra negra semelhante à presente em Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Tom Farias (2017), na obra *Carolina: uma biografia*, afirma que Carolina Maria de Jesus trabalhou de forma sazonal em uma fazenda parte de sua adolescência vivendo com sua mãe e seu padrasto José Romualdo. D. Cota, mãe de Carolina, tomou interesse por "José Romualdo, também negro, que chegou na cidade à procura de uma mulher honesta e trabalhadora que convidou para irem morar e trabalhar juntos como colonos numa fazenda em Uberaba" (FARIAS, 2017, p. 55). É em um contexto de pobreza e grande exploração que D. Cota aceita o convite de José Romualdo e partem para a fazenda de Uberaba, levando consigo a filha Carolina.

Carolina mostra em seus escritos um certo carinho com sua vida de roceira:

Hoje vivo a chorar saudosa
A minha infância tão bela
Que quadra pundonorosa
Não mais esqueci-me dela

De manhã pegava a enxada
 Ia pra roça trabalhar
 À tarde estava cansada
 Jantava, ia-me deitar (...)
 (JESUS, 1996, p. 168 apud FARIAS, 2017, p. 57).

No início de sua vida como colono existia muita prosperidade, as terras para plantação eram vastas e o plantio para a subsistência e para o fazendeiro eram bons, Carolina e seus parentes se sentiam felizes e confortados. Porém, "sem mais nem menos, o dono da fazenda, Olímpio Rodrigues de Araújo, enxotou todo mundo de suas terras (...) alegava o fazendeiro que todos estavam sendo beneficiados com os lucros (...) e nada dividiam com ele" (FARIAS, 2017, p. 59). Além de saírem enxotados da fazenda ainda saíram devendo, "oito mil réis, dívida que Olímpio Rodrigues de Araújo aventurou cobrar pelo período de permanência da família em suas terras" (2017, p. 61). Mesmo que Carolina tenha visto algum benefício na vida de colono, existiam fatores extenuantes nesse modelo de trabalho, ela ilustra um pouco essa situação em um poema chamado *O colono e o fazendeiro* presente no livro de publicação póstuma *Antologia Pessoal* (1996):

Diz o brasileiro
 Que acabou a escravidão
 Mas o colono sua o ano Inteiro
 E nunca tem um tostão
 Se o colono está doente
 É preciso trabalhar
 Luta o pobre no Sol quente
 E nada tem para guardar
 Cinco da madrugada
 Toca o fiscal a corneta
 Despertando o camarada
 Para colheita
 Chega à roça ao Sol nascer
 Cada um na sua linha
 Suando para comer
 Só feijão com farinha
 Nunca pode melhorar
 Esta negra situação(...)
 (...)Percebi que o fazendeiro
 Não dá valor ao colono. (JESUS, 1996, p.147-149)

Sobre essa questão de trabalhos sazonais realizados pela população negra e a concorrência com os imigrantes, Andrews (1998, p.111) aponta que existia um mercado de trabalho racialmente segmentado e constituído por uma camada dupla. A primeira camada era a superior, composta por imigrantes que desejavam ganhar dinheiro e construir um pecúlio, já

as segundas era onde os trabalhadores nacionais se faziam presentes, eles realizavam as tarefas rejeitadas pelos europeus. Existia, claramente, uma preferência de contratação.

Saltando do contexto vivido por Carolina na cidade mineira Uberaba para a capital paulista no período da Primeira República (1889-1930), e retomando as relações entre negros e brancos imigrantes antes mencionadas, vemos que a desigualdade racial no mercado de trabalho livre permanece. Para Kowarick (2000), uma massa sem raízes era formada pelos libertos e tal população não foi assimilada no processo produtivo até 1930, a integração dessa população teve um pouco mais de êxito com o decreto nº 19.482, que suspendeu por um ano o desembarque de imigrantes. Mesmo com essa singela abertura à população negra, ainda existia uma dificuldade de inserção em trabalhos mais rendosos. De acordo com Andrews (1998), em 1920 a posição dos negros na economia era muito ruim mesmo com a industrialização, eles foram barrados dos trabalhos nas fábricas sendo obrigados a se aterem ao setor de trabalho informal. Além disso, serviços domésticos ou aqueles que exigiam habilidades simples eram os que os negros tinham acesso. Essa limitação no adentrar ao mundo do trabalho é mostrada por Carolina Maria de Jesus.

As empregadas eram obrigadas a cozinhar, lavar e passar. As refeições deviam ser preparadas com artifícios: cestinhas de tomate recheadas com maionese, cestinhas de batatas recheadas com presunto moído, azeitonas etc. (...) quantas louça e talheres e panelas pra serem lavados! E tinha que arear os talheres. Lavar os ladrilho, enxugá-los com panos. Deixavam o trabalho às onze da noite. Trabalhavam exclusivamente na cozinha. Era comum ouvir as pretas dizerem: - Meu Deus! Estou tão cansada! (JESUS, 2014a, p. 36-37)

A descrição acima feita por Carolina Maria de Jesus ilustra o apontado por Andrews (1998) que afirma que o trabalho doméstico ainda tinha muitas características da escravidão que sobreviveram até o século XX. Além disso, com a alta competitividade e preferência do homem imigrante europeu, o homem negro se encontrou sem trabalho e a mulher negra se viu obrigada a retornar ao trabalho doméstico. Assim a conjuntura agia a “ponto de tomar o criado doméstico negro um aspecto característico da vida em São Paulo, como também em outras cidades brasileiras” (ANDREWS, 1998, p.116).

Os informantes afro-brasileiros que viveram naquele período recordam que "por bem de verdade quem sustentava mesmo a família negra eram as mulheres que, ao meu ver, foram grandes lutadoras ..." Elas tinham de ser, para resistir aos rigores físicos e emocionais de uma tal vida. A doméstica negra típica "trabalha titanicamente", dizia um dos jornais negros. "Ela lava,

engoma, cosinha, é enceradeira, copeira e tudo quanto se pode inventar de mais pesado em contraste com seu físico mal nutrido, mal dormido e consequentemente depauperado. Nas épocas delicadas para o seu sexo, jamais pode ter o resguardo necessário. Precisava trabalhar." A força exigida para sustentar essa luta era às vezes mais do que um ser humano podia suportar. (O KOSMOS, 1924, apud ANDREWS, 1998, p.117)

Até agora delineamos um pouco da situação difícil da população negra no pós-abolição, porém, vale ressaltar que uma maneira de resistir e tentar alterar esse quadro desfavorável foi criada a imprensa negra, “uma série de jornais alternativos voltados para a luta em defesa dos interesses da classe dos homens de cor” (DOMINGUES, 2008, p. 20)

Para Petrônio José Domingues (2008), tais suportes de comunicação traziam à tona as diversas mazelas que afetavam a população negra nas mais diversas esferas como o trabalho, educação e saúde. As páginas dos jornais se dedicavam a denunciar a segregação racial na cidade de São Paulo que impedia o negro de acessar “hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais, religiosos, algumas escolas, ruas e praças públicas” (DOMINGUES, 2008, p. 21). Segundo Bastide (1951, p. 51, apud DOMINGUES, 2008, p. 22), a principal característica da imprensa negra, em um primeiro momento, era o agrupamento dos homens negros e a criação de um senso de solidariedade entre eles, além de direcioná-los na luta contra o racismo. Já em um segundo momento a imprensa negra foi um mecanismo de protesto.

Na obra *A nova abolição* (2008), já mencionada anteriormente, vemos uma profusão de pontos de vista a respeito da imprensa negra. Um deles está contido no trabalho de Ubirajara Damasceno da Motta: *Jornegro - um projeto de comunicação afro-brasileira* (1986), que aponta que o surgimento da imprensa negra não se deu de forma isolada, mas sim dentro da profusão da imprensa alternativa existente desde finais do século XIX, onde poderíamos encontrar de forma abundante tanto os jornais operários quanto os anarquistas – estes frutos de certa influência dos imigrantes europeus. Os jornais alternativos (muitos de imigrantes europeus) eram escritos na língua materna de cada comunidade. De acordo com Domingues (2008), o *Fanfulla* pertencia aos italianos e foi criado em 1891, o *La Messenger de São Paulo* e o *Diário Español* foram criados em 1897 representando respectivamente os franceses e os espanhóis, e havia também o *Fata Lubnan*, da comunidade árabe e fundado em 1912.

É importante frisar que fatores como a mobilização popular, a produção cultural, a crítica política e social exercia papéis importantes no alvorecer do século XX. Nas palavras de Domingues (2008), o posicionamento de Ubirajara Damasceno da Motta (1986) mostrava que o movimento trabalhista brasileiro influenciou diretamente a organização política das

lideranças negras em torno aos jornais, e que o negro, para além de ver os imigrantes europeus como seu concorrente direto no acesso ao trabalho livre, enxergava as atitudes deles como um modelo para a melhora na qualidade de vida da população negra. Os imigrantes se organizavam em torno de clubes, associações e jornais, e o negro se espelhava em tais ações. Por conta desses fatores, vemos o surgimento de jornais como *A Pátria* em 1889 e *O Clarim da Alvorada* em 1924.

Porém, é importante ressaltar que os jornais da imprensa negra não revelavam todas as lutas, ideologias e percalços da existência intrincada dessa população, muito pelo contrário. Os protagonistas desses jornais eram sujeitos letrados inseridos ou porta vozes dos movimentos sociais conhecidos como a elite negra.

Pensando a produção e veiculação dos jornais da imprensa negra, o fomento para as tiragens de jornal eram feitos em parte por alguns anúncios publicitários de negócios da própria população negra. Porém, para Domingues (2008), os anúncios não eram fonte segura de recursos, e os jornais deveriam contar com outras formas de suporte. Essas outras formas eram "a realização de rifas e campanhas de assinaturas, a promoção de festas e leilões beneficentes" (DOMINGUES, 2008, p. 40). Tendo em conta que os recursos eram poucos, as dinâmicas das publicações eram feitas de maneira artesanal e muitas vezes custeadas pelos editores.

Já relativo à participação da comunidade no espaço dos jornais, era comum que existisse uma possibilidade de publicação de poesias e contos bem como de "mexericar" sobre comportamentos considerados reprováveis, a boêmia, a vadiagem e o consumo de álcool estavam entre eles. Esses comportamentos também recebem um caráter de reprovação de Carolina Maria de Jesus: "O que eu reprovava eram as brigas entre os adultos alcoolizados. Um adulto tem que ter classe. Dar bons exemplos, ser o professor da decência. E não o professor da anarquia" (JESUS, 2014a, p. 85). Sobre a vadiagem ela afirma "(...) os pretos precisam ser mais dinâmicos, mais esforçados, para fazer casas de tijolos. E não se acomodarem dentro desses quatinhos recobertos por capim" (2017, p. 89).

A exposição generalizada de Carolina sobre a "ausência" de dignidade nos pretos demonstra o sofrimento imposto pela elite branca que os classificam fora dos padrões de autoafirmação do branco; submetidos ao permanente julgamento de inferioridade que os desvalorizam em suas características físicas e capacidade intelectual, o negro introjeta e assume as características dos padrões brancos, assumindo-a como representantes de uma superioridade étnica. Essas ações cotidianas de "não identificação" nos pretos foram analisadas e identificadas

por Frantz Fanon (2008) na obra *Pele Negra, Máscaras brancas*⁹ e precocemente – em 1952 – ele anunciou que a convivência dos pretos e brancos construiu um “complexo psicoexistencial”. Ao observar a forma como os negros e os brancos se relacionavam é categórico em dizer que o branco se dirige ao negro de forma a infantilizá-lo. O branco tem construído um entendimento de que o negro possui limitada capacidade cognitiva e o classifica como iniciante do processo de civilização. Em suas análises, o autor expõe os mecanismos utilizados pela sociedade colonialista, cujos tentáculos não estão restritos às disparidades econômicas e social, mas alcançam o que o autor chamou de “epidermização da inferioridade”, ou seja, o julgamento da discriminação a partir da cor da pele promove uma interiorização de uma inferioridade (FANON, 2008).

Sobre a Imprensa Negra observamos um discurso puritano e conservador dentro de suas publicações. Nas palavras de Bastide (1951) citado por Domingues (2008), essa postura da população negra seria um indicativo de ascensão racial que separava o joio do trigo, ou seja, que dividia essa população emergente dos chamados "plebe de cor". Além disso, vemos uma forte relação entre ela e o chamado mito da harmonia ou da democracia racial. Tal mito consiste na construção de uma ideologia que, para Domingues (2008), é construída com base na negação tanto da discriminação racial quanto das barreiras postas ao desenvolvimento social do negro. Essa ideologia foi apoiada por vários jornais negros da época, sendo *O clarim da alvorada* um deles.

Aqui não precisa que eu diga: não existe preconceito algum para se combater. Vivemos em comunhão perfeita, não somente com os brasileiros brancos, como também com o próprio elemento estrangeiro. Mas se aqui existisse o preconceito teria certeza que nossa questão racial há muito estaria resolvida. (...) (O CLARIM DA ALVORADA, 1928, p. 2 apud DOMINGUES, 2008, p. 50)

O respaldo dessa ideologia pelos negros servia tanto como discurso legitimador do posicionamento dominante dos brancos quanto um reforço dos estereótipos negativos ligados a esse povo. Evidenciada a desvantagem dos negros em detrimento dos trabalhadores brancos e também em relação ao novo contexto político, conseguimos compreender o discurso da elite brasileira a partir de 1889, já que a Proclamação da República universalizou a cidadania para

⁹ Frantz Fanon escreveu em 1952 a obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* ou em francês *Peau noire, masques blancs*. O livro é escrito no estilo da auto-teoria, na qual Fanon compartilha suas próprias experiências uma vez que ele é negro, além de apresentar uma crítica histórica dos efeitos da discriminação racial e da desumanização, inerentes, na psique humana, a situações de dominação colonial. Há um processo duplo que é econômico e internalizado pela epidermalização da inferioridade.

os habitantes brasileiros, brancos e negros gozariam de igualdade de direitos. Os brancos, essa parte privilegiada da população, declaravam que o insucesso na vida do negro deveria ser interpretado como consciência de suas próprias deficiências, pois o sistema oferecia igualdade de oportunidades a todos, negros e brancos, indistintamente. Isso posto, partiremos agora para uma compreensão detalhada do processo de construção ideológica do mito da democracia racial no Brasil.

1.2 Democracia racial e racismo: um panorama

Devo observar de saída que este assunto de "democracia racial" está dotado, para o oficialismo brasileiro, das características intocáveis de verdadeiro tabu. Estamos tratando com uma questão fechada, terreno proibido sumamente perigoso. Ai daqueles que desfaziam as leis deste segredo! Pobres dos temerários que ousaram trazer o tema à reflexão ou mesmo à análise científica! Estarão chamando a atenção para uma realidade social que deve permanecer escondida, oculta. (NASCIMENTO, 2016, p. 52-53)

Anteriormente detectamos que o racismo no estado de São Paulo, em suas práticas sociais e de trabalho, esteve sempre presente, agora passaremos a compreender um pouco a questão do mito da democracia racial que, de certa maneira, nega que exista racismo no Brasil. Na visão de Domingues (2005), a democracia racial é um discurso racial vulgar, cheio de aforismo por meio do qual se estabelece um pacto de silêncio que permanece um sistema de raças privado de limites legais ou institucionais para a igualdade de raças e, de certa maneira, destituído de qualquer preconceito ou discriminação. Nas considerações de Nascimento (2016), este afirma que a democracia racial pretende refletir uma relação concreta na sociedade brasileira onde tanto pretos quanto brancos teriam um convívio e existência harmoniosos, sem interferência de suas origens raciais ou étnicas.

O conceito de democracia racial remonta à obra *Casa Grande e Senzala* (2003) de Gilberto Freyre, utilizada para construir uma “realidade brasileira”. O autor expõe que a miscigenação cultural presente na formação da realidade social brasileira compõe um amálgama que exerce um efeito democrático operando sobre todos os antagonismos vigentes. Porém essa ideia é deveras contraditória na medida em que as raças são, de acordo com Guimarães (2001), grupos de descendência fechados, indo na contramão da democracia pregada por Freyre. Mesmo com tal caráter contraditório, a noção de raça foi ligada à de democracia pois foi "deslocada em relação ao determinismo biológico que lhe conferia *status* de categoria científica fundamental, a noção de raça passa a aparecer como adjetivo de uma categoria política, fundamentando a metáfora da democracia racial" (KERN, 2014, p. 87).

Mário de Andrade (1893-1945), poeta e romancista brasileiro retrata, entre outros pontos, a questão da democracia racial em seu livro *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* (2017). O mito das três raças formadoras da nação brasileira: o índio, o negro e o branco, é tópico dentro da obra e também instrumento que corrobora com o ideário de democracia racial.

Então Macunaíma enxergou numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d'água. E a cova era que nem a marca dum pé gigante. Abicaram. O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco loiro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas. Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão do Sumé. Porém a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo. Macunaíma teve dó e consolou:— Olhe, mano Jiguê, branco você ficou não, porém pretume foi-se e antes fanhoso que sem nariz. Maanape então é que foi se lavar, mas Jiguê esborrifara toda a água encantada pra fora da cova. Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a palma dos pés e das mãos. Por isso ficou negro bem filho da tribo dos Tapanhumas. Só que as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa. Macunaíma teve dó e consolou: — Não se avexe, mano Maanape, não se avexe não, mais sofreu nosso tio Judas! E estava lindíssimo na Sol da lapa os três manos um loiro um vermelho outro negro, de pé bem erguidos e nus. (ANDRADE, 2017, p.28)

Mário de Andrade, por meio dos mitos das três raças, mostra em seu livro essa síntese de culturas que desponta e desaponta no ano de 1930 como uma representação oficial da nação. Para Da Matta (1987, p.68) esse mito "é uma ideologia que permite conciliar uma série de impulsos contraditórios de nossa sociedade, sem que se crie um plano para sua transformação profunda". Pois se existem uma série de hierarquizações no Brasil, o mito das três raças associado ao mito da democracia racial une a sociedade tanto em um plano biológico quanto natural.

Isso posto passemos a observar mais algumas minúcias. A Lei Áurea, oficialmente Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, extinguiu a escravidão no Brasil, principal aparato institucional de opressão dos negros. Em 1889, ano seguinte, a Proclamação da República teoricamente universalizou o direito à cidadania.

José Murilo de Carvalho, na obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2001), assinala que o período de construção inicial do estado brasileiro, ou seja, desde a Proclamação da Independência em 1822 até a Primeira República em 1930, a cidadania aparece de forma bastante frágil. Isso ocorre em decurso da ausência de direitos políticos e civis por conta de

fatores como a falta de uma identidade nacional, da aceitação da escravidão na sociedade, da grande taxa de analfabetismo e da manipulação em eleições individuais. Assim constata-se que a cidadania nesse período é apenas uma formalidade, uma promessa que não tem, de fato, nenhuma expressividade. Somente a partir da Revolução de 30, com as consequências das mudanças sociais e políticas, que a cidadania tomou destaque no Brasil. Ela existia ainda de uma maneira bastante inconstante, porém, com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, se tornou um pouco mais solidificada.

Pensando nos cerceamentos encontrados pela população negra nesse primeiro momento do desenvolver do Estado brasileiro encontramos a Lei de Terras e a Política Imigrantista, já citadas anteriormente neste trabalho. Somado a esses fatores legislativos encontramos na Constituição de 1981, especialmente no artigo 70, o veto aos direitos políticos dos analfabetos, mendigos e outros. Ressalta-se aqui que a condição de analfabetismo era, em grande volume, dos negros. A privação de direitos políticos, sociais e trabalhistas anulava, de fato, os progressos teóricos.

Pensar essas novas circunstâncias nas quais a população negra se encontrava nos leva a constatar que, mesmo com um suposto avanço da cidadania em razão da Constituição, a cor seguiu sendo um entrave. Condicionar o sucesso na paridade entre negros e brancos por meio do esforço individual, da inteligência e do merecimento é completamente desonesto, já que esses não devem ser os únicos requisitos determinantes ao alcance de bens públicos e privados.

Sistematizando melhor acerca da democracia racial como teoria proveitosa à classe dominante, Domingues (2005) aponta que as correlações de forças raciais no período pós-abolicionista foram fatores determinantes e justifica de três maneiras a relevância de tal teoria para a elite brasileira: a desarticulação de quaisquer movimentos contra os ex-senhores de escravos buscando retaliação; a desresponsabilização do Estado brasileiro na criação de políticas públicas compensatórias em benefício dos ex-escravizados e seus descendentes como reparo aos danos causados pela escravidão ; e, por último, a teoria da democracia racial isentava os ex-senhores de responsabilidades sobre o destino dos negros em um contexto de emergência do trabalho livre. Dessa maneira, a ideologia da democracia racial instituída como oficial contribuía para que os brancos fossem eximidos de qualquer dever reparador com o povo negro. A partir da Primeira República, aparentemente, qualquer um poderia galgar o sucesso.

Assim, quanto à fabricação da ideologia da democracia, é possível vislumbrar que ela remonta ao período colonial. Da Colônia ao Império, a classe dominante se condicionou a ter a

população negra como inferior, porém, concomitantemente, aprendeu a abrir exceções a alguns indivíduos negros com um colorismo mais suavizado, os chamados mulatos.

Bernardo Guimarães (1825-1884), pertencente ao movimento literário do Romantismo, ilustra claramente essa abertura de exceções em sua obra *A escrava Isaura* (1875). Sucintamente o enredo da obra consiste nas desventuras de Isaura, uma escrava de pele clara e fina educação que é assediada por Leôncio, seu senhor. Isaura trabalhava na casa de sua senhora e teve um tratamento diferenciado, teve acesso à música e à educação, porém, continuava escrava. Vemos aqui uma relação entre cor e acesso a capital simbólico, a exceção que mencionamos anteriormente aqui se torna mais delineada. O espaço na sociedade era cedido desde que o domínio da raça branca não fosse posto em perigo.

Pensando o contexto racial da Primeira República, Schwarcz (2012) reitera que ele era um pouco distinto ao encontrado em outros países onde a escravidão também se fez presente. Distanciando-se de ideologias raciais e categorias de segregação como o apartheid na África do Sul ou as leis Jim Crow nos Estados Unidos, a democracia racial no Brasil culminou na representação de uma escravidão “benigna”. Esmiuçando tal ideário, Abdias Nascimento, em *O genocídio do negro brasileiro* (2016), arrola cinco mitos que a sustentam. De acordo com esse autor, o colonialismo português, para mascarar a violência e crueldades cometidas, usava alguns artifícios característicos: mentira e dissimulação.

O primeiro mito já foi comentado de forma breve anteriormente, buscaremos agora esmerilhá-lo um pouco mais. A católica América Latina teria um regime escravocrata oposto ao dos Estados Unidos, essa é a primeira falácia. De acordo com Nascimento (2016), a escravidão na América Latina foi aveludada por influência da Igreja Católica principal responsável e a pedra angular tanto para a instituição desse regime, sua justificação e seu suposto abrandamento. O imaginário humanizado do catolicismo é apenas um meio de desobrigá-lo das responsabilidades no fomento da ideologia racista.

O segundo mito é a formação de nações étnicas e fraternidades e a relação com a tolerância dos senhores para com seus escravos. Para Nascimento (2016), tais organizações foram criadas pelas autoridades, se baseavam em laços étnicos, e buscavam atuar na prestação de socorro mútuo ou continham um caráter de implicação no âmbito cultural e social, porém tais organizações eram focos de constantes reprovos e despreços por parte da sociedade. “Na Bahia, há o exemplo de vigorosos protestos contra negros e negras vestidos de penas, rosnando toadas africanas e fazendo bárbaro rumor com seus instrumentos rudes. A cena descrita é um batuque” (NASCIMENTO, 2016, p. 64-65).

Para os defensores da escravidão “benigna”, a ação de permitir essas manifestações culturais seria reflexo da tolerância dos senhores em relação à cultura do escravo. Entretanto, Nascimento (2016) nos mostra que existe uma diferença de perspectivas particulares e institucionais. O governo brasileiro via o batuque como forma de instigar o sentimento de aversão mútua, de divisionismo entre os negros para que dessa maneira o poder português se mantivesse e revoltas fossem evitadas.

Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) em suas *Cartas Chilenas* (1995) retrata a cena de um batuque e o compara com o ambiente profano de Sodoma e Gomorra, pois o poeta aristocrata e moralista vê essa manifestação festiva como promíscua.

A ligeira mulata, em trajes de homens,
 Dança o quente lundu e o vil batuque,
 E, aos cantos do passeio, inda se fazem
 Ações mais feias, que a modéstia oculta.
 Meu caro Doroteu, meu doce amigo,
 Se queres que este sitio te compare
 Como sério poeta, aqui tens Chipre,
 Nos dias em que os povos tributavam
 A deusa tutelar alegres cultos.
 Se queres que o compare, como um homem
 Que alguma noção tem das sacras letras,
 Aqui Sodoma tens e mais Gomorra.
 (GONZAGA, 1995, p.143)

Além de ser um instrumento para evitar revoltas, vale ressaltar também que o batuque é uma ritualização da procriação. De acordo com Roselene de Fátima Coito (2008), existiu uma interdição por parte da Igreja Católica à dança em questão, uma vez que estava intimamente ligada à sexualidade, ao profano. Entretanto, ainda na perspectiva da autora, é certo que os senhores de escravos ignoraram a interdição religiosa como uma estratégia para conseguir uma maior mão de obra escrava, uma vez que o batuque se associava à fertilidade. Por outro lado, as reflexões contidas na obra *Festas: cultura e sociabilidade na América Portuguesa* (2001), organizado por Istiván Jancsó e Irís Kantor, mostram que alguns historiadores tomam as festas e as manifestações da cultura popular como um lugar de transgressão da norma disciplinadora do poder. Essa questão do batuque e da manifestação da cultura popular adentra em searas que são bastante importantes, porém não o foco do trabalho em questão, assim buscamos apenas comentar sobre tais tópicos brevemente.

Derivado do segundo mito encontramos o terceiro, que afirma serem as fraternidades religiosas elemento para comprovação da escravidão não racista no Brasil. Dentro de cada igreja

católica fundada em território nacional sempre existiam fraternidades de brancos e de negros, mostrando a estratificação do regime escravagista. Ademais, a função disciplinar de tais negros era papel fundamental na atuação das irmandades religiosas já que, de acordo com Nascimento (2016), os senhores enviavam seus escravos delinquentes para elas com a finalidade de que tais aparatos concedessem a punição, desviando assim o ressentimento do escravo para tais instituições.

A existência de vestígios da cultura, língua e sociedade brasileira sendo resultantes das relações suaves, amigáveis e relaxadas entre senhores e escravos é o quarto mito comentado por Nascimento (2016). Tal autor ainda comenta que os partidários dessa tese são muitos, e que esse ponto de vista já está arraigado, principalmente pela influência de Gilberto Freyre em 1930. Porém, a sobrevivência dos vestígios já mencionados é apenas resultado do controle social exercido. No ponto de vista de Bastide (1972), citado por Nascimento (2016), a sobrevivência do folclore e cultura negros existiu por conta da alta mortalidade dos cativos que forçou os senhores a permitirem descanso nos domingos e dias santos.

Isso posto, passemos ao quinto e último mito. A existência de uma extensa área geográfica continental brasileira associada ao reduzido número de escravos permitiria que cada senhor tivesse poucos. A suposta baixa concentração permitiria uma proximidade entre as duas partes e conseqüentemente o trato com o cativo seria mais suave. Porém, de acordo com Nascimento (2016), contrapondo tal idealização encontramos uma realidade um pouco diferente: a proximidade da costa africana foi o fator determinante para que houvesse um alto acesso a uma grande quantidade de escravos. A lavoura brasileira teve um povoamento de escravos muito maior do que os Estados Unidos pois "tão barato se conseguia escravos que mais fácil e econômico era substituí-los por outros quando imprestáveis, do que cuidá-los e alimentá-los de forma adequada" (NASCIMENTO, 2016, p. 70).

A difusão, implementação e crença nos mitos elencados anteriormente serviu de palco para mostrar os laços de generosidade e intimidade entre senhor e escravo, construindo as bases que calcariam com sucesso o mito da democracia racial no Brasil. Esse mito deve ser compreendido como um sofisticado mecanismo para nomear o racismo à brasileira. Tal racismo aparece de forma institucionalizada e também diluído no âmbito social, político e cultural da sociedade brasileira, ou seja, o racismo é estrutural e estruturante.

Pensando de maneira mais pormenorizada sobre o racismo à brasileira no período do pós-abolição, encontramos as considerações de Schwarcz (2012). Para a autora, apenas com o fim da monarquia e da própria escravidão que o tópico da raça foi trazido à luz, antes disso, o

escravo era tratado como um objeto e não tinha direito à cidadania. Em um contexto de libertação de tal população cativa existe o despontar das teorias raciais, tal fator abre um precedente para que as desigualdades raciais se liguem a questões fenotípicas. Tais teorias raciais tinham o positivismo e o determinismo como orientações teóricas e almejavam a diferenciação entre os grupos considerando as características físicas como critério. O alto grau de miscigenação da população era tido como fator impeditivo ao crescimento do país. Essa prerrogativa foi diretamente influenciada por Arthur de Gobienau (1816-1882), filósofo e escritor francês que relacionava o negro e o mestiço com o não desenvolvimento das nações, pois a presença de tais indivíduos, nas palavras do pensador, depravava os ideais de civilização. Além disso, havia o eugenismo, que buscava branquear a população e erradicar a presença do negro da sociedade brasileira.

Dessa forma, ainda na perspectiva de Schwarcz (2012), depois da libertação dos escravizados e do suposto fim de todos os tipos de cerceamentos e jugos, novas formas de diferenciação social retornavam. “Se a igualdade jurídica prometia o fim das divisões, essas novas teorias traziam divisões ainda maiores e mais fortes, pois pautadas na natureza” (SCHWARCZ, 2012, p. 36).

Para Domingues (2005), o mito da democracia racial estava também ligado à literatura que os viajantes publicavam sobre o Brasil, pela direção do movimento abolicionista institucionalizado e pelas grandes comparações feitas entre o sistema racial brasileiro e o sistema estadunidense. O autor afirma que relatos como o de Louis Couty, viajante francês que descreve esse sistema com um tom sensacionalista ludibriado pela falsa liberdade da relação entre negros e brancos em território nacional, ao negar o preconceito, atua como um catalisador do mito da democracia racial.

No Brasil, o liberto entra plenamente em uma sociedade na qual ele é imediatamente tratado como um igual (...). No Brasil, não somente inexiste o preconceito racial, e as freqüentes uniões entre as diferentes cores constituíram uma população mestiça numerosa e importante; mas também esses negros libertos e esses mestiços misturam-se inteiramente à população branca (...). Não é somente à mesa, no teatro, nos salões, em todos os lugares públicos; é também no exército, na administração pública, nas escolas e nas assembleias legislativas que encontramos todas as cores misturadas, em igualdade de condições. (COUTY, 1988, p. 52 apud DOMINGUES, 2005, p. 119)

Essa romantização da estrutura escravista no Brasil descrevia uma certa benevolência por parte do senhor de escravos, as relações eram vistas como sendo assentadas em laços de

doçura e intimidade, estas já mencionadas neste trabalho, características que democratizavam racialmente o sistema.

Sobre o movimento abolicionista Domingues (2005) afirma que ele era perpassado claramente pelo ideal de democracia racial. O livro de Joaquim Nabuco intitulado *O Abolicionismo* descreve uma visão idílica onde a ausência de conflito na época da escravidão se constituiu como base para a democracia racial no Brasil. Além disso, faz-se necessário ressaltar que a mentalidade paternalista pertencente à elite paulista no que diz respeito à tutela do negro serviu para evitar um potencial protesto desses. Ainda de acordo com o autor, o fato de uma parte da população negra seguir vinculada com a elite por laços de dominação servia como um impeditivo para que esses negros se conscientizassem da situação e que fosse tolhida qualquer iniciativa que ameaçasse os brancos. Assim, com a manutenção dos negros sob tutela, associada à negação do racismo, uma vez que no Brasil vivia-se uma democracia racial, houve o ocultar tanto do conflito entre as raças quanto da desigualdade social entre negros e brancos. Existiu uma suposta integração do negro na sociedade brasileira. Dessa maneira, Domingues (2005) assinala que a situação racial no Brasil seria de união, no entanto nos Estados Unidos haveria um clima de luta e tensão constante entre as raças. Desse comparativo surge mais uma das bases para a construção do mito da democracia racial.

Tendo em conta as afirmações de Lilia Moritz Schwarcz e aliando o seu pensamento ao de Oracy Nogueira em seu texto *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil* (2006), caracteriza-se a situação racial brasileira em comparação com a norte-americana. O autor afirma, em um primeiro momento, que a população acadêmica geralmente branca do Brasil tende a negar o racismo existente em solo nacional e os intelectuais americanos mal conseguem enxergá-lo. Entretanto, essas impressões vão de encontro ao percebido e vivido pela população negra brasileira. Dito isso, Nogueira (2006) aponta que não existe possibilidade da negação do racismo nos dois países, mas que a manifestação do preconceito é feita de maneira diferente, tem naturezas distintas em cada uma dessas sociedades. Para ele, o preconceito é uma ação condicionada culturalmente que estigmatiza uma população tendo em conta sua aparência e origem étnica. Quando a natureza desse preconceito ocorre em relação à aparência, é denominado *de marca*: já quando existe apenas uma suposição de que um indivíduo pertença a determinado grupo para que o preconceito racial exista, o termo *de origem* é utilizado.

Essas duas naturezas de expressão da discriminação racial têm algumas características bem delimitadas. A primeira particularidade diz respeito ao modo de atuar, Nogueira (2006) pontua que quando o preconceito é *de marca* ele determina uma certa desconsideração, uma preterição relativa ao indivíduo afetado, já o *de origem* é pautado por uma exclusão, um veto completo dos atingidos pelo preconceito. Com o objetivo de ilustrar as particularidades antes citadas, Nogueira (2006) delinea alguns exemplos que traremos aqui somente em parte.

O primeiro exemplo visa situar o modo de atuação do preconceito no Brasil e nos Estados Unidos. Para o autor aqui tratado, um clube recreativo no Brasil pode ter mais resistência e ressalvas à concessão de participação de uma pessoa negra que à de um branco. Mas existe uma ressalva quanto a isso: se existir um contrabalanceamento do fator da cor de tal indivíduo por uma superioridade em outros aspectos como inteligência, educação, profissão e condição econômica, poderá conduzir o clube a conceder-lhe participação “‘abrindo-lhe uma exceção’, sem se obrigar a proceder da mesma forma com outras pessoas com traços raciais equivalentes ou, mesmo, mais leves” (NOGUEIRA, 2006, p. 293), vemos aqui o preconceito *de marca*.

Já o mecanismo de ação do preconceito *de origem* nos Estados Unidos apresenta outra particularidade. Para Nogueira (2006) esse país mantém as restrições ao negro independente de quaisquer situações particulares ou individuais. Por mais que um negro carregue um título acadêmico ou outras características ele será obrigado a permanecer na área de segregação, em determinadas associações, hospitais e salas de espera terão sua presença cerceada.

Em seguida o autor comenta sobre a definição dos membros dos dois grupos: o discriminador e o discriminado. A aparência vai determinar a ação do preconceito de marca, já o preconceito de origem age independentemente da aparência do mestiço, vai existir discriminação por conta da origem do indivíduo, do grupo étnico do qual ele é filiado.

Assim, em território brasileiro o exercício da discriminação racial vai ser realizado tomando em consideração uma certa subjetividade. Tal caráter subjetivo é operado em função dos traços de aparência da pessoa julgada e da atitude de quem observa, existe um crivo como as relações de amizade ou de reverência no momento do exercício do preconceito racial. Já nos Estados Unidos, o processo de branqueamento pela miscigenação não implica na integração do mestiço aos brancos "mesmo de cabelos sedosos e loiros, pele alva, nariz afilado, lábios finos, olhos verdes, sem nenhum característico que se possa considerar como negroíde" (NOGUEIRA, 2006, p. 294). Nos Estados Unidos consideram negro todo aquele que é reconhecido dessa forma dentro de sua comunidade.

Depois, é assinalada a questão da carga afetiva, fator também determinante no exercício da discriminação. O autor aponta que nas localidades onde se encontra o preconceito de marca existe uma tendência a que seja mais estético; já onde se caracteriza por ser de origem tende a um aspecto mais integral, a inferioridade e o estigma de certos traços físicos são marcas desse tipo de preconceito. Dessa forma, em solo brasileiro "a intensidade do preconceito varia em proporção direta aos traços negróides; e tal preconceito não é incompatível com os mais fortes laços de amizade ou com manifestações incontestáveis de solidariedade e simpatia" (NOGUEIRA, 2006, p. 296).

Em consequência, vê-se que os traços já mencionados causam comiseração, especialmente se estiverem presentes em uma pessoa próxima. Contrapondo esse cenário encontramos os Estados Unidos onde "o preconceito tende a ser antes emocional e irracional que intelectual e estético, assumindo o caráter de antagonismo ou ódio intergrupais" (NOGUEIRA, 2006, p. 296). Apresenta-se assim o preconceito de marca de maneira consciente. A exclusão e segregação é intencional e realizada em uma gama de faces da vida social.

Logo é trazido o efeito do preconceito nas relações interpessoais. Para Nogueira (2006), a questão da cor muitas vezes é facilmente deixada de lado nas relações de amizade, tratando-se aqui de um contexto onde existe o preconceito de marca; já onde se faz presente o preconceito de origem existe um caráter negativo e interdito entre as relações de grupos. Assim sendo, "no Brasil, um indivíduo pode ter preconceito contra as pessoas de cor, em geral, e, ao mesmo tempo, ser amigo particular, cliente ou admirador de determinada pessoa de cor" (NOGUEIRA, 2006, p. 297).

A questão da ideologia também é demarcada por Nogueira (2006). Para ele a ideologia age de forma a assimilar e miscigenar os elementos culturais quando existe o preconceito de marca; ao se tratar do preconceito de origem existe um caráter mais racista e de segregação. Assim, existe no Brasil um ideário que espera a supressão do negro e do índio pelo intercruzamento com o povo branco, o branqueamento se levanta como estandarte da melhor possibilidade de construção nacional.

Indo ao encontro de tal posicionamento, Schwarcz (2012) afirma que a teoria do branqueamento foi inserida em território brasileiro a partir de uma perspectiva bem particular. Simultaneamente a absorção do ideário de que cada raça era determinada por uma realidade essencial, foi negada a relação entre mestiçagem e degrenescência, o evolucionismo e o darwinismo social foram unidos. Em solo brasileiro "as teorias ajudaram a explicar a

desigualdade como inferioridade, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco" (SCHWARCZ, 2012, p. 39). No pós-abolição a entrada de imigrantes no país foi estimulada por conta da Política Imigrantista e, conseqüentemente, o ideal do branqueamento foi introduzido. Ao mesmo tempo que os escravos eram libertados dos cativeiros, uma política de imigração massiva objetivava tornar o Brasil mais branco. Vemos então que o processo de abolição brasileiro tinha algumas especificidades. "Em primeiro lugar, a crença enraizada de que o futuro levaria a uma nação branca. Em segundo, o alívio decorrente da libertação que se fez sem lutas e sem conflitos e sobretudo evitou distinções legais baseadas na raça" (SCHWARCZ, 2012, p. 39-40).

De modo simultâneo a incentivar o branqueamento por meio da miscigenação, Nogueira (2006) afirma ainda em seu quinto exemplo que a ideologia nacional possui um aspecto que enfoca a assimilação cultural. Existe uma expectativa "que o indivíduo de outra origem, que não a luso-brasileira, abandone, progressivamente, sua herança cultural, em proveito da 'cultura nacional' – língua, religião, costumes" (NOGUEIRA, 2006, p. 298). Distanciando-nos do cenário brasileiro, encontramos nos Estados Unidos um posicionamento da população dominante que defende que as minorias se mantenham concentradas e que criem cada qual sua realidade a parte. A pureza da raça não pode ser maculada.

Para Nascimento (2016), o imperialismo da brancura e o capitalismo intrínsecos à sociedade brasileira tem como mote a assimilação, aculturação e miscigenação. Assim, ao mirar essas questões com profundidade, a crença na inferioridade do negro e de seus descendentes ainda permanece. As classes dominantes brancas possuem aparatos de controle social como a literatura, a televisão, o rádio e a educação. Ainda de acordo com o autor antes citado, esses instrumentos de poder são usados para tolher o negro como o condutor de sua própria cultura e para restringir seu prestígio social. O processo de assimilação cultural age de maneira tão eficaz "que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confrontação com o sistema dominante, concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar suas estruturas" (NASCIMENTO, 2016, p. 112). Para Nilma Lino Gomes (2018), o mito da democracia racial é capaz de transformar as diferenças particulares da cultura negra no exótico, no híbrido e na negação da existência do corpo negro no Brasil, conduzindo e afetando todo imaginário da sociedade brasileira. Porém, ao pensar nos dispositivos legais instaurados a partir da Primeira República (1889-1930) não existe nenhum delimitante à ascensão social do negro; essa não foi uma necessidade, já que a natureza das esferas políticas, sociais e econômicas operavam contra os interesses do povo negro.

Retornando um pouco no tempo e pensando a construção do Brasil e a relação com a cultura africana, vê-se que desde o início da colonização tais culturas foram mantidas cerceadas pela classe dominante. Existia um caráter cultural violento que já se expunha nos portos de embarque e de desembarque de escravizados: o batismo. Porém, de acordo com Nascimento (2016), mesmo com os grandes esforços da Igreja Católica, algumas religiões africanas sobreviveram em completude ou em partes. Já relativo a uma questão linguística, por conta da aculturação, do racismo e do branqueamento, existiu a completa destruição das línguas africanas. “O racismo, exatamente como classifica as raças em superior e inferior, emprega idêntico critério para rotular as línguas” (NASCIMENTO, 2016, p. 125).

Durante o Brasil Colônia e após o processo de Independência do Brasil, o debate sobre o estabelecimento de uma norma padrão para a língua portuguesa foi incitado por uma elite intelectual. De acordo com Garcia (2007), Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, buscou fazer a integração das populações indígenas na América Portuguesa por diversos mecanismos homogeneizadores, um deles era a questão linguística. Tais medidas foram dispostas no *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário*, que foi publicado no dia 3 de maio de 1757 e transformado em lei por meio do alvará de 17 de agosto de 1758. Em tal documento aparece claramente a ideia de que a autoridade do colonizador seria reforçada pela implementação de seu idioma às populações conquistadas. Garcia (2007) demonstra três percepções principais sobre esse tema: primeiro que o uso de um idioma autóctone estava relacionado com tradições tribais e esses se reforçavam mutuamente, também que o idioma do colonizador promoveria a civilização dos costumes e, por fim, que os povos conquistados seriam submetidos mais facilmente por meio da imposição da língua portuguesa. A autora também comenta que no século XVIII, para além das populações indígenas, vários outros povos não faziam uso da língua portuguesa para a comunicação. Esse foi mais um motivo que acarretou a imposição do idioma colonizador. Assim, ademais da multiplicidade de idiomas indígenas, nesta época também as línguas africanas, amplamente usadas pelos escravos, existiam e se constituíam como entraves ao projeto de implementação do português.

Após o processo de Independência do Brasil, o debate sobre o estabelecimento de uma norma padrão para a língua portuguesa foi incitado por uma elite intelectual. Para Marcos Bagno (2008), existiam dois posicionamentos: o primeiro sustentava a autonomia do português brasileiro em relação ao europeu e defendia as características particulares da nossa língua, o segundo posicionamento recusava totalmente essas particularidades do português brasileiro e

defendiam o uso das rígidas normas gramaticais do português lusitano. A língua falada pela população brasileira, composta em grande maioria pelos negros e seus descendentes, e que continha marcas do contato linguístico entre o português e as línguas africanas trazidas para solo nacional junto com os escravos, era completamente estigmatizada.

Por conta desse estigma, a norma de uso do português brasileiro acabou se inspirando em um padrão muito distante da realidade linguística brasileira. Segundo Bagno (2008), as elites tinham aversão ao que fosse genuinamente autóctone. Assim, para além de um projeto linguístico também era objetivada uma cisão entre elite branca e população negra. O estabelecimento desse padrão tão distante da língua falada no Brasil foi o responsável pelo abismo criado entre língua falada e língua escrita.

Bagno (2005), em seu livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, assinala que o preconceito linguístico é alimentado diariamente na medida que a todo momento são veiculadas informações que dão um caráter maniqueísta à língua portuguesa dividindo-a entre certo e errado. Enveredando por essa afirmativa vale assinalar que, de acordo com o autor, é mito a suposta unidade linguística do português falado no Brasil. Existe uma diversidade que ocorre tanto pela grande extensão territorial brasileira, que acarreta diferenças regionais, quanto pela injustiça social que acarreta “um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes da variedade não padrão do português brasileiro - que são a maioria de nossa população - e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola” (BAGNO, 2005, p.16). Assim vemos que existem variações linguísticas mais prestigiadas ou menos prestigiadas da língua portuguesa.

Foram mencionados anteriormente alguns aparatos de coerção do negro e discriminação cultural pela classe dominante branca, entre eles a educação. Abdias Nascimento (1914-2011) já questionava onde estaria a memória africana no currículo escolar e quando o desenvolvimento de suas culturas e civilizações estariam presentes nas escolas. Além disso, tal pensador afirmava que o acesso à universidade pela população negra era tolhido.

Nilma Lino Gomes, na obra *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação* (2018), afirma que é muito recente a tematização das desigualdades raciais no âmbito do Ministério da Educação e da universidade, e que as lutas do Movimento Negro foram essenciais para que tais discussões fossem levadas à arena do direito. A ressignificação do conceito de raça agora torna-se um critério para a superação da desigualdade mediante a aplicação de políticas públicas em benefício de uma população estigmatizada e marginalizada. Com a Lei 12.288/10, que promulga o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei

12.711/12, que institui as Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior; e a Lei 12.990/14, que institui as Cotas nos Concursos Públicos Federais, existiu a possibilidade da instauração de lugares sociais que foram historicamente negados.

Retornando à obra de Nogueira (2006), vê-se que a diferença entre minorias distintas também é traçada. Para o autor, em contextos em que existe o preconceito de marca, a norma da cultura suplanta a da raça; a situação ocorre de maneira inversa em circunstâncias onde há o preconceito de origem. Dessa forma, “onde o preconceito é de marca, as minorias menos endogâmicas e menos etnocêntricas são favorecidas; onde o preconceito é de origem, ao contrário, há maior tolerância para com as minorias mais endogâmicas e mais etnocêntricas” (NOGUEIRA, 2006, p. 298).

Ademais, no Brasil a questão da cor é evitada perto de pessoas negras, porém em qualquer divergência ou disputa com um indivíduo negro a questão da origem étnica é trazida como uma ofensa. Já nos Estados Unidos a etiqueta se condiciona no destaque da diferença, da assimetria entre brancos e negros. Na obra de Carolina Maria de Jesus encontramos diversos exemplos onde a questão da cor é trazida como insulto: “Que negrinha feia, além de feia, antipática. Se ela fosse minha filha eu matava” (JESUS, 2014a, p. 18), “Que negrinha feia! Que olhos grandes, parece sapo!” (JESUS, 2014a, p. 125).

Até agora abordamos questões pertinentes ao mito da democracia racial, ao racismo à brasileira, às leis que limitavam a inserção do negro no regime de trabalho livre da sociedade brasileira, ao distanciamento da população negra dos espaços de poder e a dificuldade na manifestação da sua cultura. A partir dos tópicos já mencionados é possível traçar uma relação entre estes e o conceito de racismo estrutural delineado por Almeida (2019). Tal conceito difere do chamado racismo institucional. Dado esse caráter da diferença contextualizaremos brevemente o racismo institucional e depois abordaremos o estrutural.

Para Sílvia Almeida (2019) o racismo não é restrito ao domínio individual, mas sim o resultado de uma dinâmica institucional que confere desvantagens e privilégios embasando-se em critérios raciais. Além disso, é dentro do aparato institucional que os indivíduos se convertem em sujeitos, uma vez que suas ações são condicionadas por um conjunto prévio de significações provindos da estrutura social. Tendo isso em conta, o comportamento das populações é gerido e moldado a partir do aparato institucional que condiciona decisões e preferências. Almeida (2019) afirma que partindo do princípio de que a questão racial é parte intrínseca das instituições, a desigualdade racial se constituiria como uma característica social e não individual. As instituições são compostas por uma hegemonia de indivíduos brancos que

utilizam o mecanismo institucional para determinar interesses políticos e a manutenção de condutas que tornem seu domínio naturalizado. Este domínio é dado a partir da discriminação pautada na raça, que serve para manter determinado grupo racial no poder. Assim, “a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornam-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade” (ALMEIDA, 2019, p. 40).

A sistematização do conceito de racismo institucional foi de suma importância para que o pensamento sobre o racismo transpusesse o âmbito das relações individuais e rumasse para uma abordagem coletiva, onde um grupo exerce poder sobre outro a partir da dominação dos aparatos institucionais. Porém, para Almeida (2019), ainda existem algumas questões a serem observadas, a principal delas é que: as instituições têm um caráter racista pois são um reflexo da sociedade. Vemos então um caráter estrutural desse racismo. Dessa forma, o autor aponta que o racismo é decorrente da estrutura social, da maneira deveras naturalizada em relações políticas, sociais e familiares. “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Após concluirmos que o racismo na sociedade brasileira é estrutural e reflete em diversos âmbitos e práticas sociais e que ele pode ser elemento chave para o recorte étnico racial da pobreza, buscaremos agora compreender um pouco das relações entre as condições de moradia e acesso a cidade pelos negros na cidade de São Paulo. Tal recorte será feito em detrimento da compreensão da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960).

1.3 A cidade de São Paulo e a presença dos negros: breve trajetória de Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus, membro em uma família de trabalhadores rurais, nasceu no ano de 1914, na cidade de Sacramento, um pequeno município em Minas Gerais. Tal cidade passava por um ciclo de desenvolvimento econômico que refletia as transformações que se davam em Uberaba. Este polo econômico se situava no Triângulo Mineiro, que integrava naquele momento a rota de abastecimento de provisões destinados ao centro-sul.

De acordo com José Carlos Gomes Silva (2007), a cidade de Uberaba era conhecida nas primeiras décadas do século XIX como porto do sertão. Tal nome se deu por conta de o local tornar-se um entroncamento de produtos agropecuários e de escravos. A grande movimentação de produtos ocorria por conta da ligação “a Formiga, a São João Del Rei e ao Rio de Janeiro pelo Desemboque, a São Paulo e a Goiás pela Estrada do Anhanguera e, a partir de 1824, também a Cuiabá, pela Estrada Real ou Estrada de Cuiabá” (SILVA, 2007, p. 101). Ainda em consonância com Silva (2007), por conta da grande influência de Uberaba, o pequeno arraial

de Sacramento reproduzia situações similares às do polo econômico. Assim existia uma grande acolhida de pessoas em trânsito, particularmente os pobres, retirantes nordestinos e ex-escravos, que afluíam com relativa periodicidade.

Além disso, segundo Meihy e Levine (2015), a vida dos cidadãos de Sacramento era bastante rudimentar, pois a população ou vivia do serviço da roça ou serviam de empregados na casa dos senhores, praticando o escambo para obter produtos como querosene, sabão, sal e tecidos. Indo ao encontro dessa perspectiva, Farias (2017) afirma ser a região do Patrimônio, banhada pelo Rio das Velhas, onde se situava a cidade de Sacramento, um lugar bastante miserável, não havia serviços públicos ou água encanada. Mesmo que a cidade seja vista por alguns como progressista por ter, em 1910, iluminação pública nas ruas, na realidade o contexto geral era bastante precário. A violência era bem grande nas ruas de Sacramento pois, "a polícia catava e caçava os negros, em geral os homens, dando tiros e sovas. As mulheres negras, estas eram tratadas, muitas vezes, como prostitutas" (FARIAS, 2017, p.44).

Carolina, dentro do contexto geral da cidade de Sacramento, era uma criança pobre cuja mãe, Maria Carolina, era lavadeira. Foi a partir da benfeitoria de uma das patroas da mãe de Carolina, D. Maria Leite, que a menina ingressou no Colégio Allan Kardec estudando ali por apenas dois anos, pouco tempo, porém o suficiente para estimular o espírito de escritora da menina. Quando ela aprendeu a ler ficou muito contente, pois tinha:

[...] começado a identificar os nomes das ruas, dos letreiros das lojas e os ler alegremente: "Casa Brasileira", "Pharmácia Modelo" etc. Carolina se sentiu, com isso, muito poderosa. Sempre que acontecia de ler algo ou uma plaqueta de rua, chegava a casa da mãe eufórica e sempre com novidade. Mas não tinha um livro sequer na casa da mãe ou dos seus parentes próximos para exhibir-se em leituras para todos. Ninguém da família sabia ler. (FARIAS, 2017, p.50)

A saída do colégio Allan Kardec se deu por volta do ano de 1923, em razão da necessidade da mãe em arrumar um emprego melhor. Havia um alto custo no aluguel, na alimentação e no vestuário, então a família se viu impelida a mudar para uma fazenda em Lajeado e trabalharem como colonos.

Carolina passa boa parte da sua infância na pequena Sacramento e narra algumas das experiências por ela vividas no livro *Diário de Bitita*. Já o período de sua adolescência e vida adulta é marcado por inúmeras migrações: as cidades de Franca, Orlandia, Rio de Janeiro e São Paulo são alguns dos pontos de passagem da escritora. Durante suas peregrinações ela dormiu sob pontes, em estradas e em outros tipos de lugares sem a mínima infraestrutura. De acordo com Farias (2017), Carolina desembarcou na capital paulista exatamente no dia 31 de janeiro

de 1937 e suas impressões da cidade foram de puro espanto e choque, dado o contingente populacional da metrópole.

A migração de grandes contingentes populacionais de pessoas pobres para as grandes capitais nesse período era um contraste com a euforia do desenvolvimento, de acordo com Meihy e Levine (2015). Tal máxima desenvolvimentista foi preconizada tanto por Juscelino Kubitschek quanto Jânio Quadros. Em contraposição a esses fatores associados à industrialização nacional, o problema migratório aflorou e resultou na marginalidade e também no crescimento das favelas, assim era necessário discutir as consequências desse fenômeno.

Dentro da dinâmica urbana de São Paulo logo Carolina ingressa em um trabalho na casa da professora Dona Romélia e de Seu Luiz, onde passa um brevíssimo tempo, trocando a casa de Dona Romélia para trabalhar em uma fábrica, nesse trabalho ela permanece até o início do ano de 1940. Além disso trabalhou como faxineira em hotéis, vendedora de cerveja e também artista de circo (MEIHY; LEVINE, 2015, p.24). Porém, por conta do alto custo de vida da capital paulista e da dificuldade em manter-se em um trabalho, ela se muda para o Rio de Janeiro em meados de 1940, permanecendo ali até 1942 e retornando para São Paulo no segundo semestre desse mesmo ano. É nesse período de regresso a São Paulo que Carolina tem uma dificuldade ainda maior de encontrar trabalho e moradia.

De acordo com a própria Carolina ela era bastante independente para ficar limpando bagunças alheias e também era bastante namoradeira, fato que a indispunha muitas vezes com os patrões, já que as normas das residências eram rígidas. De acordo com Vera Eunice, filha de Carolina, em uma entrevista:

E tem mais, minha mãe começou a namorar! Se em Sacramento não deu certo, aqui foi o que mais deu. Ela foi uma namoradeira! Adorava namorar e ficar apaixonada, fazer charme: um caso sério. Estranhas eram suas "preferências": ela não gostava de namorar com brasileiro, principalmente baiano. E se fosse preto, sai de baixo! Com baiano e preto ela não queria nem amizade (MEIHY; LEVINE, 2015, p.77)

Assim, "como ela não consegue ter estabilidade nos empregos devido, em parte, sua indisciplina, sua situação habitacional também é instável, agravada, sobremaneira, pela questão financeira" (FARIAS, 2017, p. 140). Carolina enfrentava uma condição próxima à mendicância, buscava morada no Albergue Noturno, nos cortiços ou em quaisquer outras moradias populares. Somente no ano de 1948 ela passa a morar na favela do Canindé, palco dos relatos feitos em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). Nesse mesmo ano ela fica grávida do seu primeiro filho, fruto da relação com um marinheiro português, este acaba lhe abandonando.

João, o primogênito, nasceu em um contexto de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Segundo Meihy e Levine (2017), as lembranças da escritora retratam um cenário margeado pelo rio Tietê e com um lixão como vista panorâmica. O mau cheiro era constante. O barraco construindo por ela foi com restos da construção da igreja Nossa Senhora do Brasil que era bastante distante do Canindé. Todos os dias ela "seguia de bonde até o bairro do Jardim América, onde ficava a igreja, recolhia toda a madeira que podia carregar e voltava a pé, com as tábuas sobre a cabeça, por cerca de uns 10 quilômetros" (FARIAS, 2017, p.155).

Entretanto, mesmo com as dificuldades encontradas por Carolina na sua passagem pelo Canindé, a sua postura era de rechaço ao perfil de favelada. Ela encontra na escrita tanto um diferencial quanto uma forma de distanciar-se dos demais moradores e das misérias da favela. Assim, podemos considerar a partir das observações de Meihy e Levine (2015), que Carolina era uma pessoa bastante solitária e vista como uma pessoa estável que poderia ser de confiança. De acordo com Carolina ela era a encarregada de cuidar da segurança da favela, já que sempre ficava responsável pelas denúncias e por chamar a polícia em situações adversas.

Em cinco minutos a notícia circulou que eu tinha ido telefonar para a polícia, para impedir a mudança do Anselmo. Eu cheguei antes da Polícia e os favelados assim que me viram perguntaram:

- Cadê a Polícia, Carolina?

Se eu guardasse todo o dinheiro que já gastei telefonando para a Radio Patrulha, eu podia comprar um quilo de carne! (JESUS, 2014a, p.112)

Todos esses fatores associados contribuíram para que ela fosse alvo tanto de aprovações quanto de críticas. Voltando ao tópico da escrita, Joel Rufino dos Santos no livro *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável* (2009), pontua que Carolina foi um caso de bovarismo¹⁰ pelas letras. Dessa forma, Carolina crendo que era superior aos seus vizinhos favelados, experimentou momentos bons e ruins. Como Emma Bovary: “Quanto mais próximas lhe ficavam as coisas, mais os seus pensamentos se afastavam delas. (...) parecia-lhe uma exceção no mundo, um caso particular em que se achava envolvida, ao passo que para além se estendia, a perder de vista, o imenso país da felicidade e das paixões” (FLAUBERT, 1971, p.50).

Porém, distintamente de Mme. Bovary que se matou no final, Carolina foi punida por uma realidade desfavorável e se recolheu em uma chácara em Parelheiros. Sobre essa relação

¹⁰ Entende-se bovarismo aqui como um termo derivado de Mme. Bovary personagem presente na obra de Gustave Flaubert (1821-1880), tal termo sinaliza a distância criada entre o que se pretende ser e o que se é de fato.

de distanciamento de Carolina da realidade favelada, Maria Teresinha, assistente social e madrinha de Vera Eunice, em uma entrevista afirma:

Na época eu tentava conversar com minha afilhada Vera, mas tive pouca ou nenhuma resposta. Era um núcleo muito fechado dentro da família em torno da mãe. Carolina criava pra eles a ideia que, sendo escritora, ela vivia em um mundo à parte. E suas crianças, como conviviam muito com ela, também cresceram com essa mentalidade: sozinhos e livres. O que é interessante, porque eles não viviam a realidade de outra classe social. Na penúria, eram tão ou mais favelados que os outros. Passaram muita miséria, fome, e, no entanto, não se misturavam. Foi muito triste a criação dessas crianças. (MEIHY; LEVINE, 2015, p.138)

Ainda sobre a vida de Carolina na favela, o mês de abril de 1958 foi um marco bastante importante de sua carreira. Foi nesse mês, durante as campanhas para as eleições de São Paulo, que ela conhece Audálio Dantas. Ele era um jovem repórter do jornal Folha da Noite e foi enviado para cobrir uma inauguração de *playground* próximo à favela do Canindé onde presenciou um confronto entre adultos e crianças no uso dos brinquedos do parquinho. Nas palavras do jornalista, Carolina “ameaçava colocar o nome daquelas pessoas no seu livro. Então, naturalmente quis ver qual seria o livro. Depois ficou muito claro que Carolina fez tudo aquilo para chamar atenção, porque ela queria que eu soubesse que ela escrevia. Conseguiu” (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 119).

Assim que Dantas visitou o barraco da escritora e leu alguns cadernos onde mantinha um diário, foi o gatilho para compreender a importância daquele material. O primeiro resultado dessa descoberta foi uma matéria sobre Carolina no jornal que Dantas trabalhava. O repórter explora, nesse primeiro momento, o retrato da catadora de papel que passa fome, mas também é poetisa, e obtém uma grande repercussão. De acordo com Farias (2017), é depois dessa publicação que Carolina começa a tornar sua escrita sobre os moradores da favela mais pessoal. Os conflitos entre ela e os moradores acaba se acirrando e contribuindo para sua retirada da favela sob pedradas e xingamentos logo após a publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Era um grande transtorno, as crianças quando precisavam ficar sozinhas em razão do trabalho de catadora da mãe, sofriam maus tratos dos vizinhos. Havia muitos curiosos que rondavam seu barraco e discussões contra e a favor do seu livro. Os favelados afirmavam que ela havia enriquecido escrevendo sobre eles assim a soma de dinheiro recebida pela publicação deveria ser repartida.

A Leila surgiu andando com dificuldade. Veio para instigar os favelados. O motorista partiu com a máquina acelerada. Começaram a atirar pedras. A Leila agitou-se, pegou pedra e atirou dentro do caminhão. Eu olhava as pedras e a direção com receio de atingir os olhos da Vera Eunice e do José Carlos, que já estava ferido com as pedradas. Que confusão! Eu não sei de onde surgiu tantas pessoas pra presenciar a minha partida. A China e a Nair xingavam-me e diziam: Você vai embora para não apanhar!

Eu disse-lhe:

— Estou aqui há 12 anos e você nunca espancou-me. Pode espancar. Eu vou residir em Osasco. O meu endereço é Rua Antônio Agu. 833. O Audálio e os outros jornalistas estavam no meio dos favelados. Eu temia uma agressão. Despedi só da D. Alice e da D. Eunice. O Audálio queria que eu despedisse dos favelados pegando-lhes nas mãos, gesto que eu reprovei.

(JESUS, 1961, p. 46)

Sob pedradas e xingamentos Carolina vai morar em um cômodo cedido por seu amigo Antônio Soeiro Cabral em Osasco onde moraram por um ano. Finalmente saíra do quarto de despejo e passara a morar na sonhada sala de visitas. Entretanto a estadia de Osasco não durou muito, existiam atritos com a vizinhança e também com o Sr. Antônio por conta das traquinagens dos filhos. Logo ela se mudou para um bonito sobrado no bairro de Santana comprado com os direitos de seu livro. Vera Eunice, em entrevista cedida a Meihy e Levine (2015) comenta que a casa em Santana era um verdadeiro palácio para eles que saíram da favela, havia água encanada, geladeira, fogão a gás, as calçadas brilhavam de tão limpas, existiam casas grandes e carros novos. De manhã a mesa estava sempre posta com um café gostoso, eles não passavam fome. Mas, depois de alguns meses eles começaram a se sentir deslocados, pois a vizinhança reclamava, existia muito preconceito, principalmente direcionado aos filhos de Carolina que ficavam na rua e eram impedidos de brincar com outras crianças em razão de suas vestimentas, cor e também condição social. Outro fator de atrito era que Carolina acabava levando para casa moradores de rua e outras pessoas em situação de vulnerabilidade, então, segundo Vera Eunice, a casa virou um centro de atendimento aos mendigos e vivia rodeada por repórteres, vizinhos e até a polícia. Carolina e sua família eram perturbados a todo instante, a movimentação não cessava nem aos domingos, muitos apareciam pedindo ajuda, emprego, passagem e também para tirar um parente da cadeia. Ademais havia uma certa desunião na família, Carolina e Vera Eunice viajavam bastante por conta da divulgação do livro, perdendo o convívio com José Carlos e João José¹¹.

¹¹ Vale ressaltar que atualmente, por conta de conflitos familiares as netas de Carolina Maria de Jesus, Eliane, Elisa, Adriana e Liliam, filhas de José Carlos, tem três processos na justiça em busca dos direitos pelo espólio da avó. Elas afirmam, de acordo com a Folha de São Paulo (2021), que estão vivendo uma espécie de Quarto de despejo 2, já que estão passando por muitas dificuldades semelhantes às narradas por Carolina em sua obra de

Essa associação de fatores extenuantes resultou na brusca mudança da família para um sítio em Parelheiros. Vera Eunice comenta que essa mudança foi repentina, pois eles saíram uma noite de malas arrumadas em um caminhão e foram embora, ninguém ficou sabendo do endereço, foi um grande alívio para Carolina.

Até agora foi traçado um brevíssimo panorama acerca da vida e trajetória de Carolina Maria de Jesus. Passaremos agora a abordar as dinâmicas urbanas e sociais que envolviam a cidade de São Paulo no período que precede e que acompanha a presença da escritora.

A urbanização no Brasil se caracterizou por movimento migratórios intensos, pela contínua reorganização espacial, por mudanças na divisão social do trabalho e pela forte influência do capitalismo financeiro, industrial e comercial que entrou em vigência no século XIX e se perpetua até os tempos atuais. A história do negro na cidade de São Paulo está imbricada com as fases do desenvolvimento econômico paulista.

Segundo Adão (2017), os negros iniciam sua chegada em São Paulo a partir da introdução da escravidão como regime e são peça fundamental no desenvolvimento econômico dessa cidade. A construção da expansão agrícola do século XIX foi engendrada pelo trabalho do negro na lavoura, que favoreceu um tipo de exploração econômica complexa. Porém, no ápice do desenvolvimento das atividades agrícolas, o sistema escravista declinava no Brasil por conta das pressões Inglesas. A Inglaterra, no apogeu de sua Primeira Revolução Industrial, queria ampliar seu mercado.

Com o declínio do regime escravista e a Abolição em 1888 a participação do negro no trabalho livre encontrou diversos entraves. Concomitantemente, verificamos um alto desenvolvimento econômico na capital paulista que se encontrava no auge de sua produção cafeeira e na iminência da industrialização. Nessa mescla de inovações e transições, encontramos a Proclamação da República e o desenvolvimento de diversos setores da economia, fatores que contribuíram para o crescimento demográfico de São Paulo. Uma massa de escravos, libertos, imigrantes nacionais e estrangeiros que, chegando à cidade à procura de meios de sobrevivência, buscavam a área central, onde se concentravam moradia e trabalho e fervilhava a vida urbana.

Pensando em um contexto dos anos 1950, existiu um estímulo às atividades industriais no país por conta da política econômica do governo Vargas e conseqüentemente uma

maior destaque. Para reivindicar seus lugares como netas de Carolina criaram ainda um perfil no Instagram - @netascarolinadejesus onde frequentemente falam sobre a avó e comentam sobre suas dificuldades no diálogo com a tia, Vera Eunice.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/04/netas-de-escritora-carolina-maria-de-jesus-dizem-viver-quarto-de-despejo-2.shtml>.

diminuição das atividades agrícolas. Porém, o sistema industrial já era alimentado com recursos do setor agro-exportador desde os anos 1930, existindo assim uma regulação do capital e do trabalho por parte da indústria. Pasternak e Bógus (2003), afirmam que já em 1930 as sedes de grandes indústrias estavam fixadas nas regiões sul e sudeste, que se desenvolveram a partir do setor industrial, e atraíram para suas capitais um grande contingente de população vinda do campo. O movimento migratório da população negra é delineado na obra de Conceição Evaristo de título *Ponciá Vicêncio* (2017):

Quando Ponciá Vicêncio resolveu sair do povoado em que nascera, a descisão chegou forte e repentina. Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. (...) Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer todos os dias. Ela acreditava que poderia traçar novos caminhos, inventar uma vida nova. E, avançando sobre o futuro, Ponciá partiu no trem do outro dia, pois tão cedo a máquina não voltaria ao povoado. (EVARISTO, 2017, p. 30)

Após a Grande Depressão (1929-1939), a economia brasileira se firma e consequentemente São Paulo se converte em um polo migratório recebendo além de uma população negra também os nordestinos. Baeninger (2005) destaca que, em razão do processo de industrialização em curso, os deslocamentos populacionais em direção ao urbano representavam a força necessária para o processo de acumulação capitalista. Assim, ao considerar São Paulo, evidencia-se que, de forma reversa às outras regiões e capitais brasileiras, a metrópole paulista contava com diversos fatores de fomento que se somavam às relações capitalistas: um amplo mercado interno e agricultura mercantil. Oliva e Fonseca (2016) veem São Paulo como uma cidade de maturação progressiva que, a partir de 1870, passa a ter um crescimento vertiginoso correspondendo ao padrão das cidades norte-americanas.

Tratando da imigração estrangeira que influenciou a urbanização da capital paulista, Bogús e Vêras (2000) afirmam que após a abolição da escravatura os imigrantes italianos e espanhóis, e parte da população negra passam a trabalhar nas lavouras de café, porém parcela significativa se instala na cidade de São Paulo dando origem ao proletariado urbano que acionara as engrenagens da industrialização na capital a partir do século XIX.

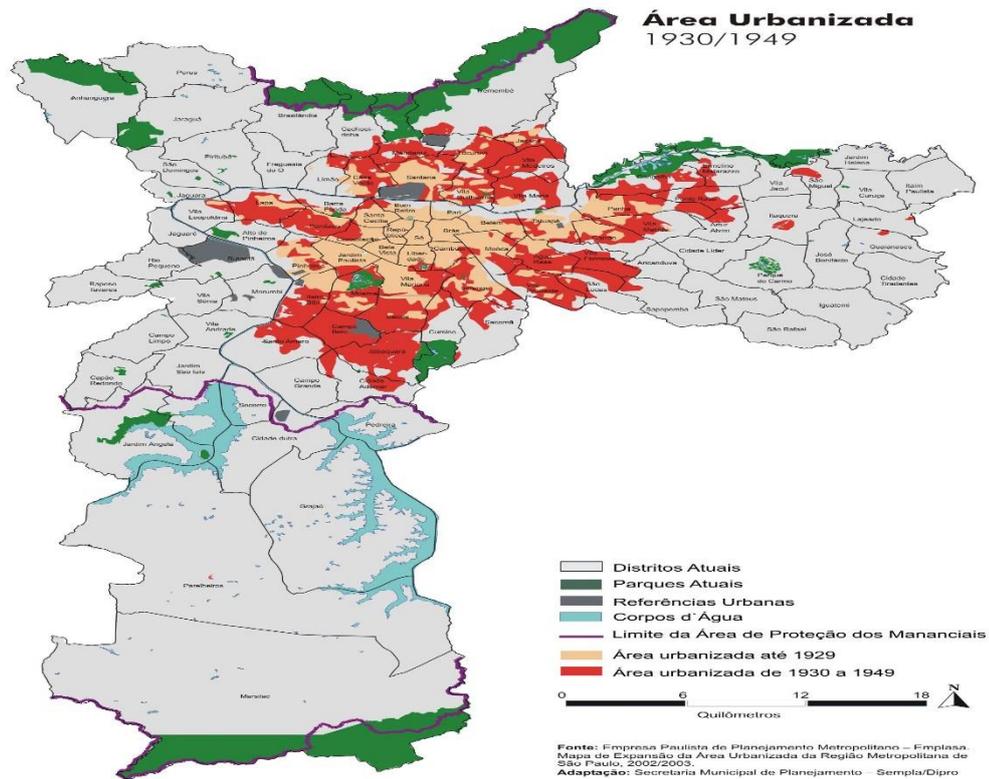
Já no que diz respeito à organização espacial e social da capital paulista, percebemos que ela reflete condições proporcionadas pela industrialização. Para Pasternak e Bógus (2003), São Paulo, até os anos 30, era uma urbe com baixa segregação mesmo havendo espaços

residenciais bem delimitados. Olhando a cidade nesse período histórico somos capazes de perceber a existência de uma discriminação de áreas habitadas pelos operários relativo ao acesso a serviços. Tais áreas eram predominantemente de várzea, próximas às fábricas e com deficit de linhas de transporte e outros serviços de ordem pública. Porém, pensando por um ponto de vista espacial, as moradas dos operários se encontravam próximas das mansões dos burgueses. Essa organização espacial se justificava dada a ausência de meios de transporte para o deslocamento da classe operária a partir de bairros mais longínquos. Dessa maneira, nos anos 30 começamos a ter uma visão da desigualdade econômica e social na cidade de São Paulo: vemos majestosos casarões burgueses ao lado da precariedade representada pelos cortiços e vilas operárias. Ilustramos um pouco da realidade dos cortiços a partir da obra *O cortiço* de Aluísio de Azevedo (2019):

Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas. Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. Como que se sentiam ainda na indolência de neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente, dissolvendo-se à luz loura e tenra da aurora, que nem um suspiro de saudade perdido em terra alheia. (AZEVEDO, 2019, p. 35)

Porém, mesmo com o exposto anteriormente é importante ressaltar que, em razão da grande proeminência do cultivo do café em São Paulo, a presença dos grandes cafeicultores também ocorreu na metrópole. Segundo Oliva e Fonseca (2016), tal grupo se distanciou da área central da cidade onde existia a mistura de funções e pouco espaço, como comentado de maneira supracitada, e buscou construir seus próprios bairros. O bairro dos Campos Elíseos era constituído por grandes lotes de terra, uma baixa demografia e alta seletividade social. Assim, ainda para os autores, a cidade de São Paulo perdeu a sua urbanidade quando cresceu. Entende-se aqui urbanidade como a combinação de elevada densidade demográfica com uma diversidade de atividades que se estruturam dentro de um espaço. Essa ausência de urbanidade ocorreu por uma série de elementos dispersores: a perda da multifuncionalidade do centro, urbanização tardia nas várzeas dos rios, cinturão fabril próximo ao centro e os subúrbios-jardim. O mapa a seguir retrata as áreas de urbanização da cidade de São Paulo entre 1930 e 1949.

Figura 1– Área Urbanizada 1930/1949



Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa, 2003

Segundo Oliva e Fonseca (2016), o centro de São Paulo, no início, era bastante multifuncional, porém, em detrimento do crescimento econômico e urbano da cidade existiu um aumento da concentração de atividades comerciais na área central, eliminando assim as residências e se convertendo em uma zona referência na geração de empregos. A perda de diversidade de atividades do centro influenciou o desenvolvimento do entorno regional de forma semelhante. Ainda de acordo com os autores, a função residencial se desloca para os bairros dos ricos comerciantes e fazendeiros. A classe média também busca se afastar do centro construindo novos bairros residenciais. Neste caso o desenvolvimento desses bairros se deu na parte oeste da cidade em direção à Consolação, Higienópolis e Paulista. Para os trabalhadores pobres e imigrantes restaram somente a parte mais periférica da cidade, que se desenvolvia em razão da perda de multifuncionalidade do centro.

Além disso, porque a expansão urbana de modo geral utiliza as várzeas dos rios, timidamente existiu uma ausência de uso desses espaços na malha urbana e conseqüentemente um entrave. Tal fato forçou “que a expansão da cidade na direção norte, em especial, deixasse um enorme *hiato urbano* para reiniciar a urbanização já numa área bem distante na outra margem do rio” (OLIVA; FONSECA, 2016, p. 32).

Ainda sobre os fatores que contribuíram para a dispersão da capital paulista encontramos, de acordo com Oliva e Fonseca (2016), um cinturão fabril muito próximo ao centro da cidade e a gênese dos subúrbios-jardim. Relativo à estruturação industrial da cidade, começamos a encontrá-la na parte leste, próxima às várzeas do rio Tamanduateí. Uma vez que esses terrenos de várzea ou próximos a ela eram baratos, um cinturão fabril passou a existir ali. Caso análogo ocorreu nas várzeas do rio Tietê, construindo dessa maneira cinturões industriais muito próximos ao centro. Com o crescimento demográfico da cidade e a expansão da zona fabril, os bairros Brás, Belenzinho e Mooca tornaram-se bairros proletários com baixa densidade demográfica e social e de atividades, sendo incapazes de constituir uma urbanização integral. Assim, vê-se que tal cinturão fabril é um elemento dispersor que compromete a expansão da cidade, pois estando situado nas proximidades do centro em um momento de crescimento urbano vertiginoso fez com que a urbanização não atingisse tais espaços.

Já relativo aos subúrbios-jardim, temos uma formação desses espaços intimamente ligada com a construção de bairros residenciais pela elite paulista. O delinear de um reduto residencial alijado do centro densamente povoado se alinha com as perspectivas de urbanização trazidas pela *São Paulo City*, uma empresa fundada em Londres que passa a funcionar na capital paulista em 1912 e estimula a construção dos subúrbios-jardim. É importante destacar que os terrenos nos quais tais subúrbios seriam construídos se localizavam em um espaço “de expansão imediata ao núcleo histórico denso da cidade, como as diversas publicidades da época assinalavam. No lado do espigão, entre os terrenos da Cia. São Paulo City e o centro havia apenas o bairro do Bexiga” (OLIVA; FONSECA, 2016, p. 37).

As associações feitas entre a *São Paulo City* e a *Light and Power*, empresa focada em transportes e geração de energia, foram essenciais o novo projeto de urbanização, dessa forma é possível ver que, por esses novos subúrbios-jardim se localizarem em espaço de potencial crescimento urbano e também serem caracterizados por sua especialização demográfica residencial, foi um entrave ao crescimento da cidade. Para além do fator espacial, em tais bairros havia um “*obstáculo ideológico*, pois a City foi portadora de um modelo de cidade e de “qualidade de vida” que marcou época” (OLIVA; FONSECA, 2016, p. 41). Vemos então que a população pobre não poderia ou conseguiria ocupar esses espaços, sendo obrigada a habitar áreas mais marginais e insalubres.

Pensando tal dinâmica urbana tão desigual e dispersa, encontramos Carolina Maria de Jesus, em meados dos anos 30, mais especificamente no ano de 1937, na cidade de São Paulo em meio a um turbilhão de mudanças. De acordo com Farias (2017), ela ao longo de sua vida

teve muitos empregos, chegando a trabalhar em uma fábrica nessa mesma cidade no ano de 1940. Na tentativa de compreender Carolina dentro da organização espacial e social de São Paulo, podemos situá-la em uma condição muito semelhante à dos operários trabalhando nas ricas casas das famílias paulistanas e se localizando em meio aos conflitos da desigualdade. Farias (2018) afirma que a partir de 1942 Carolina começa sua peregrinação de verdadeira dificuldade para encontrar moradia e trabalho, passando por diversas casas de família.

Sobre a organização socioespacial de São Paulo, Suzana Pasternak e Lúcia Maria Machado Bógus (2003) complementam que em 1940 a metrópole concretizou uma expansão urbana em razão de fatores de dispersão que somados a grande circulação de autos e ônibus impuseram mudanças nas vias públicas. Por conta disso existiram duas propostas para a adequação e mudança do sistema viário em São Paulo: o Projeto da Light (1927) e o Plano de Avenidas de Prestes Maia (1930).

a) O Projeto da Light previa menores alterações na zona central da cidade e maior adensamento ao longo das linhas que se dirigiam às áreas periféricas, propondo um crescimento dirigido – a partir do transporte e adensado. b) O Plano de Avenidas propunha grandes mudanças na área central, gastos vultosos com desapropriações e uma expansão que não se prendia aos “trilhos” dos bondes elétricos ou à extensão das linhas ferroviárias. Propunha a renovação urbana da área central e a expansão da cidade a limites não previstos. (BÓGUS; PASTERNAK, 2003, p.57)

A prefeitura da metrópole optou pelo Plano das Avenidas que começou a ser implantado nos anos 30, no Estado Novo¹², onde novas rodovias foram abertas com apoio federal viabilizando tanto a circulação de gêneros quanto novos espaços para a construção de indústrias, que gradualmente foram migrando da área urbana. Dessa forma, conseguimos compreender que a transformação urbana dada pelas políticas públicas, contribuíram para uma alteração no ocupar da cidade. Bógus e Pasternak (2003) afirmam que existiram algumas atitudes do Estado que pretendiam subsidiar as casas de trabalhadores de baixa renda, visto que a partir da nova organização urbana da metrópole paulista existia uma especulação imobiliária altíssima, que repelia os pobres e negros da região central da urbe, e conduzi-los aos loteamentos periféricos. Carteiras prediais dos Institutos de Previdência foram criadas em 1937, porém se mostraram insuficientes para atender a grande demanda. Mesmo com essa pequena intervenção estatal os moradores se sentiram estimulados a terem suas casas próprias. Toda essa combinação de

¹² De acordo com Fausto (1998), o Estado Novo (1937-1945) consistiu em uma fase política ditatorial implementada de maneira autoritária. Foi também a última fase da Era Vargas (1930 -1945).

fatores levou a um novo padrão de urbanização que combinava as casas autoconstruídas aos loteamentos periféricos.

Voltando nossa mirada para a questão econômica que influenciou as profundas mudanças na questão territorial da cidade de São Paulo, o dia 15 de julho de 1955 é o aniversário de Vera Eunice de Jesus Lima, filha de Carolina Maria de Jesus, e palco do primeiro registro feito no livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960). Na ocasião a autora se queixa dos custos dos gêneros alimentícios e da impossibilidade de presentear sua filha com um par de sapatos novos. A pobreza e a miséria são trazidas em primeiro plano, além de não existir a possibilidade de comprar sapatos novos a comida também é escassa.

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar. Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se (JESUS, 2014b, p.11)

Os anos 1950 no Brasil são marcados pelo segundo governo de Getúlio Vargas¹³, que toma posse no dia 31 de janeiro de 1951. Getúlio principia seu governo propondo o trabalho em uma infraestrutura que possibilitasse o desenvolvimento econômico do Brasil. Tal desenvolvimento teria o objetivo de integrar a indústria pesada de bens de capital e de insumos e também de aplicar capitais públicos no petróleo, na eletricidade e na siderurgia. Porém, ao mesmo tempo em que a industrialização do Brasil andava a passos largos, Vargas se deparava com o aumento da inflação no período pós-guerra. De acordo com Fausto (1998), tal pressão inflacionária foi consequência de uma gama de fatores. No ano de 1949 a alta dos valores internacionais do café gerou um aumento da receita em divisas. Tais divisas, após serem convertidas na moeda brasileira, resultaram em um crescente da circulação do cruzeiro e consequentemente na elevação de preços.

Na arena econômica Getúlio se encontrava em um jogo de forças, se por um lado havia o aumento da inflação, o governo brasileiro havia se endividado em consequência da Guerra da

¹³ O segundo governo Vargas é, de acordo com Fausto (1998), marcado por características democráticas se distinguindo assim da primeira vez que Getúlio assumiu o poder permanecendo na presidência por quinze anos sem o respaldo de eleições diretas.

Coréia¹⁴. Para Fausto (1998) o financiamento de importações adicionais foi a razão do endividamento do Brasil, uma vez que armado o conflito na Coréia existiria um aumento de taxas e dificuldade na importação. Vale ressaltar também que mesmo as áreas de transporte e energia sendo estranguladas, a expansão industrial continuava e em consequência existiram elevações de custo dos preços finais dos produtos.

Getúlio se via obrigado a manobrar em um mar de correntes contraditórias. De um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores, atingidos pela alta do custo de vida; de outro, precisava tomar medidas impopulares no sentido de controlar a inflação. (FAUSTO, 1998, p. 410).

A alta no custo das mercadorias é sentida particularmente pela camada mais pobre da população. Carolina relata em seu diário a dificuldade de adquirir produtos de necessidade básica: “Fiquei pensando que precisava comprar sabão, leite e pão para a Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava; cheguei em casa, aliás no meu barracão nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que levo” (JESUS, 2014b, p. 12). Além da questão do alto custo de mercadorias, o custo de moradia também subiu. Esse fato aliado as dificuldades financeiras de Carolina fizeram com que a escritora acabasse centrando sua morada na favela do Canindé. Essa favela foi produto das reformas de Prestes Maia junto de Ulhôa Cintra e também influenciada pela perda de urbanidade causada pelos elementos que dispersaram a cidade. Para Barone (2019) a favela era vista para o poder público como uma etapa temporária que se extinguiria após o desenvolvimento de São Paulo e da adaptação do operariado, pois esperava-se que com tais ajustes essa população passaria a condições regulares de moradia. Em uma perspectiva dominante, progresso e favela não se associavam, porém, as políticas de promoção questionáveis somadas à ausência de políticas habitacionais para a população favelada iam na contramão dessa associação inicial.

De acordo com Barone (2015) a favela do Canindé teve uma curta existência na cidade de São Paulo, ela se situava às margens do Rio Tietê e abrigava em média 99 famílias em um terreno que fora cedido pela prefeitura. Vê-se aqui uma clara relação entre as novas obras de urbanização da capital paulista e a existência das favelas, já que a população pobre era expulsa do centro. A favela era o quarto de despejo enquanto o centro era a sala de visitas, como bem

¹⁴ Segundo Costa (2017), a Guerra da Coréia (1950-1953) foi o conflito que marcou com mais intensidade a Guerra Fria (1947-1991) onde os Estados Unidos e a União Soviética se enfrentaram de maneira indireta.

apontado por Carolina Maria de Jesus. Era um lugar desprovido de qualquer infraestrutura, não havia água canalizada nem serviço de tratamento de esgoto. Os moradores podiam contar somente com uma torneira ligada à uma caixa d'água que abastecia a população; quanto ao esgoto, era de cada família a responsabilidade de coletá-lo. Esse recolhimento era feito por meio de fossas improvisadas que transbordavam e davam ao bairro um cheiro fétido. Carolina, tentava distanciar-se dessa dura realidade imaginando que vivia em outro lugar.

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido em um castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes brilhantes. Que minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar esse ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. Fiz o café e fui carregar água. Olhei o céu, a estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama. (JESUS, 2014b, p.58)

Esse quarto de despejo da cidade, que ocultava tudo que não deveria ser visto e que antagonizava o processo de urbanização da cidade, era o reduto de todos aqueles que não tinham seu lugar em meio ao constante espraiamento da capital. Após o aqui abordado conseguimos compreender que as dinâmicas econômicas, políticas e espaciais da cidade de São Paulo contribuíram para que a população negra e pobre se encontrasse cada vez mais distante do centro urbano e conseqüentemente tivessem seu direito à cidade afetado.

CAPÍTULO II

A EXPERIÊNCIA DA ESCRITA EM CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA HISTÓRIA PÚBLICA SEM RETOQUES

“A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorre. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde moro”. Quarto de despejo, p .167

2.1 Da origem e desdobramentos da História Pública

A atuação do historiador fora dos muros acadêmicos e a perspectiva pública da história não são novidade, de acordo com Bruno Leal Pastor de Carvalho no artigo *História pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo* (2016), ele afirma que somente há pouco tempo os historiadores passaram a utilizar o termo História Pública para definir esse campo de estudos e práticas. Para compreender melhor tal campo é necessário, segundo o autor, observar um conjunto de práticas ocorridas entre 1960 e 1980. Destaca-se o pioneirismo da Inglaterra nesse sentido visto que, em 1967, foi onde ocorreu a primeira estruturação de uma série de oficinas e seminários voltado tanto para comunidade acadêmica quanto para aqueles que não se encontravam nesse espaço, abordando a democratização e os usos políticos do passado tendo em conta uma história vista pela ótica de trabalhadores e estudantes, ou seja, uma história que não partisse de dentro do âmbito acadêmico. Esses encontros foram conhecidos um pouco depois como *Movimento Workshop*, tendo como organizador Raphael Samuel, e essa iniciativa ressoou de tal forma que em 1976 nasceu a revista *History Workshop Journal* que influenciou uma série de historiadores daquele país. Assim, “na Europa, portanto, a História Pública esteve empenhada em desvendar como são processados os usos políticos da história e em descobrir como diferentes grupos sociais elaboram seus sentidos do passado” (CARVALHO, 2016, p.36).

Tomando distância do continente europeu é possível ver que a contribuição para o desenvolvimento da História Pública também ocorreu em grande escala na América do Norte, especificamente nos Estados Unidos. De acordo com Carvalho (2016, p.36-37) é no ano de 1975, quando uma grande crise de desemprego afligia historiadores estadunidenses, que Richard Kelly, um professor da *University of California* em Santa Barbara, fez uso do termo História Pública como relativa à atuação dos historiadores fora da academia, como um novo campo de reflexão dos historiadores. Esse mesmo professor foi também responsável pela fundação da revista *The Public Historian* em 1976, referência até hoje nesse assunto.

Nos anos subsequentes a esses acontecimentos a História Pública começou a propagar-se e alicerçar-se em outras partes como a África do Sul e a Nova Zelândia, e também, segundo Carvalho (2016), estabelecendo diálogos enriquecedores com outras áreas do conhecimento como a memória e a divulgação científica.

A História Pública chega em solo brasileiro nos últimos anos e como primeiro marco importante há o *Curso de Introdução à História Pública* que se deu no ano de 2011 na Universidade de São Paulo - USP. Para Carvalho (2016) esse curso se voltou para uma prática que tinha tanto a incorporação do sujeito historiador do mercado de trabalho quanto da história nas culturas midiáticas, privilegiando a abordagem dentro da História Pública que quer ampliar audiências. Posterior a isso existiu uma série de acontecimentos de destaque como a publicação dos livros *Introdução à História Pública* (2011), *História pública no Brasil: sentidos e itinerários* (2016) e *Que história pública queremos?* (2018) dentre outros. Já relativo a outros tipos de práticas temos como bastante importantes o *1º Simpósio Internacional de História Pública: a história e seus públicos* (2012), o *2º Simpósio Internacional de História Pública* (2014), a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP) (2012) e a criação do Programa de Pós – Graduação em História Pública na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Essa grande disseminação da História Pública ao redor do globo resulta em uma multiplicidade de definições que são moldadas, talhadas de acordo com as diferentes acolhidas de cada país. Porém tal pluralidade não é empecilho, mas sim um sinal de profusão.

[...] a ‘história pública’ é um guarda-chuva tão acolhedor a ponto de oferecer abrigo a todas as formas de história ‘popular’ - seja ela a história oral ou a ‘história dos povos’, a ‘história aplicada’ ou os ‘estudos do patrimônio’? A resposta, provavelmente, é um generoso ‘sim’: deixai que mil flores desabrochem. (LIDDINGTON, 2011, p. 32)

Alguns comentários sobre perspectivas para História Pública são analisados por Jill Liddington (2011) e a pesquisadora afirma que tal campo se refere ao trabalho de historiadores e do uso do método histórico fora da academia. Já para Almeida e Rovai (2011) a História Pública na Inglaterra emerge como prática de um uso público da história contendo fins político-ideológicos influenciados pela busca de justiça social. Para Juliana Gelbcke (2014) a História Pública começa a ser vista não apenas como um fenômeno que abarca os diferentes tipos de produções históricas, sejam elas científicas ou extra científicas. Do ponto de vista da

pesquisadora, a História Pública se legitimou enquanto área do conhecimento e construção de sua importância dentro da história acadêmica.

Quanto ao contexto em que despontam as discussões sobre História Pública é importante frisar que ele foi marcado pelo pós-Segunda Guerra Mundial. As condições de produção desse campo de estudos estão perpassadas por profundas mudanças políticas, culturais e sociais. Com a emergência da crise das múltiplas identidades dentro da sociedade existiu uma reflexão sobre a função social da história. O fazer História Pública, de acordo com Almeida e Rovai (2013), não é restrito somente ao divulgar e ensinar um conhecimento específico, mas sim trabalhar com uma diversidade de disciplinas e integrar os mais diferentes recursos. Essa prática visa, para além de uma preocupação com a cultura material, contribuir para a reflexão de uma comunidade com a sua história.

É nessa conjuntura que o interesse coletivo e individual pela história passa a ser cada vez mais requerido por grupos que procuram sanar suas carências de orientação temporal. De acordo com Gelbcke (2014, p.529), “esses sujeitos procuram respostas no passado para resolver as questões levantadas no tempo presente que desestabilizaram as percepções que tinham se si mesmos, daquilo e daqueles que lhes cercavam”. Assim, a História Pública torna-se um veículo para ampliar nossa visão sobre o passado.

Trata-se de um campo ambicioso, que geralmente tenta construir uma ponte entre as análises detalhadas, nuançadas e profundamente investigadas dos historiadores acadêmicos e uma curiosidade histórica aparentemente insaciável, embora às vezes restrita e impaciente, do público em geral. (ZAHAVI, 2011, p. 53)

Com os apontamentos de Gerald Zahavi (2011) fica evidente o esforço em tornar o conhecimento histórico cada vez mais aberto aos sujeitos, permitindo usos desses conhecimentos no âmbito da vida prática. Porém, muitas dessas produções são feitas por diversos sujeitos que não são especializados em História. Tais profissionais, portanto, não possuem os mesmos interesses e preocupações teórico-metodológicas que os historiadores acadêmicos. Um exemplo claro de produção realizada por um sujeito não especializado em História é o livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. A narrativa autobiográfica é feita por Carolina Maria de Jesus, mulher negra e favelada, construindo um relato histórico acerca do seu dia a dia e conseqüentemente de um ponto de vista de dentro da favela.

No que diz respeito às questões sobre a ciência histórica a História Pública não implicou na sua eliminação, mas sim buscou trabalhar um caráter reflexivo na atuação do profissional

capaz de motivar a consciência histórica para um público amplo, não exclusivamente acadêmico. De acordo com Almeida e Rovai (2013, p. 2) na revista *History Workshop Journal*, “(...) predominava a concepção de que seria possível democratizar e refletir sobre os usos políticos do passado no presente, por meio de uma ‘história vista de baixo¹⁵’, incluindo trabalhadores, família, estudantes e, mais tarde, o movimento feminista”. Além disso, a História Pública apresenta-se como um conceito movediço pois aborda distintas tendências. Apresentá-la para diversas audiências “se relaciona com a forma como adquirimos nosso senso do passado, colaborando para nosso posicionamento sobre o presente e o futuro frente a questões que dizem respeito a problemas sociais, tradições culturais, hábitos, demandas de gênero e de classe, e a demanda por políticas públicas” (ALMEIDA; ROVAI, 2013, p.4).

Ainda sobre os desdobramentos da História Pública e tomando como pressuposto que a grande maioria dos saberes produzidos no ambiente acadêmico é hostil àqueles que não foram iniciados ao estudo de tais conteúdos, Alexandre Santos Moraes (2014) aponta que tal hostilidade não é radicada apenas na compreensão do aparato teórico-metodológico ou da linguagem característica e específica que ao longo do tempo foi se conformando como aquela que seria adequada para escrita acadêmica. Segundo o autor, a questão esboçada anteriormente está talvez “(...) na escolha dos temas que aprendemos como sendo aqueles que estão disponíveis pelo cânone universitário e que podem se tornar, em detrimento de uma miríade de outros tantos, como legítimos espaços de atuação profissional” (MORAES, 2014, p. 33).

É nesse ponto de vista que a perspectiva de uma História Pública evoca um novo horizonte de possibilidades de produção dos discursos. Devemos considerar que o saber acadêmico é inquestionável pelo rigor metodológico da pesquisa, contudo, “não possuímos (ou deveríamos possuir) o monopólio do saber histórico. Dos muitos resultados possíveis que decorrem do incremento das preocupações em torno da História Pública, consta a possibilidade de repensar a produção do discurso”. Revela-se nos tempos atuais uma abertura que permite “a reflexão e uso de novos canais e, até mesmo, a emergência de críticas a algumas posturas epistemológicas tradicionais” (MORAES, 2014, p. 33).

Dentro das múltiplas possibilidades de se fazer História Pública existe aquela que se direciona para o trabalho com a internet, a História Digital. O advento da web possibilitou uma grande interação com públicos diversos, além disso, a possibilidade de construir um

¹⁵ A história vista de baixo é uma corrente historiográfica proveniente da Inglaterra que produz conhecimento partindo da perspectiva de sujeitos comuns, da massa deslocando o centro da atenção para aquelas previamente deixadas de fora da história.

conhecimento colaborativo se coloca como bastante atrativa, considerando que existe a perspectiva da construção de uma história junto ao público.

De acordo com Daniel Cohen et al. (2008), a História Digital consiste em uma forma de examinar e representar o passado empregando novas tecnologias da comunicação. É um espaço aberto de produções acadêmicas que dá suporte para novos materiais de ensino. Realizar História Digital é criar uma estrutura, uma ontologia por meio da tecnologia para a experiência do público.

A publicação do livro *Digital History – A guide to Gathering, Preserving and Presenting the Past on the Web* de Daniel J. Cohen e Roy Rosenzweig (2005) trouxe à baila questões sobre ler e escrever história na internet. Os autores destacam que a História Digital oferece oportunidades e perigos. Oportunidades na medida em que possibilita a acessibilidade por um público amplo, trazendo flexibilidade e interatividade. Já os perigos podem ser pertinentes a durabilidade do conteúdo, qualidade e passividade. Vale ressaltar que a obra em questão se ocupou da parte pragmática na composição da História Digital, distanciando-se de discussões epistemológicas dessa área.

Assim, partimos para o apontado por Michel de Certeau (1988) que afirmando a possibilidade de a história ser relativa a um lugar e um tempo em cada sociedade se organiza o pensamento com os seus próprios instrumentos. Dessa forma, segundo Bruno Leal Pastor Carvalho e Anita Lucchesi (2016), nos inserimos em um tempo onde existem os desenvolvimentos da História Digital, existe uma cultura de memória com investimentos na relação com o passado e também uma contínua produção de lugares de memória que implicam uma mudança na forma de experienciar e produzir sentido sobre o passar do tempo no contemporâneo. Vivemos em uma era da abundância de informações, um fenômeno jamais experimentado nem mesmo na revolução de Gutenberg, quando a imprensa foi inventada e uma massiva quantidade de material impresso foi veiculado.

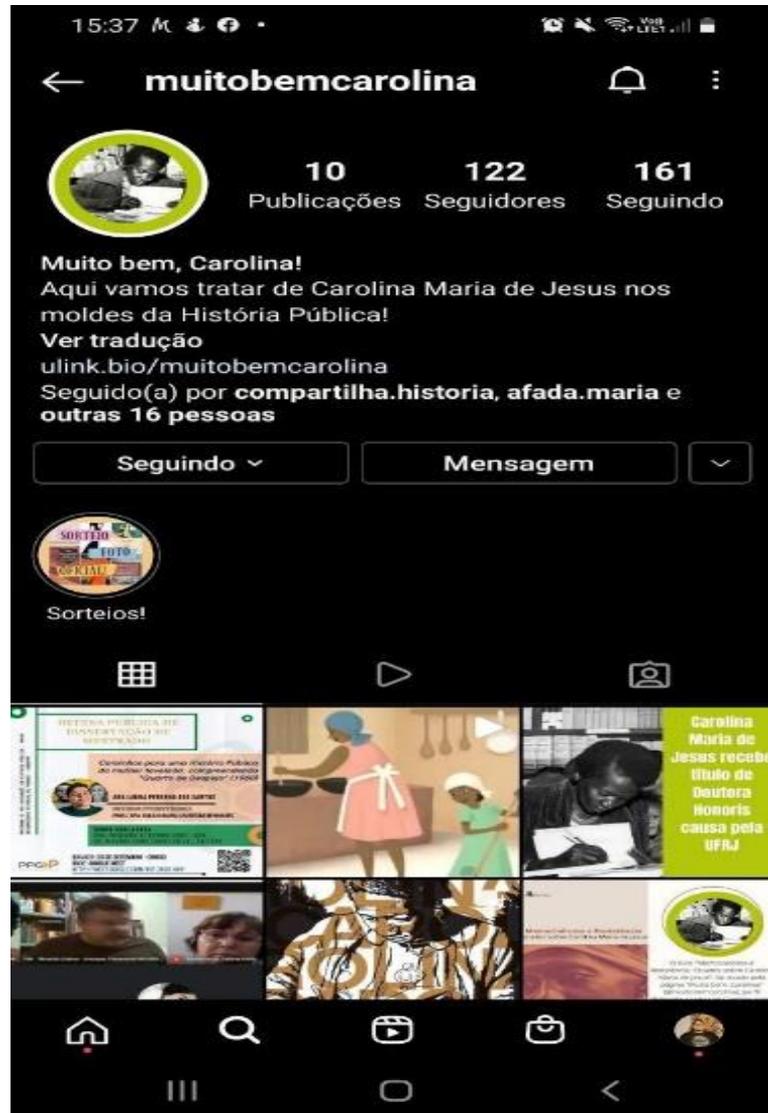
Aqui abrimos um parêntese para, brevemente, tecermos algumas considerações sobre o Café História, uma rede social de história localizada em uma plataforma digital criada em 2006 pelo historiador/pesquisador Bruno Leal Pastor de Carvalho. De acordo com Carvalho e Lucchesi (2016) o Café História nasce com alguns propósitos quais sejam: primeiramente a construção de um espaço online em cuja proposta de dinamismo interativo e a troca de conhecimento esteja presente. No segundo objetivo pensou-se a construção de uma divulgação da história produzida dentro dos muros da academia, mas voltada para um público diverso - especializado ou não. Ainda na perspectiva de Carvalho e Lucchesi (2016), o Café História é

entendido como uma experiência de História Pública, já que desenvolve objetivos dentro do campo de práticas da historiografia: a divulgação e a comunicação com o grande público. Ademais, o Café História também é uma experiência de História Digital pois emprega uma combinação de mídias digitais para promover história.

Para Carvalho e Lucchesi (2016) dois fatores importantes dão conta do sucesso do Café História: o primeiro é que essa rede social preencheu uma lacuna importante no espaço digital. Mesmo com o veloz avanço da web 2.0 não havia uma rede social online e intuitiva dedicada apenas à história que suprisse a demanda social. O segundo fator é que o Café História se baseia nas Comunidades Práticas, redes sociais autogeradoras onde se reúnem vários indivíduos com interesses em comum para divulgar e compartilhar suas práticas.

Nessa mesma toada de promover a história em espaços não acadêmicos e também trabalhar com a divulgação da história foi criada paralelamente à escrita desse trabalho de dissertação de mestrado uma página no Instagram intitulada *Muito bem, Carolina!* Sobre a página informamos que aborda conteúdos sobre Carolina Maria de Jesus de modo a dialogar com um público não especializado, onde evidenciamos a História Pública de uma escritora. O Instagram é uma rede social on-line onde é possível compartilhar fotos e vídeos que é desenvolvida pelo Facebook Inc. para plataformas operacionais como Android, Windows e iOS. De acordo com a Cuponation Brasil (2021) o Brasil é o terceiro país com mais usuários ativos no Instagram em 2021, apontando para cerca de 99 milhões de brasileiros utilizando essa rede social diariamente. Considerando este alcance de público extraordinário é que o Instagram foi a plataforma escolhida para a divulgação dos conteúdos.

Figura 2 – Página Muito bem, Carolina!



Fonte: Página do Instagram Muito bem, Carolina, 2021

A página no Instagram propõe narrativas, informes, fontes documentais e ilustrações para além das informações que dialogam diretamente com essa pesquisa, a exemplo da vida e obras da autora e continuidade de acontecimentos que giram em torno de sua vida. No trabalho de construção da página buscou-se mostrar facetas de Carolina que não são tão conhecidas como a de cantora de sambas, marchinhas e xotes. Em 1961 seu disco *Quarto de Despejo: Carolina Maria de Jesus cantando suas composições* foi lançado. Suas composições musicais assim como seus escritos são dissonantes. São composições musicadas em alguns momentos por melodias alegres e em outros por tons de lamento de tristeza, sempre entoadas pela voz forte de Carolina.

Eu não tenho casa
nem comida pra comer
O meu deus trabalho tanto
e vivo nesse misere
Olha eu sofro tanto
Dura é a minha provação
Todos comem carne
eu como só arroz e feijão
Não tenho vestido,
nem sapato,
nem chapéu,
Quem não tem que ir pra cima
não adianta olhar pro céu
Eu vivo de tanga,
muito triste e descontente
Se botar uma moamba
minha vida não vai pra frente (JESUS, 1961)

Ao apresentar diferentes facetas de Carolina é possível divulgar uma singular erudição multifacetada que, para além da escrita de seus diários, produziu muitas outras obras importantes sendo o disco uma delas. Quanto à recepção do conteúdo pelo público verificou-se que houve bastante interesse, vários usuários que não necessariamente participam da comunidade acadêmica curtiram, compartilharam e comentaram nas postagens. Além do mais, alguns professores em contato por mensagens diretas salientaram a importância desse trabalho. Por conta dessa boa interlocução e também pela importância de seguir dialogando com um público não especializado continuaremos com esse trabalho no Instagram e futuramente pensamos em uma expansão para outras redes sociais.

Comentando ainda sobre as possibilidades da feitura de História Pública no Brasil, Ricardo Santhiago, em entrevista para a Revista Observatório no ano de 2017, comenta que em seu estágio pós-doutoral no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense - LABHOI/UFF, um dos pontos de referência no desenvolvimento de História Pública em território nacional, procurou desenvolver uma visão mais ampla dessa área de conhecimentos, buscando se afastar de referências engessadas que geralmente se importam de outros países. Santhiago propõe quatro engajamentos principais da História Pública: a história feita para o público (baseada na ideia de ampliação de audiências e de ocupação de novos postos de trabalho), a história feita pelo público (baseado no reconhecimento de variações não acadêmicas, e em geral não profissionais, da escrita da história), a história feita com o público (próxima de uma história colaborativa, muito avizinhada à história oral e, mais recentemente, à cultura digital) e história e público (como uma rubrica comum a uma série de reflexões que já

têm sido feitas sob chaves como usos do passado, usos da memória, etc.). (SANTHIAGO, 2016 p.582-583)

Pensando na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) vemos que a produção de um relato histórico não se restringe somente a sujeitos autorizados, uma vez que a academia não dispõe de um monopólio do saber histórico, assim inserimos essa obra dentro da concepção de história feita pelo público. É a partir desse ponto de vista que podemos ver um imbricamento que sempre se põe como atual: o da História com a Literatura. De acordo com Sandra Jatahy Pensavento (2003) mesmo que a História e a Literatura sejam formas distintas elas estão muito próximas, se entrecruzando como discursos que respondem as indagações dos homens sobre o mundo, suas expectativas e temores sobre a realidade. O confronto entre elas pode partir de alguns movimentos. Em primeiro lugar uma introdução de novos referenciais que aproximam essas duas áreas deve ser levada em conta. A autora aponta que é necessário considerar nesse caso que tanto a História quanto a Literatura são narrativas que constroem enredos e desvendam tramas. As duas se constroem como modalidades que tem sempre o real como referência mesmo que seja para sua negação ou transfiguração. Além disso:

Ambas as narrativas realizam a configuração de um tempo. Seja este o que se passou, no caso da História, ou que poderia ter se passado, mas que realmente se passa, para a voz narrativa da Literatura, este tempo se constrói como uma nova temporalidade, nem presente nem passado, mas que ocupa o lugar do passado e, no caso da História, a ele se substitui. É este presente da escrita que inventa um passado ou constrói um futuro, para melhor explicar-se. Nesta medida, o momento da feitura do texto torna-se essencial para o entendimento das ações narradas, sejam elas acontecidas ou não. (PESAVENTO, 2003, p.33)

Tomando o exposto pela autora é necessário trazer para a problematização uma discussão que nos remete às questões acerca dos recursos ficcionais sobre o real e a ficção, o verdadeiro e o falso que vão aqui delimitar os distanciamentos entre História e Literatura, uma vez que sempre existirá compromissos distintos de cada narrativa com o real. Do que se segue que a História é narrativa do que aconteceu, porém, não é *mimesis*, mas sim uma tradução de uma alteridade no tempo (PESAVENTO, 2003, p.35). A Literatura, por sua vez, tem uma pretensão aproximativa, ela não precisa comprovar uma veracidade, mas sim obter coerência e efeito de verossimilhança. Roger Chartier leva em consideração que a distinção entre História e a ficção se encontra um pouco oscilante. Em um primeiro momento podemos ver a primeira como aquela que pretende retratar o real que aconteceu adequadamente e a segunda tendo apenas um caráter informativo, que fala sobre o real, mas não pretende legitimar-se nele. Porém,

a linha de tal diferenciação vai se tornando mais tênue na medida que as representações do passado propostas pela Literatura vão sendo postas em xeque. Exemplo claro são alguns romances do século XIX que deslocaram para a ficção literária personagens históricos dentro de situações reais ou que se apresentavam dessa forma (CHARTIER, 2009, p. 24-5, 27-8).

Tendo em conta essas tramas que envolvem a História e a Literatura e pensando a narrativa de Carolina Maria de Jesus na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), Alessandra Araújo de Souza (2016) considerou possível pensar as relações dentro dessa obra sob a ótica da cultura histórica. Para perceber tais associações a autora traz as contribuições do historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2007, p.103) que, na obra *História Viva: formas e funções do conhecimento histórico*, afirma que a construção da identidade é intimamente relacionada com a “competência narrativa da consciência histórica”, ou seja, a “capacidade das pessoas de constituir sentido histórico as suas experiências”. Assim, de acordo com Souza (2016, p.37), Rüsen associa o saber histórico à orientação da vida prática reconhecendo que o elemento histórico é basilar nas formas de ação e intervenção da realidade assim como na construção das identidades, é um produto da experiência e não um conteúdo para ser decorado. Ainda para o autor, a cultura da histórica é “campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, na qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido de experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana” (RÜSEN, 2007, p. 121 apud SOUZA, 2016, p.37). Assim:

Essa visão contrapõe-se à fragmentação e à especialização do conhecimento científico e traz elementos para pensar os diversos meios pelos quais o pensamento histórico se expressa. Nesse sentido, os avanços trazidos pela noção de cultura histórica se dão em demonstrar que a elaboração da história não é exclusiva dos historiadores e que o pensamento histórico opera em vários campos da vida cultural. Assim, amplia o leque para se pensar o lugar da história da sociedade. (SOUZA, 2016, p.37)

Com essa abertura de possibilidades, na construção de uma escrita de si¹⁶ na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), Carolina nos apresenta uma inconfundível prática de História Pública, já que ela, um sujeito considerado pela sociedade como não autorizado ou não legitimado na “ordem do discurso”¹⁷ a escrever literatura, quiçá a elaborar uma narrativa histórica, a partir de suas experiências cria sentidos sobre a temporalidade que está inserida e

¹⁶ A escrita de si é um termo que caracteriza uma narrativa onde o narrador é em primeira pessoa que se identifica como autor biográfico. Esse é um exercício típico da modernidade onde real e ficção se diluem.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2014.

reflete sobre transformações e possibilidades. É a partir desses indicativos que conseguimos entender as conexões entre a escrita de si e os usos do passado. Logo, “a escrita de si, como instrumento através do qual o sujeito busca criar a si mesmo, num mundo em que já não existem referências estáveis para sustentar suas identidades, torna-se objeto fecundo para pensar a experiência histórica e a forma como os indivíduos constroem o sentido histórico de suas experiências” (SOUZA, 2016, p. 38).

2.2 Limites do dizer de Carolina Maria de Jesus: compreendendo o lugar da escritora negra e favelada dentro da literatura nacional

Várias críticas e pequenos conflitos marcaram o despontar de Carolina Maria de Jesus no mercado editorial da década de 60, tais atritos objetivavam interditar e deslegitimar o seu dizer. De acordo com Farias (2017) o decolar da carreira da escritora negra foi posto em debate pela seleta camada brasileira de escritores prestigiados e tomados como "cultos", já que os escritos de periferia de Carolina se caracterizavam como não autorizados. O direito à escrita e ao papel de escritor deveria ser preenchido apenas por um distinto público.

A questão pertinente ao posicionamento de tais intelectuais e escritores é abordada por Michel Foucault e Gilles Deleuze em uma conversa datada de 1972, que tem por título *Os intelectuais e o poder*. No diálogo aqui tratado, Michel Foucault aponta para a necessidade da emergência de uma nova forma de engajamento do intelectual que se diferencie daquele que dizia a verdade aos que ainda não a viam e em nome dos que não podiam dizê-la. À vista disso, na leitura de Foucault, essa existência de um sistema de poder próprio ao exercício intelectual subordina e condiciona as falas daqueles que não são considerados intelectuais, inferiorizando estas falas frente ao discurso tido como científico e acadêmico.

Dito isto, é importante destacar o fato de que o discurso intelectual de 1960 desmerecia de distintas maneiras a produção literária de Carolina Maria de Jesus. De acordo com Farias (2017), os jornalistas tratavam a autora como “a favelada” e diversas vezes erravam seu nome com o propósito de confundi-la perante ao público dos jornais. Além disso, o escritor Sérgio Porto atuava em movimento semelhante, já que ele trocou o nome da escritora em um artigo que escreveu e afirma que a escritora *é mais favelada do que escritora*.

Assim, podemos constatar a existência da desautorização e do cerceamento no dizer da autora não somente pela razão do não pertencimento de sua literatura ao cânone como também pelo fato de ela ser mulher, negra e favelada. Para Lúcia Osana Zolin (2009), o sujeito

autorizado a falar na literatura é branco e homem. Na esfera da literatura os discursos da classe dominante desde muito tempo silenciaram todas as produções consideradas menores, que vinham, principalmente, de autores marginalizados ou pertencentes a minorias sociais. Ao mesmo tempo que havia uma intensa exaltação do cânone, o apagamento ao sujeito considerado o *outro* era muito frequente.

Sabendo da existência de tamanha marginalização das literaturas antes citadas o movimento feminista e a crítica literária feminista buscaram contribuir e sustentara representação da mulher na literatura e promover lugares de inserção de autoria feminina em um contexto abrangente de publicações de obras. O distanciamento do poder e de deslegitimação discursiva se dá por um movimento de subalternização da mulher negra que restringe suas possibilidades de dizer ao ser subjetivada como aquela que não tem direito ao discurso.

Agora, pensando no âmbito do ser autora, Michel Foucault afirma que a autoria funciona como um princípio de agrupamento que dá unidade a um conjunto de significações, possuindo diferentes atribuições em diferentes campos do discurso. Quando pensamos esse agrupamento pelo procedimento de autoria, nos é apresentada uma determinada maneira pela qual a língua deve ser tratada e veiculada.

De acordo com Atílio Bergamini (2020), Carolina Maria de Jesus se vê ante a um grande percalço: como transformar seus diários em um texto publicável? Como adequar este texto de caráter informal em literatura? A língua, dentre todas as instâncias sociais, é aquela que sofre maior interdição por parte de uma tradição gramatical normativa, que fixou determinados modelos considerados corretos para a sociedade.

Tratando-se de um contexto social, existe um conjunto de usos da língua considerados como modelos, como dignos de preservação e de prestígio, usos estes que são e devem ser utilizados pelos usuários que desejam ser incluídos no mundo letrado, excluindo, assim, toda e qualquer variação/diferença que venha se apresentar na língua escrita. Michel de Certeau (1990) afirma que os aparelhos de disciplina da escrita moderna associados à imprensa acompanharam um duplo isolamento do povo, este foi tanto alijado em relação à burguesia quanto à possibilidade de ter uma voz ativa por meio da escrita. O poder da escrita domina, controla e seleciona todos os que não conseguem fazer o uso adequado dela. Ainda de acordo com Certeau (1990), um princípio de organização social é calcado a partir da instituição da escrita. Tal princípio privilegiava antes os burgueses e hoje os tecnocratas, e inaugura um novo modo de organização da linguagem.

A tradição exerce um papel de regulação e consolidação do que seria o bem falar e o bem escrever. Uma vez que a língua escrita é basilar para a fixação e preservação da cultura de um povo que se dá, em partes, pelo registro de documentos históricos de literatura, existe um conjunto de usos que são privilegiados quando se trata dessa modalidade. Dessa forma, aqueles que desejam alcançar o status de “cultos” ou “bem letrados” devem dominar esses usos em específico. Segundo Pedro da Silva Melo (2014, p.79) espera-se ainda que esse modelo de língua ideal seja utilizado de forma rotineira. Para que isso ocorra existe uma certa regulação, um cerceamento que delimita qual é o bom uso dentro dos limites da linguagem, tal delimitação nada mais é do que um conjunto de regras e convenções sociais criadas ao longo do tempo. Aqui podemos ver que há uma norma que é bastante questionável, pois em termos de língua não podemos enxergar tudo com um caráter arbitrário, na realidade ela se constrói de forma bastante relativa.

Porém, mesmo com a força da tradição da norma culta, a língua se modifica. De acordo com Melo (2014) mesmo com a rigidez da tradição escrita o saber linguístico se transforma em razão do uso de seus falantes. A língua situada em qualquer ponto da sua história nunca será idêntica a estágios que a precedem. Antes das mudanças se fixarem de forma definitiva, a língua se modifica; varia dentro de um recorte temporal. A faixa etária, sexo e localização geográfica são fatores que implicarão diferenças no comportamento linguístico por parte dos falantes. Assim, dependendo da difusão das variações e de sua alta frequência de uso, novas formas linguísticas vão se consolidando.

Ademais, a posição social e o grau de escolaridade de cada falante são o que caracterizam alguns usos da língua. Para Melo (2014) tais usos linguísticos seriam a “língua culta ou padrão”. Partindo de uma influência literária, essa língua culta constrói uma série de conjuntos que são prestigiados, elevados. O registro formal de uma língua é o que procura aproximar-se em alguma medida com tais modelos consagrados. Pensando em como essa norma padrão da língua é veiculada vemos que:

A escolarização formal exerce uma profunda influência a esse respeito, porque a escola tem o papel social de veicular a norma padrão, considerada o modelo de língua pela sociedade. Em tese, a norma padrão é o código da literatura, das leis, dos documentos, da mídia e de toda a escrita de uma sociedade letrada. (...) No sentido contrário, fora desse padrão há um conjunto de variedades de uso não culto, socialmente estigmatizado, que tem o nome genérico de “língua popular”. (MELO, 2014, p.85)

Assim, constata-se que, mesmo que a norma culta seja a variedade linguística de mais prestígio, ela não é a única dentro do sistema linguístico. Na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), Carolina Maria de Jesus faz uso de uma escrita menos regulada e menos consolidada como mecanismo de expressão literária. O uso de vocábulos provenientes da fala popular, ou de certa maneira de um uso informal, não se constroem como mero tropeço ou irregularidade, haja vista que a ocorrência dos vocábulos obedece a uma ordem e uma gramaticalidade do discurso.

Despedi-me e retornei-me. Cheguei em casa, fiz o almoço. Enquanto as panela *fervia* eu escrevi um pouco. Deixei as crianças brincando no quintal. Tinha muito papel. Trabalhei depressa pensando que aquelas bestas humanas são *capás* de invadir meu barracão e maltratar meus filhos. Trabalhei apreensiva e agitada. A minha cabeça começou a doer. Elas *costuma* esperar eu sair pra vir no meu barracão *expandar* meus filhos. Justamente quando eu não estou em casa. Quando as crianças estão *sosinhas* e não podem defender-se. (JESUS, 2014b, p. 19 grifos nossos)

No trecho em questão encontramos reflexos de um contexto situacional e dos níveis socioculturais da personagem, o que estabelece uma relação de pertinência entre o contexto e a linguagem. Essa representação das variantes linguísticas no texto escrito se dá de maneira particularmente notável pelo emprego de léxicos que se encontram fora da ordem da ortografia estabelecida na língua portuguesa. Em contraponto a estes usos nos é apresentado no mesmo livro em questão os seguintes usos da língua:

Hoje não tem aula porque é dia de reunião das professoras com os pais. Eu pretendo ir. Saí e levei os três filhos. Hoje eles estão *distintos*. Não estão brigando. Estou até mais calma. Noto transformação em mim. Passei no Frigorífico para pegar os ossos. (...) Encontrei umas latas, *ocultei* no mato. Quando eu atravessava a linha do trem, olhei pra ver se surgia algum trem e vi Dona Armanda. *Perguntei-lhe* se seu filho Aldo havia deixado um caderno para mim. (JESUS, 2014b, p. 116 grifos nossos)

A partir do texto supracitado e também mirando essa obra específica em totalidade encontramos uma intensa variação do registro escrito da autora, um certo hibridismo linguístico é construído. Para Melo (2014), o caráter híbrido no uso da linguagem nessa obra não é acidental, é um mecanismo que alia o registro popular, que constrói um texto verossímil e traz tanto o repertório da autora quanto seu contexto de inserção. Já o uso do registro culto,

dotado de um preciosismo e rebuscamento, busca legitimar o texto em questão como literário e projetar a imagem da escritora ao público. Segundo Melo (2014, p.158) Carolina nutria uma intensa paixão pela palavra, desde cedo ela percebeu que no espaço dos poderosos a leitura e a escrita tinham lugar. É em tal meio que ela buscou entrar tendo a literatura como sua moeda de passagem. Carolina faz uso, predominantemente, de uma coletânea de autores do século XIX, como Casimiro de Abreu, Castro Alves e Rui Barbosa, para construir seu vocabulário refinado e também lança mão, por outro lado, de um vocabulário mais informal, trazendo à baila uma mescla de variações linguísticas. Essa colisão de níveis de registro da língua é a responsável pela expressividade de *Quarto de Despejo*, confirma que a variedade popular é dotada de grande expressividade e criatividade assim como a variedade culta.

Para Eliane da Conceição Silva (2019) a escrita caroliniana é o pontapé inicial para a chamada literatura marginal. Essa literatura se caracteriza por ser feita por aqueles que historicamente não tiveram voz ou espaço e também por sua produção acontecer distanciada do campo da literatura, produzindo dessa forma novos espaços culturais que reverberam em saraus e encontros literários nos espaços periféricos. Marcada pela notável frase “seja marginal, seja herói” do pintor e escultor Hélio Oiticica, a literatura marginal se delineava entre os anos 1960 e 1970 a partir de uma série de práticas que se colocavam à margem da intelectualidade e da sociedade de consumo. Para Miranda (2010) a obra de Carolina Maria de Jesus nesse contexto de polarização entre a ditadura e a cultura marginal foi colocada no lugar do excêntrico, do exótico. Em um primeiro momento seu texto foi tratado de maneira coletiva, como uma miscelânea de vozes dos pobres e despossuídos. Mesmo que Audálio Dantas, o responsável pela edição do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), pontuasse que não havia alterado o texto de Carolina, é visível um recorte de alguns aspectos que vão situá-la como a mensageira dos desprivilegiados. Mesmo com um sucesso estrondoso no Brasil e no mundo, a escrita de Carolina, na época, não foi considerada literatura.

De um lado, embora o *Quarto de Despejo* esteja retratando um real concreto, a realidade na literatura será sempre atravessada pelo elemento de ficção. De outro lado, os critérios que definiam a literariedade de um texto nesse momento estavam imersos na prática histórica que separava o que era bom do que era ruim, hierarquizando a obra de arte, constituindo os cânones nacionais, e dando à literatura especificidades de raça, de gênero e de classe, no mesmo movimento em que afirmava a irrelevância desses construtos para a fruição literária. (MIRANDA, 2010, p.6)

Dessa maneira Carolina ocupa não um lugar dentro da marginalidade, mas um espaço do incômodo, do inconveniente, uma vez que traz um caráter textual que retrata aspectos da realidade urbana, da subjetividade a partir da visão de um sujeito histórico e social que era silenciado.

Pensando em aspectos relacionados com a escrita de literatura por mulheres a exemplo de Virgínia Woolf, no ensaio de título *Um teto todo seu* (1928), toma como premissa que a literatura no ocidente é predominantemente masculina, a mulher se encontra bastante marginalizada nesse campo já que está submetida a uma cultura literária forjada por premissas patriarcais. Para que a mulher consiga se dedicar ao ofício de escrever é necessário que ela tenha uma independência financeira e simbólica, ou seja, que ela tenha seu espaço e sua independência. Nessa obra em questão a autora questiona:

Porque é um enigma perene a razão pela qual nenhuma mulher jamais escreveu qualquer palavra de uma literatura extraordinária quando todo homem, ao que parece, é capaz de uma canção ou de um soneto. Quais eram as condições em que as mulheres viviam? perguntei a mim mesma. (WOOLF, 2014, p. 63)

Tratando dessa questão do acesso à literatura pelas mulheres, em especial pelas mulheres negras, em solo brasileiro podemos mencionar o legado eurocentrista enfatizando fatores raciais hierarquizados, que restringiam as mulheres negras na participação de lugares sociais privilegiados negando direitos. Essas limitações à escrita da mulher negra implicaram em uma desvalorização de sua capacidade criativa e, conseqüentemente, em uma frequente ausência dentro das searas literárias.

Mesmo com esse irrompimento, com essa inserção da classe feminina na literatura, torna-se importante pensar quem eram essas mulheres escritoras. Segundo Tayza Cristina Nogueira Rossini (2016), mesmo que a literatura de autoria feminina tenha conquistado algum lugar na literatura brasileira, o lugar reservado à mulher negra em tal cenário ainda é pequeno.

Observa-se que a população negra, em decorrência dos discursos ideológicos de poder de que se encontra impregnada a sociedade (em sua maioria de caráter racista), é afastada dos espaços de poder e de produção de discursos, característica que se reflete também na literatura. (ROSSINI, 2016, p.7)

Esse movimento de distanciamento do poder e de desautorização ocorre por uma ação de subalternização da mulher negra, minando suas possibilidades de dizer ao ser subjetivada como aquela que não tem direito ao discurso, já que a mulher negra não é autorizada a se

significar no seu discurso e enquanto discurso. Consoante com Simone de Beauvoir em seu livro *O segundo sexo: a experiência vivida* (1960), a mulher é o outro, pois não tem a reciprocidade do olhar dos homens, que as tratam como menores, estabelecendo assim uma relação de submissão. A mulher, para a escritora francesa Simone de Beauvoir, é definida em relação ao homem e principalmente através do olhar dele. Já para a escritora e psicóloga Grada Kilomba (2008), a mulher negra é construída como o outro do outro, já que não é nem branca e nem homem, ocupando um espaço marginalizado e sendo vítima de um duplo apagamento dentro das atuais organizações sociais.

Carolina Maria de Jesus no construto de sua obra vai de encontro com esse sistema excludente que existe no Brasil. Sua narrativa em forma de diário busca como interlocutores aqueles com poderes reais para transformar a realidade favelada, os governantes. Para que sua mensagem fosse divulgada ela, antes de publicar sua obra de mais destaque, *Quarto de despejo*, buscava enviar seus textos para editoriais nacionais e internacionais para que sua mensagem fosse ouvida.

De acordo com Miranda (2010, p.10) o narrar a partir da experiência dentro do construto do texto é parte da identidade de Carolina, nesse movimento ela vai construindo pouco a pouco o perfil de escritora partindo de sua história. A autora ainda afirma que essa valorização do ser escritora está relacionada com a ideia que Foucault chama de poder que desejamos, queremos nos apoderar. O narrar minucioso da vida diária, os registros de valores dos alimentos e de nomes das pessoas é trazido em forma de uma organização de si dentro de *Quarto de despejo*, é uma maneira de “controle, não dos fatos, mas de seus significados. Muito além da repetição monótona que justificou os cortes do editor dos diários para o livro publicado” (MIRANDA, 2010, p.10).

Pensando nessa experiência da escrita Christiane Vieira Soares Toledo (2010) a define como uma ligação entre Carolina e o mundo letrado. Nesse movimento de produção literária a maior aliada de Carolina foi a verdade das margens, já que sua vivência foi seu ponto de partida na escrita. “Em certos escritos, não se sabe até que momento temos autora, narradora e personagem; todas falam em uníssono de um lugar designado baixa sociedade, onde a mulher é submissa ao homem ou ao meio social” (TOLEDO, 2010, p.252). Indo ao encontro ao exposto por Toledo (2010), Freitas e Lopes (2020) comentam que por meio da escrita de si Carolina busca transformar a realidade, sua escrita é sua arma e munida dela a escritora busca superar os desafios. Porém, para além da escrita de si, representar a individualidade, a primeira pessoa, ela também é capaz de retratar o coletivo, haja vista que muitos outros sujeitos se

encontravam em situações de marginalização como Carolina e seus familiares. Ainda na perspectiva traçada por Freitas e Lopes (2020) Carolina tinha como seu projeto de vida escrever. Rejeitando um lugar fixo e pré-determinado para uma mulher negra no mundo ela dedica-se obstinadamente a tal objetivo.

2 de junho de 1958 O senhor Manoel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lapis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal. (JESUS,2014b, p.49)

Assim, conforme Nascimento (2020, p.51) o escrever para Carolina Maria de Jesus tem uma perspectiva de resistência, visto que o ser escritora é o espaço onde ela se autodefine. A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) é revolucionária pois para além de trazer à baila o discurso da pobreza e da miséria visto de dentro da favela também atua como suporte para denúncia de uma realidade marginal. Além do mais, tal obra opõe-se ao cânone da época evidenciando uma mulher negra, favelada e semianalfabeta que catava papel para sobreviver ecoando até os dias atuais.

No ano de 2014 completou-se 100 anos do nascimento de Carolina, esse fato marcante serviu para reavivar a memória e a obra da autora. *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) foi inserido como leitura obrigatória nos vestibulares da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP em 2019, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 2018 e da Universidade Estadual de Maringá – UEM também em 2019. Ressalta-se que na UEM a obra *Negrinha* de Monteiro Lobato, considerada de tom racista, foi substituída pela obra de Carolina mostrando um avanço, já que mostra que o lugar do negro também é a intelectualidade. Além disso, recentemente, em fevereiro de 2021, Carolina recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Os ecos da escrita caroliniana, de acordo com Márcia Maria Cruz (2021), para além do âmbito universitário também são percebidos pela literatura nacional contemporânea, já que irrompem na escrita de 200 autoras negras de todas as idades que tem seus escritos compilados na coletânea *Carolinas: A nova geração de escritoras negras brasileiras* (2021), organizada por Julio Ludemir como resultado de uma parceria entre a Festa Literária

das Periferias (Flup)¹⁸ e a Editora Bazar do Tempo. O livro se põe como algo que rompe a dificuldade de autoras negras iniciantes em publicar seu trabalho, é algo que se diferencia das publicações correntes do mercado editorial brasileiro. Em 2017 Tom Farias, jornalista e crítico literário, traz à baila pela editora Malê a obra *Carolina: uma biografia* que vem para expor nuances ainda inexploradas da vida da escritora mineira. É um trabalho bastante completo que conta com dados históricos, geográficos, documentos e imagens. Ademais a história em quadrinhos *Carolina* (2018) de Sirlene Barbosa e João Pinheiro retrata uma poética do imagético trazendo com grande sensibilidade a biografia da escritora.

2.3 Carolina Maria de Jesus: precursora da Literatura Periférica

Carolina Maria de Jesus é, sem dúvida, a primeira brasileira negra a dar uma narrativa às suas experiências. Em um conjunto de escrita muito próxima da linguagem coloquial, compõe uma narrativa de fôlego onde durante cinco anos (1955-1960) diariamente registrou um cotidiano que somente ela poderia escrever. Quando Carolina descreve seu cotidiano é com expressões próprias que olha para a cidade e para si: “É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” em outro momento pondera com mais crueza que “Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos” (JESUS, 2014b, p. 32 e 54). O olhar aguçado e crítico de Carolina não poupa – em sua narrativa –, a marginal, urbana, pobre e violenta que habita o cenário político, econômico e social da cidade indiferente ao caos que vai se formando em torno das metrópoles.

Por essa e outras razões, entre os muitos pesquisadores de Carolina Maria de Jesus encontramos a afirmação de que para ela escrever era mais que um registro cotidiano ou somente a busca de realização. Em sua fala/escrita encontra-se a dimensão de resistência da autora que se auto define: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: – É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro minha pele negra, e o meu cabelo rustico (...)” (JESUS, 2014b p.64).

Mas, para além de um espaço temporal e literário, Carolina repercute também em coletivos, como o *Coletivo Carolinas* no estado da Bahia, que reúne mulheres negras que

¹⁸ Surgida em 2012 com uma sigla que fazia alusão às Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), a Festa Literária das Periferias (Flup) chegou à sua 6ª edição em 2018 com um “p’ a menos e a proposta de se converter em um evento de caráter quase permanente. Fonte: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-05/flup-2017-busca-em-temas-sociais-inspiracao-para-os-poetas-da-periferia>>. Acesso em: 18 de agosto de 2021

propõem estudos e atividades de reflexão, além disso muitos raps e saraus de poesia se inspiram nos textos carolinianos. Exemplo é o rap feito por Sara Donato, moradora de São Carlos – SP e integrante da Frente Nacional de Mulheres no Hip-Hop:

Literatura marginal inconsciente foi escrita, marcando vidas mesmo sem ser conhecida. Respeito é chave para alguém que morreu no anonimato, talentosa, guerreira, para muitos em formato abstrato. A favela nada mais é um quarto de despejo, a burguesia joga aqui, tudo o que não é do seu desejo. (DONATO, 2013)

Voltando para a questão da literatura, a partir do ano de 1978 a produção de uma expressão literária afro-brasileira se dinamizou em razão da série *Cadernos Negros* onde foram publicados contos e poemas. É aqui que vemos despontar a escritora Conceição Evaristo que escreveu 28 poemas e 11 contos publicados em 13 volumes dos *Cadernos Negros*, no período de 1990 a 2011. Evaristo, considerada como uma herdeira de Carolina, traz nos seus escritos também a subalternidade e marginalidade da mulher negra. Ademais, o conceito de *escrevivência* cunhado pela autora dialoga prontamente com os escritos carolinianos, já que consiste em uma escrita que se mescla com a vivência do autor. De acordo com Evaristo em uma entrevista:

Se eu for pensar bem a genealogia do termo, vou para 1994, quando estava ainda fazendo a minha pesquisa de mestrado na PUC. Era um jogo que eu fazia entre a palavra “escrever” e “viver”, “se ver” e culmina com a palavra “escrevivência”. Fica bem um termo histórico. Na verdade, quando eu penso em escrevivência, penso também em um histórico que está fundamentado na fala de mulheres negras escravizadas que tinham de contar suas histórias para a casa-grande. E a escrevivência, não, a escrevivência é um caminho inverso, é um caminho que borra essa imagem do passado, porque é um caminho já trilhado por uma autoria negra, de mulheres principalmente. Isso não impede que outras pessoas também, de outras realidades, de outros grupos sociais e de outros campos para além da literatura experimentem a escrevivência. Mas ele é muito fundamentado nessa autoria de mulheres negras, que já são donas da escrita, borrando essa imagem do passado, das africanas que tinham de contar a história para ninar os da casa-grande. (EVARISTO, 2020)

Após o exposto considera-se que Carolina, mesmo no lugar do outro, sendo uma mulher negra, pobre, favelada e catadora de lixo avança e ecoa com suas *escrevivências* por meio de muitas outras Carolinas presentes no agora. Opondo-se à literatura canônica majoritariamente composta por autores brancos, ela se significa nesse espaço fazendo que essa escrita de si transforme sua realidade e denuncie situações de marginalização que são ainda bastante contemporâneas

Daniela de Almeida Nascimento (2020) na sua dissertação de mestrado intitulada *Carolina Maria de Jesus e a escrita de si como lugar de Memória e Resistência* apresenta um quadro com amostragens das produções da época do surgimento de Carolina como escritora negra. De 1950 a 1962, de autoria negra, foram publicados 15 livros. Em São Paulo publicou-se doze livros, no Rio de Janeiro dois e em Porto Alegre/RS um livro. Os gêneros literários publicados são romances, teatro e em maior número de poesia, na forma de diário somente a obra de Carolina. Também é interessante registrar que neste espaço temporal duas das obras publicadas *Diário de uma favelada* e *Casa de Alvenaria* são de Carolina Maria de Jesus, a única mulher a publicar com a singularidade de uma vivência sem qualquer paralelo entre os demais escritores. A autora, conforme seguimos afirmando, era uma mulher migrante, mãe solteira e moradora de favela. Quanto ao nível de escolaridade enquanto os escritores da estatística possuíam instrução que ia do nível médio ao Superior, Carolina era considerada semianalfabeta. “(...) Lino Guedes, Romeu Crusoé e Solano Trindade; Carlos Assumpção, Eduardo de Oliveira, Abdias do Nascimento e Oliveira Silveira possuíam diploma de nível superior” (NASCIMENTO, 2020, p. 2-28).

Neste capítulo está exposto, sem retoques a História Pública produzida e promovida por Carolina Maria de Jesus, sujeito feminino, favelada do Canindé – hoje, em uma dessas ironias do destino, é espaço ocupado por uma via, via chamada de *Marginal*, a grande Marginal Tietê. Lutando para escapar dos tentáculos da fome e da violência, caminhando à margem do progresso social e político instituído. Nos 35 cadernos “A repetição da rotina favelada por mais fiel que fosse seria exaustiva (...)” afirma Audálio Dantas no prefácio. Em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* a fome é presença de frequência irritante. “Personagem trágica inarrredável, tão grande e tão marcante que adquire cor, na narrativa tragicamente poética de Carolina”. Em busca pela sobrevivência revirando lixo Carolina “descobriu que as coisas todas do mundo – o céu, as árvores, as pessoas, os bichos – ficavam amarelas, quando a fome atingia o limite do suportável. Carolina viu a cor da fome – a amarela” (DANTAS, 2014b, pp. 5-8).

Escapando aqui e acolá das garras da miséria em toda a sua narrativa está presente uma consciência do lugar social que ocupa: “.... Cheguei na favela: eu não acho geito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão” (JESUS, 2014b, p. 47). Sem retoques a escrita de Carolina dá testemunho da experiência humana na geografia periférica ao mesmo tempo em que expande e reúne elementos que atribuem sentido ao seu aspecto narrativo diluindo as fronteiras da literatura.

E vi os cadernos do guarda-comida escuro de fumaça. Narrativa diária da vida e Carolina e da vida da comunidade-favela. Coisa bem contada... eu vi, eu senti. Ninguém podia melhor do que a negra Carolina escrever história tão negras. Nem escritor transfigurador podia arranjar tanta beleza triste daquela miséria toda. Nem repórter de exatidão poderia retratar tudo aquilo no seco de escrever. Foi por isso que eu disse para Carolina, lá mesmo, na horinha que lia trechos de seu diário: Eu prometo que tudo isso que você escreveu sairá em livro (DANTAS, 2014b, p.6).

Foi neste momento que, pela primeira vez, Audálio Dantas entrava no barraco de Carolina. Depois de ter ouvido Carolina ameaçar homens adultos que haviam tomado a balança de seus meninos: “deixa estar que eu vou botar vocês todos no meu livro!”, intuitivo aguçou seus sentidos de jornalista e perguntou: “Que livro?” Ao que Carolina retrucou: “O livro que eu estou escrevendo as coisas da favela”. Para o jornal a Folha da noite Audálio Dantas contou que a “catadora” de papel “passava fome com os filhos pequenos no barracão infecto, mas sabe ver além da lama do terreiro e do zinco da favela” (DANTAS, 2014b, p. 5-8). Conforme Farias (2018) o grito de Carolina ecoou “como chave de abertura de muitas portas” em sua vida e na vida das muita Carolinas como Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, Cidinha da Silva, Lélia Gonzalez, Djamila Ribero e outras tantas que estão surgindo ou irão surgir.

CAPÍTULO III

CAROLINA MARIA DE JESUS E SUA OBRA: A REGULAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DOS CORPOS NEGROS

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. Quarto de despejo, p.37

3.1 Da concepção de poder para Michel Foucault

Para o pensador francês, o poder se exerce de forma sutil por meio de técnicas e procedimentos circulantes na sociedade que produzem efeitos constantes. Ele é composto por um jogo de forças repetidamente alterado pelas relações entre os sujeitos. Dessa forma, o poder é uma “multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (FOUCAULT, 1977, p. 88). Sua estrutura é instável, pois é continuamente alterado pelas lutas incessantes que transformam suas estratégias no confronto das forças em jogo.

Foucault atenta para o fato de que o poder não deriva de um foco central de modo a difundir seu alcance de forma descendente. Para identificarmos as estratégias mais eficazes de poder, se torna essencial compreender o “suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis” (FOUCAULT, 1977, p. 88).

Foucault não desconsidera o exercício do poder que se dá em camadas verticalizadas, contudo, ao discuti-lo enquanto exercício, evidencia que o poder é tecido em redes, em movimentos capilares para uma maior eficácia política. Tratar o poder enquanto o exercido de forma linear e piramidal não é a abordagem proposta por Michel Foucault. Para o filósofo francês as formas de dominação têm por característica a estruturação difusa, o poder não emana de um único ponto, tendo em vista que ele se dá enquanto exercício das relações humanas e dos sujeitos nelas envolvidos

Assim, podemos constatar que não há uma fonte geral que qualifique de alto a baixo as relações de oposição entre dominadores e dominados, mas que a ação dos micros poderes condicionará esses lugares. Objetivando descrever a composição do poder, Foucault propõe alguns parâmetros introduzidos no livro *História da Sexualidade I: A vontade de Saber* (2009) e arrolados em seguida.

Em um primeiro movimento, a análise do poder é realizada na região onde ele apresenta uma maior capilaridade: nas extremidades. As leis regulamentadas não são o foco de análise do poder em Foucault, ele trabalha tal conceito como algo que suplanta a lei e que se consolida a partir de instrumentos de intervenção local e material que podem ser até mesmo violentos.

No movimento seguinte, o poder é abordado tomando em conta que suas intenções se reúnem dentro de práticas reais e efetivas, e é observado onde tais práticas geram efeitos na exterioridade. Dessa forma deve-se ter em conta como o ocorrido se dá no momento da sujeição.

No terceiro movimento, o pensador francês aponta que o poder não deve ser tomado como um efeito de dominação maciça, haja vista que o mesmo não é algo detido com exclusividade por um grupo, mas algo que circula e flui, como algo dado em cadeia. Para Foucault (1977), o poder nunca está localizado aqui ou ali ou centrado apenas nas mãos de alguns e apropriado como riqueza, ele só se exerce em rede. Nessa rede em questão os indivíduos são centros de transmissão do poder podendo ser aquele que exerce ou o que é alvo deste. O poder não é dos indivíduos, apenas os perpassa.

No quarto movimento feito por Michel Foucault o poder é apontado como algo que se exerce como rede até um certo ponto. Se põe claro que todo indivíduo possui um poder que transita por ele, porém é falso dizer que o poder é algo bem distribuído. É necessário que se leve em consideração como os mecanismos de poder foram investidos, colonizados e transformados.

Finalmente, em um último movimento acerca da constituição do poder, Michel Foucault aponta para a não existência da ideologia nas redes de poder e em seus pontos mais capilares. Ele considera que as máquinas de poder se acompanham de produções ideológicas, mas rejeita a ideia de que as ideologias sustentam as relações de poder.

Vale ainda ressaltar que o método de análise do poder, segundo Michel Foucault, deve ser voltado para o aspecto da dominação: o poder institucionalizado, os aparelhos do Estado. O processo de dominação é inserido no modo como o indivíduo se sujeita. O poder produz o saber e o saber regula as formas de dominação. Dessa forma, na obra de Foucault existe uma possibilidade de luta e resistência dos sujeitos. Tal luta deve ser percebida como forma de poder não institucionalizado e como um processo de subjetivação de si, é no processo em questão que o sujeito significa e ressignifica as relações de poder.

Pensando todos os delineamentos acerca do poder no pensamento foucaultiano é possível compreender que existe uma tecnologia do poder que tem a disciplina como mote.

O poder é aplicado ao corpo como máquina, então as estratégias colocam destaque na disciplina, no adestramento e na integração dos corpos dóceis aos diferentes sistemas de disciplina como as escolas, fábricas, prisões e quartéis. Porém, existe outro cerne de poder sobre a vida que se constituiu, centrado no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como sustentação dos processos biológicos. As estratégias de poder são dirigidas para o que diz respeito à população, sua proliferação e seu decréscimo. As estratégias de poder incorporam uma preocupação com a saúde, duração da vida e com tudo o que pode interferir nos processos biológicos que passaram a ser o foco destas estratégias e alvos de intervenções e controles reguladores.

3.2 Disciplina e Biopoder: o instrumento de poder e a regulação sobre os corpos individuais e coletivos

No célebre livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2018), o pensador Michel Foucault nos apresenta um conteúdo muito além da história do nascimento da prisão como instituição utilizada para o regime das penas na modernidade. Nesta obra se faz presente a genealogia das tecnologias de poder que atuaram em boa parte das instituições modernas. De acordo com CandiOTTO, com a opção “pela estratégia filosófica da genealogia, Foucault não pretende buscar as origens de um objeto já dado no real”. No exemplo das tecnologias a serviço da punição o genealogista sugere que “nem sempre elas têm sido as mesmas no Ocidente: essas tecnologias nascem, funcionam e se transformam, são reabsorvidas por outras ou simplesmente desaparecem”. Aconselha-se registrar seu advento, a forma como atua, bem como suas mudanças. “Jamais se trataria de reduzir o passado ao presente, mas de diagnosticar o presente a partir daquilo que o afasta do passado qual, contudo traz marcas significativas” (CANDIOTTO, 2012, p. 18).

A técnica do poder que Foucault desenvolve no livro em questão é a disciplina. Tal técnica fabrica os indivíduos ao utilizar como plataforma uma anatomia política do corpo. Distribuir, repartir os corpos em um espaço determinado, segundo Foucault (2018), os tornam úteis e dóceis. É por meio desse movimento de disciplina que além da domesticação dos corpos busca-se também a construção de uma subjetividade docilizada. “O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades” ou que seja escavar sua submissão. Intenta-se a formação de “uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e

inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo. Calcula-se manipula-se seus elementos, gestos e comportamentos” (FOUCAULT, 2018, p. 135).

O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter controle sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. (FOUCAULT, 2018, p. 135).

Um dos mecanismos utilizados pela disciplina como maneira de obter uma maior eficácia é a vigilância. O pensador Michel Foucault nos aponta que os efeitos de poder, como o autocontrole dos gestos e atitudes, são produzidos essencialmente pela sensação da vigilância. Porém, não se deve pensar que existiu um acréscimo de guardas e disciplinadores, já que na sociedade moderna eles foram cada vez menos necessários. As instituições de vigilância e o poder disciplinar se valem de espaços arquiteturais organizados de forma a melhorar e facilitar a sensação de vigilância detalhada que compõe seus interiores. É dessa forma que ambientes como as escolas, hospitais e fábricas funcionam como espaços disciplinares, eles possibilitam uma vigilância total e permanente.

Porém tal ação não é realizada por um indivíduo específico, o olho anônimo do poder e sua estruturação arquitetural é que impelem o indivíduo a se autodisciplinar. “A partir da vigilância, o poder se torna uma maquinaria múltipla, automática e anônima” (FOUCAULT, 2018, p. 148). Para Candioto (2012) o poder manifesta-se ao mesmo tempo discreto e indiscreto. De um lado encontramos-lo por toda parte em constante alerta, por outro lado sua funcionalidade é via de regra silenciosa. Além do mais, pode-se pensar o poder a partir de “um olhar calculado, porquanto a disciplina se faz funcionar por seus próprios mecanismos. Segue-se que a vigilância hierárquica é eminentemente uma estratégia de distribuição de olhar” (CANDIOTTO, 2012, p. 21).

O pensador francês não se refere neste caso à punição jurídica ou sanção normativa. De acordo com Candioto (2012, p. 21) a norma disciplinar ultrapassa a punição imputada ao indivíduo por ocasião de infrações e crimes cometidos, tal norma busca evitar a virtualidade de um comportamento perigoso ao fazer uso de correções e recompensas. A ideia central na obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2018) se pauta no pressuposto que a

norma tem um alcance maior do que a lei nas sociedades da modernidade, prevalecendo assim como o aspecto essencial que regula as relações de poder.

A lei se encontra localizada no exterior do indivíduo, operando unicamente quando existe a violação de um ato proibido. A norma, por sua vez, está presente no conjunto da existência humana, no cotidiano. Assim, ela alcança seu ápice, sua interioridade, por meio das distribuições espaciais e dos chamados controles das condutas. Ademais, a norma é caracterizada por seu caráter difuso e indireto funcionando como um padrão construído a partir do qual os indivíduos são divididos entre normais e anormais.

No ano de 1978, no curso intitulado *Segurança, território, população*, Michel Foucault estabelece como mecanismo de suas análises o estudo do biopoder, definindo tal conceito como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 3).

Agora, ao se pensar no biopoder junto da disciplina, Michel Foucault, na obra *Em defesa da sociedade* (2005), procura compreender os efeitos de poder na sociedade versando assim sobre esses dois conceitos. Especificamente na aula de 17 de março de 1976, Foucault aborda questões pertinentes ao poder soberano, que consiste no fazer morrer ou deixar viver, ou seja, “a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana” (2005, p. 286). Porém, a partir das transformações do direito político no século XIX existiu uma inversão do direito citado anteriormente: agora o soberano tem o poder de fazer viver e deixar morrer. A partir dessa abordagem do poder soberano, Foucault (2005) objetiva ilustrar uma das tecnologias, das técnicas de poder que consiste em uma intervenção direta no corpo do indivíduo, estruturando-se assim como uma tecnologia disciplinar do trabalho responsável pela regulamentação do corpo.

(...) nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em serie e em vigilância) e a organização em tomo desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. (FOUCAULT, 2005, p. 288)

Durante a segunda metade do século XVIII, surgiu uma outra tecnologia de poder. Essa nova tecnologia não excluiu ou substituiu a técnica disciplinar, mas se integrou à ela em certa medida. Diferentemente da disciplina, que aponta para a regulamentação do corpo, a tecnologia de poder se dirige à vida dos homens. Como pontuado por Foucault:

(...) a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, urna massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (2005, p. 289)

Dessa maneira, após o poder de agir sobre o corpo, que ocorreu simultaneamente a um processo de individualização, existiu uma segunda tomada de poder. Nesse segundo momento o poder não era mais individual, mas sim sobre o corpo coletivo. Assim, de acordo com Foucault, depois da anátomo-política do corpo humano estabelecida durante o século XVIII vemos aparecer, no fim do mesmo século, o que o autor denomina de biopolítica. Para Foucault, a biopolítica é em uma definição mais aprofundada:

(...) um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica. (2005, p. 290)

De acordo com Furtado e Camilo (2016) a questão do biopoder na obra de Foucault alude às conferências no Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ, no ano de 1974. Em uma dessas comunicações, o pensador francês fazendo uso do neologismo “biopolítica” e defende que, por conta da crescente presença da medicina nos espaços públicos, o corpo dos indivíduos torna-se público. Assim, para o intelectual “vivemos num regime em que uma das finalidades da intervenção estatal é o cuidado do corpo, a saúde corporal, a relação entre as doenças e a saúde, etc.” (FOUCAULT, 2010, p. 171). Medidas de higienização e saneamento passam a ser adotadas junto com as modificações operadas no espaço das cidades visando a produção de uma população sadia.

A biopolítica lida com a população um corpo novo, que até então não havia surgido nas teorias anteriores. Recordamos que a teoria do direito só conhecia o indivíduo e a sociedade. A disciplina lidava com esse indivíduo e seu corpo. A biopolítica trata justamente da “população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (2005, p. 293), ou seja, a biopolítica entre outras coisas, vai prover mecanismos de previdência em torno de eventos aleatórios, que são

inerentes a um grupo social, a uma população de seres vivos, e buscará otimizar um estado de vida, buscando estados globais de equilíbrio.

3.3 Os corpos negros no espaço da favela: uma mirada a partir de Carolina Maria de Jesus

Retomando um pouco sobre as condições e o lugar do negro no pós-abolição delineadas no primeiro capítulo deste trabalho é importante ressaltar que o negro nunca ocupara o lugar de sujeito, mas sim do outro, do marginalizado. Após a extinção do sistema escravista nem o Estado ou qualquer instituição assumiu para si o amparo dessa população nesse novo período. A partir da Proclamação da República, no ano de 1889, e conseqüentemente com a construção de uma estrutura de governo descentralizada, os grandes fazendeiros se mantiveram no poder e garantiram o controle sobre o Estado e sobre a política nacional e, de certa maneira, agiriam para que a diferença baseada na cor se mantivesse. Consonante a todo esse panorama soma-se também as teorias raciais europeias deram o tom para os critérios de cidadania e civilidade, de acordo com Schwarcz (1993). A partir da legitimação dessas teorias e das distinções raciais uma política de embranquecimento da população foi traçada por meio do estímulo ao processo migratório de europeus que supostamente *branqueariam* a população negra do país. Essa extinção/diluição da população negra da população negra brasileira foi, inicialmente, realizada de duas formas: primeiro a Lei de Terras de 1850 impedia que essa população tivesse acesso à terra, uma vez que houve um congelamento da estrutura fundiária por parte do Estado, ou seja, os grandes senhores de escravos ainda mantinham suas propriedades impedindo que os ex-escravos as ocupassem; em segundo lugar a Política Imigrantista de 1875, aliada às teorias eugenistas que estavam em voga no Brasil estimula a vinda de imigrantes que, para além de servirem de mão de obra para o trabalho livre, atuem como agentes que embranqueceriam a população.

Ao abordarmos a questão do negro em relação ao trabalho no pós-abolição, Rios e Matos (2004) apontam que antes mesmo dos escravos serem libertos havia uma preocupação por parte dos senhores a possibilidade de os negros evadirem das fazendas. Portanto, para manter um certo laço de gratidão entre as partes os senhores alforriavam alguns negros para tentar mantê-los nas propriedades. Porém, em alguns casos outras táticas para atar os negros às terras dos senhores eram empregadas, Andrews (1998) afirmou que a contratação de pistoleiros para perseguir os negros livres e obrigá-los a aceitar novamente o trabalho nas plantações era prática comum. Ainda no âmbito das contratações para o trabalho livre no ambiente rural, o

autor aponta que os imigrantes europeus foram capazes de fixar-se em áreas mais prósperas de São Paulo e ocupar os melhores trabalhos, em contrapartida os negros foram direcionados para as partes mais pobres. Reiterando a questão do mercado de trabalho pautado em uma dupla camada racial, Andrews (1998) assevera que a primeira camada era composta por imigrantes e a segunda por trabalhadores nacionais negros que se responsabilizavam por todas aquelas tarefas que os europeus não realizavam. Existia uma política de contratação influenciada completamente pelas políticas do Estado e pelo racismo introjetado pela população brasileira. Tomando como referência tais movimentos por parte do Estado somos capazes de compreender um controle biopolítico atuando sobre a população negra.

Uma forma ainda de exercer o controle biopolítico sobre a população negra é a ideia de que no Brasil existe uma democracia racial, pois dessa maneira há um camuflar do racismo. Recobrando o posicionamento de Domingues (2004) a democracia racial consistiria em um discurso pelo qual se mantém um ideal de harmonia entre negros e brancos, que origens raciais ou étnicas não haveriam de influenciar ou interferir. Porém, a própria legislação brasileira ia de encontro a essa perspectiva de democracia racial.

Como já mencionado, a Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, mais conhecida como Lei Áurea, extinguiu a escravidão no Brasil e que, teoricamente, no ano seguinte com a Proclamação da República o direito à cidadania foi universalizado. Carvalho (2001) afirma que nesse momento nascente do Estado brasileiro a cidadania é algo bastante frágil, dada a falta de direitos políticos e civis a partes da população, uma vez que havia uma grande taxa de analfabetismo e de aceitação da escravidão em âmbito social. Corroborando essa ideia de cidadania incipiente na Constituição de 1981, no artigo 70 existia um veto a direitos políticos aos cidadãos analfabetos, salienta-se aqui que nesse período a condição de analfabetismo era principalmente da população negra. Apenas após a Revolução de 30 e as Leis do Trabalho em 1943 a cidadania teve um alicerçar mais definitivo. Ademais, somente pouco tempo atrás foram criadas outras políticas públicas que beneficiam a população negra: a Lei 12.288/10, que promulga o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei 12.711/12, que institui as Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior; e a Lei 12.990/14, que institui as Cotas nos Concursos Públicos Federais. Somente a partir dessas novas legislações, conquistadas a duras penas pelo Movimento Negro, que muitos lugares sociais historicamente negados à população negra puderam ser acessados.

Voltando nossa mirada agora para uma questão relativa ao espaço ocupado pelo corpo negro e recortando um pouco o contexto da cidade de São Paulo, urbe onde reside a escritora

e poetisa Carolina Maria de Jesus, autora da obra em análise neste trabalho, conseguimos compreender um pouco mais sobre o controle biopolítico exercido pelo Estado, especialmente entre os anos 1940 e 1960, período no qual Carolina retrata sua vida e rotina dentro da favela do Canindé, que se situava nas margens do Rio Tietê.

Retomando o afirmado por Adão (2017), a presença dos negros em São Paulo se deu desde a introdução do regime escravista no Brasil. Além disso, de acordo com Oliva e Fonseca (2016) São Paulo é uma cidade de maturação progressiva que, a partir de 1870, passa a ter um crescimento vertiginoso correspondendo ao padrão das cidades norte-americanas. Com o declínio do regime escravocrata um contingente de libertos e imigrantes nacionais e estrangeiros povoavam essa metrópole.

No tocante à organização socioespacial da capital paulista, vemos reflexos da industrialização. Em um primeiro momento a cidade tinha bastante multifuncionalidade, porém, com o crescimento massivo, a concentração de atividades foi dada na área central, eliminando as residências nesse local. Para Oliva e Fonseca (2016) os ricos fazendeiros e a classe média se afastam do centro construindo novos bairros residenciais como a Consolação, Higienópolis e Paulista. Para a população pobre, negra e imigrante sobrou apenas a parte mais periférica da cidade, que se desenvolvia em razão da perda de multifuncionalidade do centro.

Em meio a essas grandes transformações urbanas encontramos Carolina Maria de Jesus, que chega na capital paulista no ano de 1937. Carolina se encontra em meio aos conflitos da desigualdade, já que inicialmente trabalha em ricas mansões e posteriormente é impelida a morar na favela em razão de sua gravidez. Pensando na gênese das favelas paulistas, Pasternak e Bógus (2003) assinalam que, por conta dos fatores de dispersão urbana, já supracitados no primeiro capítulo deste trabalho, somados à grande circulação de veículos o Plano das Avenidas (1930), que propunha uma mudança radical renovando o centro e expandindo a cidade, foi peça chave na ocupação dos espaços urbanos. Assim, políticas públicas do Estado serviram para distanciar a população pobre do centro urbano pois havia uma grande especulação imobiliária nesse espaço. A favela do Canindé, como já comentado por Barone (2015), era um espaço insalubre sem infraestrutura onde apenas havia uma torneira como fonte de abastecimento de água e o esgoto era recolhido de maneira rudimentar por meio de fossas.

Até agora comentou-se brevemente sobre alguns aspectos do controle biopolítico feito pelo Estado em relação à população negra. Partiremos agora a um alinhar mais efetivo dessa conceituação com as políticas do Estado e com os posicionamentos marcados por Carolina Maria de Jesus na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960).

Michel Foucault foi um pensador que se debruçou a compreender o processo de instrumentalização da política no corpo. Esse processo caracteriza-se por ser pertencente a uma organização social moderna e foi denominado biopoder pelo teórico. Esse termo compreende a ordenação e intervenção das esferas da sociedade sob o pretexto do desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos e populações. O poder aqui se desloca da anátomo-política, da política individual, e passa agir sobre o corpo coletivo, regendo a multiplicidade dessa massa global.

Ao tratarmos do poder soberano é possível ver os direitos de vida e de morte como substanciais, ao soberano possível “fazer morrer e deixar viver”, colocando o súdito em um lugar de neutralidade, tanto a vida quanto a morte são dadas de acordo com a vontade do soberano. De acordo com Bárbara Helena de Oliveira Santos (2020) no texto *O biopoder como garantia do racismo de estado*, as técnicas de poder surgidas durante o século XVIII, por sua vez, buscaram “fazer viver e deixar morrer” destacando que o biopoder quer preservar a vida. A autora salienta ainda que a perspectiva foucaultiana vê o poder como um exercício entre partes e o biopoder consiste no exercício feito por todos e tendo o Estado como aquele que guia algumas de suas práticas. Vale ressaltar que o biopoder se encontra somado à tecnologia disciplinar, que busca treinar e docilizar os corpos dos indivíduos, essas duas tecnologias em associação agem governando o homem vivo trazendo à baila a noção de população. Para criar essas condições favoráveis de vida, a medicina se converte em uma técnica que vai regulamentar a população a partir de efeitos disciplinares, buscando proteger essa espécie de quaisquer danos e permitindo que o biopoder fragmente a espécie em subgrupos que não possuem pureza biológica (SANTOS, 2020, p.16).

Essa fragmentação em subgrupos ocorre dentro do Brasil desde a escravidão, pois a política escravista colocava a população negra no lugar da subserviência, já que compreendiam em bens mercantis e também serviam como um meio de acumulação de capital. Roberta Amanajás Monteiro em *A inserção do negro na sociedade brasileira do século XIX e a questão de identidade entre raça e classe* (2014) aborda tal tópico. Ela afirma que “a escravidão negra no Brasil se caracterizou pelo conceito de homem enquanto objeto e pela relação de trabalho forçado” (MONTEIRO, 2014, p.115). Pensando em questões do Estado, vemos que ele exerce o biopoder na população negra no período de Brasil Colônia (1530-1822) já que:

O conceito de liberdade na Constituição de 1824 representava o reconhecimento da cidadania brasileira aos que nasciam no Brasil ou quem conquistava a liberdade, contudo, na prática, significava garantir a cidadania na quase totalidade aos homens brancos. Os negros, quando chegavam ao Brasil vítimas da captura colonial da África, eram considerados

automaticamente escravos (e os seus descendentes também), exceto quando conseguiam alforria e as dificuldades impostas eram tantas para a sua obtenção, que revela que o reconhecimento formal de tal direito constituía-se em mecanismo para inibir questionamentos da ordem político-jurídica vigente. (MONTEIRO, 2014, p.116)

A norma biopolítica se aplica a populações que se quer regulamentar, permitindo que haja controle da disciplina de uma população. Para Santos (2020) isso ocorre para que a população que detém a norma, que detém o poder, no caso aqui tratamos da população branca do Brasil, aja para que esse seu corpo-espécie seja protegido e preservado. Dessa forma a biopolítica viabiliza o direito de matar, já que existe um problema científico e político relacionado à população que busca disciplinar-se, no caso aqui está em xeque a população negra. Assim “para realizar essa censura o biopoder precisará de um mecanismo que permita o poder de morte dentro de tal tecnologia que se coloca como fundamentalmente asseguradora da vida” (SANTOS, 2020, p. 17). O mecanismo que o biopoder lança mão é conhecido como racismo de Estado, que permite tanto que se faça viver ou se deixe morrer as populações.

[...] o racismo estabelece uma censura biológica, ele divide o “contínuo biológico”, trata uma população como uma mistura de raças, ele divide a população em subgrupos: em raças. E faz incrustar e funcionar a antiga relação guerreira (...) a morte do outro significa segurança, além disso, significa uma relação biológica, a morte do outro, das espécies inferiores, me tornará mais forte, mais vigoroso. (...) Ou seja, o imperativo da morte, só é possível, no biopoder, por querer eliminar o perigo à minha própria vida, é isso que o torna admissível. (SANTOS, 2020, p.17)

Dessa forma o racismo opera para garantir o papel assassino do Estado, haja vista que ele é condicionante para a morte dentro de uma sociedade normatizada. É o que faz aceitável que, em nome de um direito à vida da população que estabelece as normativas, ou seja, um direito da população branca, outras populações podem morrer. E esse direito de matar age tanto pelo assassinato direto quanto pelo indireto, pois expor e aumentar os riscos de morte para alguns também é assassinato (SANTOS, 2020, p. 17-18). O biopoder age no Estado brasileiro a partir da marginalização da população negra e pobre nas periferias, espaços que propiciam a morte em maior grau.

Dito isso entramos em consonância com o apontado por Victor de Jesus que na obra *Coisas negras no quarto de despejo: saneando subjetividades, corpos e espaços* (2017) afirma que os projetos de urbanização, em especial aqui recortamos a cidade de São Paulo, porém tal perspectiva se põe válida também para outros territórios, tem um tom racista pois o Estado age

em nome do desenvolvimento econômico, expelindo as populações negras para as periferias geográficas urbanas e confinando-as em favelas.

[...] o primeiro governo Vargas (1930 a 1945), a ciência eugenista foi aliada do Estado na estratégia saneadora de aprimoramento racial dos brasileiros, quando progresso e ciência se articularam em tecnologias de poder e saber. Assim, políticas de Estado e saberes acadêmicos, cujos discursos eram a higiene pública e o saneamento, serviram para ancorar práticas eugênicas de promoção do melhoramento racial da nação. Não é demais lembrar que o enfoque era a população negra considerada anormal, degenerada e constituindo-se como obstáculo ao desenvolvimento e progresso da nação e associada a problemas criminais e péssimas condições de higiene e saúde, além de ser incompatível com o ideal de beleza e saúde esperado para a população brasileira. (JESUS, 2017, p.42)

A vida nesse espaço é narrada por Carolina Maria de Jesus, escritora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), que em seu diário mostra uma perspectiva histórica e literária de como é ser moradora da favela do Canindé. O primeiro registro no livro data de 1955 e o último de 1960, mostrando a perspectiva de uma história vista por baixo, de uma história que se constrói pelo público suplantando os limites acadêmicos e que, a autora, por meio do exercício da escrita de si, desenvolve um trabalho dotado de grande sensibilidade literária que retrata, dentre muitas coisas, o poder biopolítico do estado sobre a população negra, pobre e favelada.

As ruas, memorizadas e nomeadas, ganham nomes e relevo na escrita dos diários: Rua Vergueiro, Avenida Tiradentes, Rua Frei Antonio Santana de Galvão, Rua Alfredo Maia, Avenida Cruzeiro do Sul, Rua Pedro Vicente, Rua Voluntários da Pátria, entre outras. Quase sempre a pé nestes trajetos, para além de focar no seu sustento, é aí que Carolina interage com o mundo: visita o centro Espírita, cumprimenta senhoras, conversa com vendedores conhecidos, para na feira, admira a paisagem e as vestimentas das madames, lê as manchetes dos jornais, ganha presentes, e revende seu material. É nesse lidar cotidiano que Carolina vai tecendo sua forma de se relacionar com o espaço da cidade, para além da favela, e mesmo nela. (PEREIRA, 2015, p.56)

Pensando as condições sanitárias do espaço da favela vemos uma repetição da ação de carregar água do primeiro ao último registro feito no diário. Em 15 de julho de 1955: “Quando despertei o astro rei deslisava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia – Vai buscar água mamãe” (JESUS, 2014b, p.11); e em 1 de janeiro de 1960: “Levantei as 5 horas e fui buscar água” (JESUS, 2014b, p 191). Recolher a água pode ser visto ao longo do livro como um hábito corrente que, de certa maneira, se torna dotado de um tom orgânico, já que não há encanamento

e todos os favelados tem que buscar água de uma única torneira ou depender do caminhão pipa. É ao redor dessa torneira que há fofocas: “chegou minha vez, pois minha lata para encher. A Florenciana prosseguiu elogiando o Jânio. A água começou a diminuir na torneira. Começaram a falar da Rosa. (...) Minha lata encheu, eu vim embora” (JESUS, 2014b. p.18), e que também são mostradas as condições insalubres em que a água chega, pois por vezes alguém defecava na torneira. Pensando então nesse carregar da água Carolina se assemelha um pouco com Maria, retratada na célebre canção *Lata d’água* “Lata d’água na cabeça, /Lá vai Maria, Lá vai Maria. / Sobe o morro e não se cansa, pela mão leva a criança, lá vai Maria.” (ANTONIO; JÚNIOR, 1952).

O acesso à água potável é então um grande entrave para Carolina vivendo na favela, e a água que vem da chuva não é recebida com alegria, pois dada a precariedade das moradias, as águas dos rios invadem as casas dos favelados.

Fiquei quase louca com as goteiras nas camas, porque o telhado é coberto com papelões e os papelões já apodreceram. As águas estão aumentando e invadindo os quintais dos favelados. (...) Os homens estão saindo para o trabalho. Levam as meias e sapatos nas mãos. As mães prendem as crianças em casa. Elas ficam ansiosas para ir brincar na água. As pessoas de espírito jocoso dizem que a favela é a cidade náutica. Outros dizem que é a Veneza Paulista (JESUS, 2014b, p. 150).

Nessa medida, a situação de Carolina se assemelha com a cantada por Alcione na música *Zelão*: “Choveu, choveu/E a chuva botou seu barraco no chão/Nem foi possível salvar violão/Que acompanhou morro abaixo a canção/ Das coisas todas que a chuva levou/Pedaços tristes do seu coração” (RICARDO, 1960). Ademais a chuva age também como um impeditivo para que Carolina possa trabalhar, já que é catadora de papel e precisa percorrer longos trechos para conseguir seu ganha pão: “Está chovendo. Não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes” (JESUS, 2014b, p.61).

A questão hídrica perpassa também a lavagem da roupa e o Rio Tietê, que banhava a favela do Canindé, era veiculador de vários tipos de enfermidades pois continha lixo e dejetos. Uma das doenças que Carolina relata é a do caramujo¹⁹: “Era a secretaria de Saude. Veio passar um filme para os favelados ver como é que o caramujo transmite a doença anêmica. Para não

¹⁹ A esquistossomose é uma doença parasitária causada pelo *Schistosoma mansoni*. Inicialmente a doença é assintomática, mas pode evoluir e causar graves problemas de saúde crônicos, podendo haver internação ou levar à morte (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021) Fonte: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/esquistossomose>

usar as águas do rio. Que as larvas desenvolve-se nas águas”. Uma vez que há contaminação na água e no solo que é enlameado, os filhos de Carolina adoecem. “O José Carlos está mais calmo depois que botou os vermes, 21 vermes”; “A Vera, ontem pois dois vermes pela boca. Está com febre”. Há relatos por parte de Carolina de um esforço da Secretaria da Saúde em impedir a proliferação das enfermidades, porém é pouco efetivo: “Aqui na favela do Canindé há 160 casos positivos de doença caramujo(...) A mulher que passou o filme com as demonstrações da doença caramujo nos disse que a doença é muito difícil de curar-se. Eu não fiz o exame porque eu não posso comprar os remédios” (JESUS, 2014b, p. 51,58,65,100).

Em meio a tal situação nociva e insalubre Carolina sonha em se mudar para um núcleo mais decente e, de certa forma, resistir ao biopoder que rege o espaço da favela. Nas palavras da própria: “Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão de que estou no inferno” e a autora ainda complementa que a favela é “um lugar que não se pode plantar uma flor para aspirar o seu perfume, para ouvir o zumbido das abelhas ou o colibri acariciando-a com seu frágil biquinho. O único perfume que exala na favela é a lama podre, os excrementos e a pinga”. Ela deseja mudar-se do quarto de despejo e passar a viver na sala de visitas pois a favela “é lugar para os porcos. Mas se pusessem os porcos aqui, haviam de protestar e fazer greve” (JESUS,2014b, pg. 26,47,48).

Para além das questões sanitárias a fome também atua de forma a exercer o controle biopolítico. Para Alba Livia Tallon Bozi em *Fome: um dispositivo de controle na sociedade contemporânea* (2009) a fome é resultado de um modelo econômico desigual pois a noção de cidadão na sociedade presente é baseada no consumo, no poder de compra. As populações famintas, despossuídas de capital financeiro, não se incluem nessa fração de consumidores cidadãos. Dessa forma é possível inferir que a população negra e favelada que é retratada na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) é, de certa forma, constituída por cidadãos de segunda classe que impelidos a ocupar um espaço insalubre ainda são submetidos à fome, condições que aumentam os riscos de morte.

Em sua narrativa Carolina discorre sobre uma busca obstinada pelos alimentos, para ela “O meu dilema é sempre a comida.” (JESUS 2014b, p.50). Porém, enquanto ela passava por situações de fome o Brasil vivia seus anos dourados com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que teve como marco o plano de ação "Cinquenta anos em cinco", marca do desenvolvimentismo. Dessa forma vê-se que por um lado ocorreram grandes fatos políticos, sociais e tecnológicos, porém por outro nem todos os brasileiros foram incluídos, os pobres,

negros e favelados permaneceram no quarto de despejo pois não foram superados problemas como a desigualdade social e a urbanização desorganizada das grandes cidades.

A fome como tecnologia biopolítica para deixar morrer é tema recorrente e, de acordo com Carolina é a principal mazela do pobre.

Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filhos haviam se suicidado por encontrar dificuldade de viver (..) A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela não vem pensando em eliminar-se, por que as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se por que passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: - Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome! Penso: será que ela procurou a Legião Brasileira ou o Serviço Social? Ela devia ir nos palácios falar com os manda chuva. A notícia do jornal deixou-me nervosa. Passei o dia chingando os políticos, por que eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase louca. (JESUS, 2014b, p. 63).

Carolina, tendo em mente que o Estado brasileiro é racista e tem um caráter assassino, critica duramente os políticos, que com suas vozes de veludo visitam a favela somente em época de eleição usando da tática do pão e do circo. Ela afirma: “Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país dos políticos açambarcadores” (JESUS,2014b, p.39). Kubitschek também é bastante criticado por Carolina “Eu não gosto do Kubstchek. O homem que tem um nome esquisito que o povo sabe falar, mas não sabe escrever” (JESUS, 2014b, p. 78). Além disso ela assinala a possibilidade de revolta por parte daqueles que passam fome:

O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. Parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, por que os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome. (JESUS, 2014b, p.35)

Para a autora todos devem ter acesso a comida e o Estado deve suprir a necessidade de todos os cidadãos. Ela comenta que a fome é subestimada por aqueles que nunca a sentiram: “Quem não conhece a fome há de dizer: ‘Quem escreve isto está louco’. Mas quem passa fome há de dizer: - Muito bem Carolina. Os gêneros alimentícios deve ser ao alcance de todos.” (JESUS, 2014b, p. 38).

Saindo dos anos 50 e 60, época exposta por Carolina, e rumando para os anos de 2020 e 2021 vemos que em relação ao acesso à alimentação não houve muitas mudanças. Ana Paula Holanda (2021) pontua que o Brasil retornou ao Mapa Mundial da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) e ressalta que a pandemia causada pelo vírus da Covid-19 agravou a situação de fome no país. Importante apontar que em 2014, em um marco histórico, o Brasil, na época tendo como presidenta Dilma Vânia Rousseff, havia deixado o Mapa Mundial da Fome. Muito antes dessa volta para o Mapa, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística já mostrava por meio da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018 que 10,3 milhões de brasileiros viviam em domicílio com privação severa de alimentos, que 36,7% dos domicílios já possuíam algum grau de insegurança alimentar e que mais da metade dos lares com insegurança alimentar grave são chefiados por mulheres. Ademais Holanda (2021, p.1) comenta que:

O atual Governo Federal, presidido por Jair Bolsonaro, 66, deixa nítido como o poder das políticas institucionalizadas são capazes de definir o presente e o futuro de cada brasileiro(a/e) e é, de fato, uma ferramenta de poder com tentativas de genocídio. Genocídio que pode ser brevemente compreendido com o extermínio de grupos sociais específicos, reforçado no contexto pandêmico, como por exemplo, a falta de atenção com grupos em diversas vulnerabilidades. Para que entendamos que há uma tentativa de genocídio, é preciso notar uma série de práticas governamentais de desestruturação sociais. O deixar morrer também fica em evidência.

Até agora buscou-se compreender a ação da biopolítica na favela do Canindé e também nos corpos pobres, negros e marginalizados por meio da escrita de Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960). Em um segundo movimento será trazido à baila como a escrita da literatura é ferramenta de resistência a esse poder exercido pelo Estado.

**De acordo com Auterives Maciel Jr. em *Resistência e a prática de si em Foucault* (2014) o poder, em uma perspectiva foucaultiana, se dá em uma relação de forças que produz ações e indivíduos dóceis gerindo a vida da população. Indo ao encontro dessa perspectiva Ana Laura Perenha dos Santos e Roselene de Fátima Coito no texto *Quarto de despejo: onde há poder, há resistência* (2020) assinalam que o poder é exercido por meio de práticas, procedimentos que circulam no meio social produzindo efeitos constantes. Foucault não desconsidera que o poder pode existir em camadas hierárquicas, conforme o desenvolvido na obra de Louis Althusser *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado* (1970), todavia ao argumentar que o poder se dá enquanto exercício evidencia o seu caráter microfísico. Assim:

Para o estudioso francês, as formas de dominação caracterizam-se por ser estruturadas de maneira não centralizadas, ou seja, o poder não emana de um único ponto tendo em vista que ele se dá enquanto exercício das relações humanas e dos sujeitos nelas envolvidos. (SANTOS; COITO, 2020, p.30)

Ademais dessa perspectiva circulante do poder Maciel Jr. (2014) afirma que para Foucault não existe poder sem o saber, pois é a partir dessa relação que haverá o desenvolver dos dispositivos arquitetados pelas práticas sociais assim, o sujeito que resulta dessas práticas é sujeito à ordem do discurso. Entende-se aqui ordem do discurso por toda produção discursiva que é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório(…)” (FOUCAULT,2014, p.8). Dessa forma:

o método de análise do poder, segundo Michel Foucault, deve ser voltado para o aspecto da dominação: o poder institucionalizado, os aparelhos do Estado. O processo de dominação é inserido no modo como o indivíduo se sujeita. O poder produz o saber e o saber regula as formas de dominação. Dessa forma, na obra de Foucault existe uma possibilidade de luta e resistência dos sujeitos. (SANTOS; COITO, 2020, p.30)

De forma análoga Maciel Jr. (2014) alega que Foucault vê que a resistência aparece em um sistema de forças e que resistir consiste em entrar em relações não calculadas pelas estratégias que vigoram no campo político.” Carolina, mulher negra, pobre e favelada resiste nesse sentido ao escrever literatura pois “resistir é, neste aspecto, o oposto de reagir. Quando reagimos damos a resposta àquilo que o poder quer de nós; mas quando resistimos criamos possibilidades de existência a partir decomposições de forças inéditas. Resistir é, neste aspecto, sinônimo de criar.” (MACIEL JR. 2014, p.1,2).

*Mesmo que Carolina ao publicar *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) tenha sofrido uma série de interdições, ela resiste com seu fazer literário. Entende-se aqui as interdições a partir de uma perspectiva foucaultiana delineada na obra *A ordem do discurso* (2014). Foucault, em um primeiro movimento explicita os chamados procedimentos de exclusão mostrando as formas que limitam os sujeitos a participarem nas produções dos discursos. Tais mecanismos se encontrariam de maneira exterior ao discurso, localizando-se na própria sociedade e é por conta deles que as relações de poder são evidenciadas, visto que existe uma luta entre aqueles que controlam e os que desejam controlar o discurso. Dentro do mecanismo de exclusão encontramos a interdição que pode ser identificada por alguns formatos

como o tabu do objeto e o ritual da circunstância. O tabu do objeto se refere a zonas com grades mais cerradas, onde as forças vão atuar mais intensamente, como é o caso da política ou da sexualidade. O ritual da circunstância, por sua vez, atua regulando a produção dos discursos determinando quem, como ou em qual circunstância pode dizer.

Retomando a conversa entre Gilles Deleuze e Michel Foucault intitulada “Os intelectuais e o poder” (1977), vemos que existe um sistema de poder que condiciona as falas daqueles que não são considerados intelectuais, inferiorizando estas falas frente ao discurso tido como científico e acadêmico. No que tange então aos escritos de Carolina Maria de Jesus há um desmerecimento de sua obra pelos escritores prestigiados e pela camada “cultura” da população, já que o papel do escritor se relegaria apenas a um público específico, leia-se um público masculino, branco e com acesso à educação, e que uma mulher negra com pouco acesso aos bancos escolares não poderia ocupar esse espaço. Dado esse caráter que condiciona o lugar dessa escritora, algumas matérias foram veiculadas em jornais tentando menosprezá-la:

Com o título Quarto de Despejo, divulga-se um livro de anotações diárias, escritas em português errado, de autoria da sra. Carolina Maria de Jesus, moradora num daqueles ‘mocambos’ ou ‘malocas’ da ribanceira do Canindé, em São Paulo. Mulher de cor, semianalfabeta, a viver de expedientes, com a venda de jornais e bugigangas recolhidas nas latas e montes de lixo (...). O texto sem gramática, de forma desordenada, somente se ocupa de coisas imediatas- comida, mexericos, brigas – pintando em cores cruéis e autênticas de uma situação aflitiva de criaturas marcadas pelo infortúnio, abandonadas pelos poderes públicos e religiosos do país. (TRIBUNA DE SÃO PAULO, 1960 apud FARIAS, 2017, p.232)

Porém, mesmo em meio a críticas à literatura de Carolina reverbera e denuncia pois segundo ela mesma viu “os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo os idealistas das favelas (...)” (JESUS, 2014, p.53.). Essa literatura mesmo interdita e cerceada pela crítica é responsável por “agora fazer saltar esse poder da língua e da obra e transgredir o infame, ‘rachar as coisas, rachar as palavras’” (CARMO, 2013, p.2013). É a partir da literatura que Carolina cria possibilidades de existência. Carolina é uma flor que “furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio” (ANDRADE, 2012, p.16).

Retomando brevemente a questão do controle biopolítico da população negra pelo Estado brasileiro vemos que desde o pós-abolição a população negra segue sendo direcionada para o deixar morrer, haja vista que não foram criadas políticas públicas para dar suporte a esses

indivíduos mas sim criados mecanismos que branqueassem o país e expulsassem essa população para as margens da cidade em direção à insalubridade e à morte, relegando ao negro sempre o papel do outro, do marginalizado, do inferior. A mulher negra entra nessa marginalidade de maneira ainda maior na medida em que não é branca nem homem, sendo ainda mais subalternizada. Dito isso frisa-se que a possibilidade de existência que Carolina Maria de Jesus cria a partir da escrita de seu diário é também resistência uma vez que, partindo da publicação do seu texto, é capaz de sair do quarto de despejo, a favela do Canindé, e passa a habitar a sala de visitas de São Paulo, o bairro de Santana.

Além do mais, a narrativa literária caroliniana, a partir da escrita de si, mostra também a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico às suas experiências. Carolina nos apresenta uma prática de História Pública, pois ela, um sujeito considerado pela sociedade como não autorizado a escrever literatura ou na construção de uma narrativa histórica, a partir de suas experiências cria sentidos sobre a temporalidade que está inserida e reflete sobre transformações e possibilidades mostrando que os usos do passado podem ser feitos também por sujeitos não especializados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país marcado pela desigualdade pautada no critério racial em um reflexo da colonização, carregando um legado racista e escravista. No primeiro capítulo deste trabalho trouxemos considerações acerca de como a legislação brasileira, associada a teorias racistas em muito propiciaram as desigualdades sociais e raciais, uma vez que legitimadas as distinções raciais, as teorias raciais foram inspiradoras do projeto de nação. Além disso conseguimos compreender como, em um contexto de pós-abolição, os libertos receberam a responsabilidade por sua própria inserção social, visto que o Estado se isentou da criação de quaisquer políticas públicas que beneficiassem essa população, o que, em termos práticos, marginalizou esses indivíduos física e simbolicamente. Dessa forma, o projeto de modernização para o Brasil não contemplou a população recém-liberta da escravidão; deslocados de sua relação com a terra, muitos deles passaram a ocupar as encostas de morros em barracos improvisados. Ademais, no que tange às relações respectivas ao trabalho, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, o trabalhador nacional foi substituído pelo estrangeiro, pelo imigrante, minando a possibilidade da população negra em acessar empregos formais. O mito da democracia racial associado à negação do racismo também contribuiu para marginalização dessas pessoas. Tal marginalização, pensada no contexto da distribuição espacial nas grandes urbes, em especial na cidade de São Paulo, contribuiu para o desenvolvimento de favelas, espaços onde a população, em sua maioria pobre e negra, era exposta a condições propícias à morte. O direito à cidade foi afetado em grandes proporções. Junto a tais discussões conduzidas nesse capítulo trouxemos o deslindar da trajetória de Carolina Maria de Jesus desde seu nascimento em Sacramento-MG até sua vinda à cidade de São Paulo de modo a propor um diálogo entre suas experiências e os movimentos históricos e sociais do pós-abolição.

No segundo capítulo abordamos a experiência da escrita em Carolina Maria de Jesus e traçamos algumas relações entre a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960) e a História Pública. Abordamos aqui alguns horizontes de possibilidade de trabalho com esse novo campo de historiografia e situamos a escrita caroliniana em uma história feita pelo público, que extrapola os limites acadêmicos. Ademais nos dedicamos na compreensão das interdições sofridas por Carolina, visto que tal escritora se encontrava à margem tanto no campo da escrita, em razão do seu distanciamento de uma norma culta, quanto por sua condição de negritude e pobreza. Também buscamos compreender o lugar de Carolina dentro da Literatura Marginal e os ecos de sua obra. Ainda nesse segundo movimento do texto salientamos a importância da

divulgação científica como prática de História Pública por meio da criação de uma página na rede social Instagram intitulada *Muito bem, Carolina!*. Tal página abriu a possibilidade de diálogos com um público não especializado em história proporcionando a circulação de saberes e conseqüentemente em uma prática de história pública.

É no terceiro capítulo, último movimento do texto, que as discussões são conduzidas, a partir de uma perspectiva foucaultiana, para o lugar que o corpo negro ocupa dentro do tecido social. Para tanto lançamos mão dos conceitos de disciplina e biopoder que vão operar controlando e docilizando os corpos negros além de atuarem de modo a que essa população seja deixada morrer por meio do racismo de Estado.

Pensando na obra carolinana em consonância com a História Pública fomos capazes de compreender que a partir da escrita de si Carolina constrói uma história vista de baixo, uma história que se escreve pelas mãos de sujeitos que foram desautorizados tanto na própria escrita literária quanto na escrita da história. A possibilidade de uma história feita pelo público vem na contramão dos muros da academia e propõe novas possibilidades e diálogos. A produção de um relato histórico não se restringe assim apenas a sujeitos autorizados, visto que a academia não detém um monopólio desses saberes.

Com relação às resistências encontradas na obra da autora pudemos encontrar dois movimentos importantes: primeiro Carolina ao criar possibilidades de existência a partir da decomposição de forças inéditas cria uma literatura que resiste as interdições. Além do mais, ao sair da favela e rumar para a sala de visitas também resiste ao biopoder que deixa as populações negras em condição de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Claudia Rosalina. **Territórios de morte**: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2017.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.7-15.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia Oliveira (Org.). História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal, RN. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364156201_Arquivo_TextoFinal_ANPUHNA_TAL_HistoriaPublica_2013.pdf> Acesso em: 14 ago. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.

ANTONIO, Luís; J. JÚNIOR. **Lata D'água**. Intérprete: Marlene. S. l.: s. n., 1952. (3min 4s).

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a08>. Acesso em: 14 de maio de 2021.

BAGNO, Marcos. **O racismo linguístico no Brasil**. Geledés, 2008. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-racismo-lingueistico-do-brasil/>. Acesso em: 14 ago.2020.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana. In: **XVI ENANPUR – Espaço, planejamento e insurgências**, 2015, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/1801>. Acesso em 08 jul. 2021.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). **Afro-Ásia**, n. 59, 2019, pp. 43-76. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77066579002>. Acesso em 08 jul. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

BERGAMINI, Atílio. Dar forma ao impublicável: Carolina Maria de Jesus e sua arte. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 59, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182020000100404&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 ago. 2020.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização. **Cadernos MetrÓpole** n. 3, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9329>. Acesso em 14 ago. 2020.

BOZI, Alba Lúvia Tallon. FOME: um dispositivo de controle na sociedade contemporânea. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas – Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as políticas públicas**, 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/ÍNDICE%20EIXO%20LUTAS%20SOCIAIS.htm>. Acesso em 09 de fev. de 2022.

BRASIL é o 3º país com mais usuários ativos no Instagram em 2021. **Cuponation**, 2021. Disponível em: <https://www.cuponation.com.br/insights/instagram-2021>. Acesso em 06 ago. 2021.

BRASIL, **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas no Império. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 14 ago. 2020.

CANDIOTTO, Cesar. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. spe, p. 18-24, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 ago. 2020.

CARMO, Miguel Ângelo Oliveira do. A questão da literatura: obra e autoria em Michel Foucault. **Muiraquitã**, PPGLI-UFAC, v.2, n.1, Jul/Dez, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/700>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CAROLINA, Muito bem. **Instagram**, 03 de dezembro de 2021.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor. História Pública e redes sociais na Internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25602>. Acesso em: 04 ago. 2021.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (org). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: NORA, P; LE GOFF, J. (org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COHEN, Daniel J. et al. Interchange: the promise of Digital History. **The Journal of American History**, v.95, n. 2, pp.442-491, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292012820_Interchange_The_promise_of_digital_history. Acesso em 06 ago. 2021.
- COITO, Roselene de Fátima. Batuque: a identidade dos corpos. **Acta Scientiarum**. Language and Culture. Maringá, v. 30, n. 2, pp. 221-224, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307426640011>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- COSTA, Celiane Ferreira da. O posicionamento do Brasil na Guerra da Coréia (1950-1953). In: **XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais#> Acesso em 15 de maio de 2021.
- CRUZ, Márcia Maria. Carolina Maria de Jesus é referência para jovens escritoras brasileiras. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte 14 de maio de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2021/05/14/interna_pensar,1266453/carolina-de-jesus-e-referencia-para-jovens-escritoras-brasileiras.shtml. Acesso em: 04 ago. 2021.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- DANTAS, Audálio. A atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 2014b.
- DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem em São Paulo nos pós abolição (1889-1930) **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 05/06, 2004. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8019>. Acesso em 14 ago.2020.
- DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: SENAC, 2006
- DONATO, Sara. Quarto de despejo. São Carlos, S. l.: s. n.,2013 (3min11s). Disponível em: https://soundcloud.com/sara-donato-2012/06-quarto-de-despejo-prod?utm_source=soundcloud&utm_campaign=share&utm_medium=facebook. Acesso em 04 ago. 2021.
- EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO. **Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo**. São Paulo, 2003. Disponível em :

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/mapas/3_ex_pansao_da_Area_urbanizada_1981_1.pdf. Acesso em: 09 de fev. de 2022

EVARISTO, Conceição. CONCEIÇÃO EVARISTO – A escrevivência serve também para as pessoas pensarem. **Itaú Social**, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em 04 ago. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. São Paulo: Abril Cultural, 1971.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France, 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2018.

FREITAS, Leidiana da Silva Lima; LOPES, Maria Suely de Oliveira. Um relato de si: a trajetória de Carolina Maria de Jesus através dos diários. **Revista Investigações**, Recife, v. 33, n. 1, p. 1 - 19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index>. Acesso em: 03 ago. 2021.

FURTADO, Daniel Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 14 ago. 2020.

GARCIA, Elisa Frühauf. O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional. **Tempo**. v. 12, n. 23, pp. 23-38, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200003>. Acesso em 03 dez. 2021.

GELBCKE, Juliana. **História Pública e consciência histórica**: uma reflexão didática da História. Trabalho apresentado no XIV Congresso Nacional de História, 2014, Campo Mourão, Paraná. Disponível em: http://eventos.idvn.com.br/regional_historia/trabalhos/pagina/5. Acesso em: 09 de fev. de 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2018.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito”. **Novos Estudos**. São Paulo, n° 61, novembro de 2001, p. 147-162. Disponível em: <http://novosestudios.com.br/produto/educacao-61>. Acesso em 05 de maio de 2021.

HOLANDA, Ana Paula. A fome como política de morte, o Brasil como um quarto de despejo. **Negrê**, 2021. Disponível em: <https://negre.com.br/a-fome-como-politica-de-morte-o-brasil-como-um-quarto-de-despejo/>. Acesso em 20 ago. 2021.

JANCSÓ, István & KANTOR, Íris. (orgs.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. 2v. 992p.

JESUS, Carolina Maria de. **Antologia Pessoal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**: diário de uma ex-favelada. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Sesi Editora, 2014a.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Intérpretes: Carolina de Jesus. Rio de Janeiro: RCA Victor, 1961. 1 LP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t3dzlAr4euo&t=902s>. Acesso em 06 ago. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Editora Ática, 2014b.

JESUS, Victor de. **Coisas negras no quarto de despejo**: saneando subjetividades, corpos e espaços. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

KERN, Gustavo da Silva. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. **Revista Historiador**. Porto Alegre, n.6 - jan/2014. Disponível em: <https://www.revistahistoriador.com.br/index.php/principal/article/view/142>. Acesso em 05 de maio de 2021.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. Berlim: Unrast, 2008.

KOWARICK, Lucio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIDDGTON, Jill. O que é história pública? O público e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia Oliveira (Orgs). **Introdução a História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MACIEL JR, Auterives. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 01-08, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 ago. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert. **Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Sacramento: Editora Bertolucci, 2015.

MELO, Pedro da Silva. **Carolina Maria de Jesus e a paixão pela escrita: um estudo sociolinguístico de Quarto de Despejo**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. Carolina Maria de Jesus e a literatura periférica contemporânea. **Darandina**, Juiz de Fora v. 3, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/darandina/anteriores/v3n2/arv3n2/>. Acesso em 3 ago. 2021.

MONTEIRO, Roberta Amanajás. A inserção do negro na sociedade brasileira do século XIX e a questão de identidade entre raça e classe. In: AGRA, Giscard Farias; FONSECA, Ricardo Marcelo; SIQUEIRA, Gustavo Silveira. **História do direito I**. Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MORAES, Alexandre Santos. História pública e literatura: reflexões sobre o discurso. **Resgate**, Campinas, v. XXII, n.28, jul/dez. 2014. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645776>. Acesso em 14 ago. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Daniela de Almeida. **Carolina Maria de Jesus e a escrita de si como lugar de memória e resistência**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2020.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo v. 19, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12545>. Acesso em 14 ago. 2020.

OLIVA, Jaime. Tadeu.; FONSECA, Fernanda. Padovesi. O “modelo São Paulo”: uma descompactação antiurbanidade na gênese da metrópole. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 65, p. 20-56, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/125157>. Acesso em 3 dez. 2021.

PASTERNAK, Suzana; BÓGUS, Lúcia Maria Machado. A cidade dos extremos: desigualdade socioespacial em São Paulo. **Cidades- Comunidades e Territórios**, São Paulo, Jun. 2003, n.0 6. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9151>. Acesso em 14 ago. 2020.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**. n.14, p. 31-45, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>. Acesso em 03 dez. 2021.

RICARDO, Sérgio. **Zelão**. Intérprete: Alcione. S. l.: s. n., 1960. (3min 32s).

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004. Disponível em: <https://revistatopoi.org/site/topoi8/>. Acesso em 14 ago. 2020.

RODRIGUES, João Lucas. Serra dos Pretos: Trajetórias de famílias egressas do cativo no pós-abolição (Sul de Minas, 1888-1950). **Revista Afro-Ásia**. 2014, n.50, pp.171-197. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912014000200171&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 25 ago. 2020.

ROSSINI, Tayza Cristina Nogueira. A construção do feminino na literatura: representando a diferença. **Trem de Letras – Revista do depto. de Letras da UNIFAL-MG**, Alfenas, v. 1, n. 3, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/459>. Acesso em 04 ago. 2021.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2007.

SANTHIAGO, Ricardo. A história pública no Brasil entre práticas e reflexões: a oficina historiográfica de Ricardo Santhiago entre a história oral e a história pública. Entrevista concedida a Fagno da Silva Soares. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 2, p. 569-585, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3509/9631>. Acesso em 06 ago. 2021.

SANTOS, Ana Laura Perenha dos; COITO, Roselene de Fátima. Quarto de despejo: onde há poder há resistência. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v.45, n. 84, p. 29-36, set./dez. 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/13750> Acesso em 20 ago. 2021.

SANTOS, Bárbara Helena de Oliveira. O biopoder como garantia do racismo de estado. **Contextura**, Belo Horizonte, v.12, nº 16, p. 14-22, nov, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistacontextura/article/view/19147>. Acesso em 20 ago. 2021.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável**. Rio de Janeiro: Garamond; Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e memória subjetiva. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Eliane da Conceição. Carolina Maria de Jesus e a literatura marginal: uma questão de gênero. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v.9, no 1, p.21-52, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/3708>. Acesso em 03 ago. 2021.

SILVA, José Carlos Gomes. História de vida, produção literária e trajetórias urbanas da escritora negra Carolina Maria de Jesus. In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2007, Porto Seguro, Bahia. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/2013/07/06/anais-26-rba/>. Acesso em 03 dez. 2021.

SILVA, José Carlos Gomes. Memórias da infância e juventude em Carolina Maria de Jesus (1914-1977) **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 2, mar. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/14302>. Acesso em 14 ago. 2020.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: Editora Unicamp, 1996.

SOUZA, Alessandra Araújo, **Do Quarto de Despejo à Sala de Visita**: experiência e narrativa em Carolina Maria de Jesus (1955-1961). Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2016.

TOLEDO, Christiane Vieira Soares. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. **Letrônica**, Porto Alegre v.3, n.1, p.248, jul. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/7066>. Acesso em 03 ago.2021.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Trad.: Bia Nunes de Sousa, Glauco Mattoso. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (org). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.53-63.

ZOLIN, Lucia Osana. A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 105 - 116, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19188>. Acesso em 14 ago.2020.